

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

CLAUDIA APARECIDA CARA

**ESTRUTURA FUNDIÁRIA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA DO
MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR**

Francisco Beltrão

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

CLAUDIA APARECIDA CARA

**ESTRUTURA FUNDIÁRIA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA DO
MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia – área de concentração: Produção do Espaço e Meio Ambiente, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campus de Francisco Beltrão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof^a. Dra. Marli Terezinha Szumilo Schlosser

Francisco Beltrão

2012

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco
Beltrão

Cara, Claudia Aparecida

C257 Estrutura fundiária e modernização da agricultura do município de Dois Vizinhos – PR. / Claudia Aparecida Cara. – Francisco Beltrão, 2012. 229f.

Orientador: Prof^ª. Dra. Marli Terezinha Szumilo Schlosser.

Dissertação(Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Estrutura fundiária – Dois Vizinhos - Paraná. 2. Industrialização da agricultura - Sudoeste do Paraná. 3. Pequena propriedade rural - Capitalismo. 4. Terras - Sudoeste do Paraná. I. Schlosser, Marli Terezinha Szumilo. II. Título.

CDD –630.98162

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ESTADO DE ARTE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DA
INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE DOIS
VIZINHOS - PR

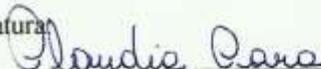
Autora: Claudia Aparecida Cara

Orientadora: Profa. Dra. Marli Terezinha Szumilo Schlosser

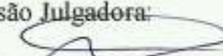
Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Claudia Aparecida Cara e
aprovada pela comissão julgadora.

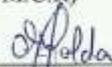
Data: 26/06/2012

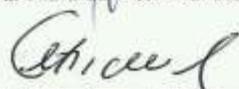
Assinatura:

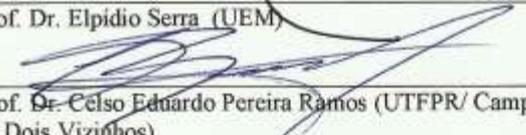


Comissão Julgadora:


Prof. Dra. Marli Terezinha Szumilo Schlosser
(UNIOESTE – M.C.R)


Prof. Dra. Mafalda Nesi Francischett (UNIOESTE –
F.B)


Prof. Dr. Elpidio Serra (UEM)


Prof. Dr. Celso Eduardo Pereira Ramos (UTFPR/ Campus
de Dois Vizinhos)

Francisco Beltrão - PR
2012

DEDICATÓRIA

A meus pais, Moacir e Ivone, a quem tanto amo e respeito, pois sempre me incentivaram, não medindo esforços para estar a meu lado nos momentos difíceis. Ao esposo Laércio, pelo apoio, amor e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a Deus pela vida, pela força de vontade de vencer, e sempre continuar lutando para conquistar meus ideais;

Ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná pela oportunidade para a presente formação;

À professora Marli Terezinha Szumilo Schlosser, pela orientação, tempo e auxílio no desenvolvimento da pesquisa;

Aos professores Elpídio Serra, Celso Eduardo Pereira Ramos, Mafalda Nesis Francischett e Lia Dorotéa Pfluck pelas críticas, sugestões, análises e subsídios durante a qualificação e defesa;

Aos demais professores, pela possibilidade dos debates, leituras e conhecimento durante as disciplinas;

Aos entrevistados que disponibilizaram de seu tempo e histórias, colaborando para a construção da pesquisa;

À secretária do Campus, da pós-graduação, Andréia, meus sinceros agradecimentos pela disponibilidade, apoio e informações;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR

RESUMO: A história brasileira tem mostrado que desde os tempos do descobrimento, a concentração e a apropriação de terras no território brasileiro têm sido desiguais, ocasionando diferenciação social, cultural e econômica entre regiões e agricultores. Essa heterogeneidade é também observada ao se estudar o processo de modernização da agricultura, quando são empregadas modernas tecnologias no processo produtivo, a partir do pacote tecnológico da Revolução Verde. Sendo assim, a presente pesquisa tem como tema central apresentar como se deu o processo de colonização e estruturação da propriedade privada da terra, no município de Dois Vizinhos, localizado no Sudoeste do Paraná; analisar a estrutura fundiária do município, entre os anos de 1960/1970 a 2011; e identificar as consequências socioeconômicas com a intensificação da modernização da agricultura a partir de 1970.

A construção deste tema foi norteada pelo contexto histórico dos conflitos de posse da terra na região Sudoeste do Paraná e no município de Dois Vizinhos, a partir de informações obtidas junto ao INCRA, mediante Cadastro da Colônia Missões – Núcleo de Francisco Beltrão e município de Dois Vizinhos, entre as décadas de 1960/1970 a 2011; desenvolvimento das relações capitalistas de produção no meio rural; comparativo dos Censos Agropecuários entre as décadas de 1970 a 2006; e realização de cinquenta entrevistas com agricultores que residem na área rural de Dois Vizinhos. O estudo destes elementos revelou que a estrutura fundiária do referido município permanece baseada em pequenas propriedades e que a modernização da agricultura intensificada na área de estudo a partir de 1970, tem contribuído para a subordinação da pequena propriedade ao capital.

Palavras-Chave: estrutura fundiária; modernização da agricultura; relações capitalistas; terra.

AGRARIAN STRUCTURE AND MODERNIZATION OF AGRICULTURE OF THE MUNICIPALITY OF DOIS VIZINHOS – PR

ABSTRACT: The Brazilian history has shown that since the time of discovery, the land concentration and ownership in Brazil have been very uneven, causing social differentiation, cultural and economic among regions and farmers. This heterogeneity is also observed when studying the process of industrialization of agriculture, when modern technologies are used in the production process, from the Green Revolution technology package. Thus, this research is focused on the structuring of private ownership of land in the town of Dois Vizinhos, located in southwestern of Paraná; analyze the agrarian structure of the municipality, between the years of 1960/1970 to 2011, and identify the socioeconomic consequences of the intensification of modernization of agriculture from 1970. The construction of this theme was guided by the historical context of land tenure conflicts in the Southwest region of Paraná and the municipality of Dois Vizinhos, from information obtained from the INCRA from the Register of the Colony Missions - Center of Francisco Beltrão and municipally of Dois Vizinhos, between the decades of 1960/1970 to 2011; development of capitalist relations of production in rural areas; Census agricultural decades between 1970 to 2006, and fifty interviews with farmers who live in rural Dois Vizinhos. The study of these elements revealed that the agrarian structure of Dois Vizinhos remains based on small farms and the industrialization of agriculture has contributed to the subordination of small holdings to capital.

Keywords: land structure, agricultural industrialization, capitalist relations of land.

.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1. Região Sul do Brasil disputada por Brasil e Argentina	26
Figura 2. Gleba Missões e Chopim – Sudoeste do Paraná	32
Figura 3. Principal meio de transporte no município de Dois Vizinhos e a exploração da madeira na década de 1950	49
Figura 4. Transporte de terras para beneficiamento em Dois Vizinhos (1962)	52
Figura 5. Organização do município de Dois Vizinhos de acordo com as trinta e uma Glebas que o compõem	53
Figura 6. Área urbana do município de Dois Vizinhos na década de 1960 e sede da serraria Serrapinho Sudoeste Limitada em 1959	56
Figura 7. Estrutura fundiária: Número de agricultores e área ocupada no município de Dois Vizinhos correspondente às décadas de 1960 e 1970 em função do tamanho da propriedade (0 a 10 ha; 10 a 20 ha; 20 a 50 ha; 50 a 100 ha; 100 a 250 ha; > 250 ha)	58
Figura 8. Estrutura fundiária do município de Dois Vizinhos entre as décadas de 1960 e 1970 a partir das Glebas que o compõem, considerando a área ocupada pelos agricultores em função do tamanho das propriedades (0 a 10 ha; 10 a 20 ha; 20 a 50 ha; 50 a 100 ha; 100 a 250 ha; > 250 ha)	60
Figura 9. Efetivação da modernização da agricultura	68
Figura 10. Complexo Agroindustrial	70
Figura 11. Distribuição percentual da população urbana e rural do Sudoeste do Paraná e do município de Dois Vizinhos (A Figura 11A representa a região e a 11B o município)	74
Figura 12. Local destinado a instalação da Cooperativa na década de 1960 e sua localização em 2011	82
Figura 13. Área doada pela Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, para a instalação da agroindústria da Sadia em 1978	84
Figura 14. Número de tratores, colheitadeiras, arados de tração mecânica e arados de tração animal no Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos, 1970 a 2006. As figuras A e B representam tratores e colheitadeiras, as figuras C e D arados de tração animal e arados de tração mecânica	90
Figura 15. Valor dos financiamentos para investimento, custeio e comercialização de	

produtos no município de Dois Vizinhos, 1970 a 1985	92
Figura 16. Distribuição de estabelecimentos conforme o uso de fertilizantes e agrotóxicos no Sudoeste do Paraná e no município de Dois Vizinhos, 1970 a 2006.....	97
Figura 17. Produção de arroz, cana-de-açúcar, feijão, trigo, milho e soja no município de Dois Vizinhos – PR, 1970 a 2006	98
Figura 18. Produção (toneladas) e total da área ocupada (ha) por milho, feijão, soja e trigo juntos no município de Dois Vizinhos, PR e no Sudoeste do Paraná, 1970 a 2006.	99
Figura 19. Rebanho em cabeças de bovinos de corte (Figura 19A), bovinos de leite (Figura 19B), suínos (Figura 19C) e aves (Figura 19D) no município de Dois Vizinhos – PR e Sudoeste do Paraná, 1970 a 2006	100
Figura 20. Área de abrangência do Projeto Balde Cheio em Dois Vizinhos de acordo com as Glebas que compõem o município	102
Figura 21. Propriedade rural de Dois Vizinhos onde se desenvolve atividade leiteira	104
Figura 22. Produção de leite (mil litros) no Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos – PR em função dos anos de 1970 a 2006	105
Figura 23. Estrutura fundiária do município de Dois Vizinhos em 2011 a partir das Glebas que o compõem, considerando a área ocupada pelos agricultores em função do tamanho das propriedades (0 a 10 ha; 10 a 20 ha; 20 a 50 ha; 50 a 100 ha; 100 a 250 ha; > 250 ha)	110
Mapa 1. Localização do município de Dois Vizinhos no Sudoeste do Paraná	15
Mapa 2. Localização do município de Dois Vizinhos no Estado do Paraná e na Mesorregião do Sudoeste do Paraná	24
Mapa 3. Localização dos escritórios da CITLA no Sudoeste do Paraná	34
Mapa 4. Mesorregião geográfica do Sudoeste do Paraná: Localização e limites do município de Dois Vizinhos	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução do número de famílias e habitantes cadastradas pela CANGO – décadas de 1940/1950	31
Tabela 2. Títulos de propriedades expedidos pelo GETSOP entre 1962 a 1973	42
Tabela 3. Capelas construídas no município de Dois Vizinhos entre as décadas de 1940 e 1980	54
Tabela 4. Número de agricultores que receberam títulos de terra do GETSOP entre 1962 e 1973 no município de Dois Vizinhos	57
Tabela 5. Área ocupada pelos agricultores que receberam títulos de terra do GETSOP entre 1962 e 1973 no município de Dois Vizinhos	57
Tabela 6. Número de titulações efetuadas pelo GETSOP entre 1962 e 1973 no município de Dois Vizinhos	59
Tabela 7. Área ocupada de acordo com o número de títulos de terra emitidos pelo do GETSOP entre 1962 e 1973 no município de Dois Vizinhos	59
Tabela 8. Evolução da população total, urbana e rural do Sudoeste do Paraná e do município de Dois Vizinhos entre os anos de 1970 a 2010	73
Tabela 9. Número de propriedades de acordo com o tamanho da área no município de Dois Vizinhos no ano de 2011	107
Tabela 10. Área ocupada de acordo com o número de propriedades no município de Dois Vizinhos no ano de 2011	108

LISTA DE SIGLAS

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
APUCARANA – Companhia Imobiliária Apucarana Ltda.
ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
BRF – Brasil Foods S.A.
CAI – Complexo Agroindustrial
CAMDUL – Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda.
CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório
CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento
CITLA – Clevelândia Industrial Territorial Ltda.
CLAF – Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar
COASUL – Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda.
COMEPOL – Cooperativa de Produtores de cana-de-açúcar
COMERCIAL – Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda.
COOPERIDEAL – Cooperativa para Inovação e Desenvolvimento da Atividade Leiteira
CRESOL – Cooperativa de Crédito
DCT – Divisão de Terras e Colonização
DERAL – Departamento de Economia Rural
EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
IAP – Instituto Ambiental do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PDRDV – Plano de Desenvolvimento Rural do Município de Dois Vizinhos
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSD – Partido Social Democrático
PVR – Projeto Vida na Roça
SEIPU – Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União
STF - Supremo Tribunal Federal
SISA – Escrituração de Imóveis
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UD – Unidade de demonstração
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA NO SUDOESTE DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS	18
1.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS	18
1.2 – BREVE HISTÓRICO: ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA	18
1.3 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO SUDOESTE DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS.....	23
1.4 – A POSSE DA TERRA NO SUDOESTE DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS	25
1.4.1 – A Revolta de 1957	35
1.5 – ATUAÇÃO DO GETSOP NO SUDOESTE DO PARANÁ	40
CAPÍTULO II – POPULAÇÃO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS: DÉCADAS DE 1960 A 1970	44
2.1 – CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	44
2.2 – ASPECTOS DA POPULAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS	44
2.3 – TITULAÇÕES REALIZADAS PELO GETSOP AO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS: DÉCADAS DE 1960 E 1970	50
CAPÍTULO III – RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO E ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS	62
3.1 – CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	62
3.2 – A EXPANSÃO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO NO MEIO RURAL E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS	62
3.3 – ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM DOIS VIZINHOS: ESTADO, COOPERATIVA E AGROINDÚSTRIA
3.3.1 – A instalação da agroindústria Sadia em Dois Vizinhos	84
CAPÍTULO IV – INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO DA	

AGRICULTURA, DÉCADAS DE 1970 A 2006 E ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR NO ANO DE 2011	89
4.1 – INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – 1970 A 2006	89
4.2 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS EM 2011..	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE	123

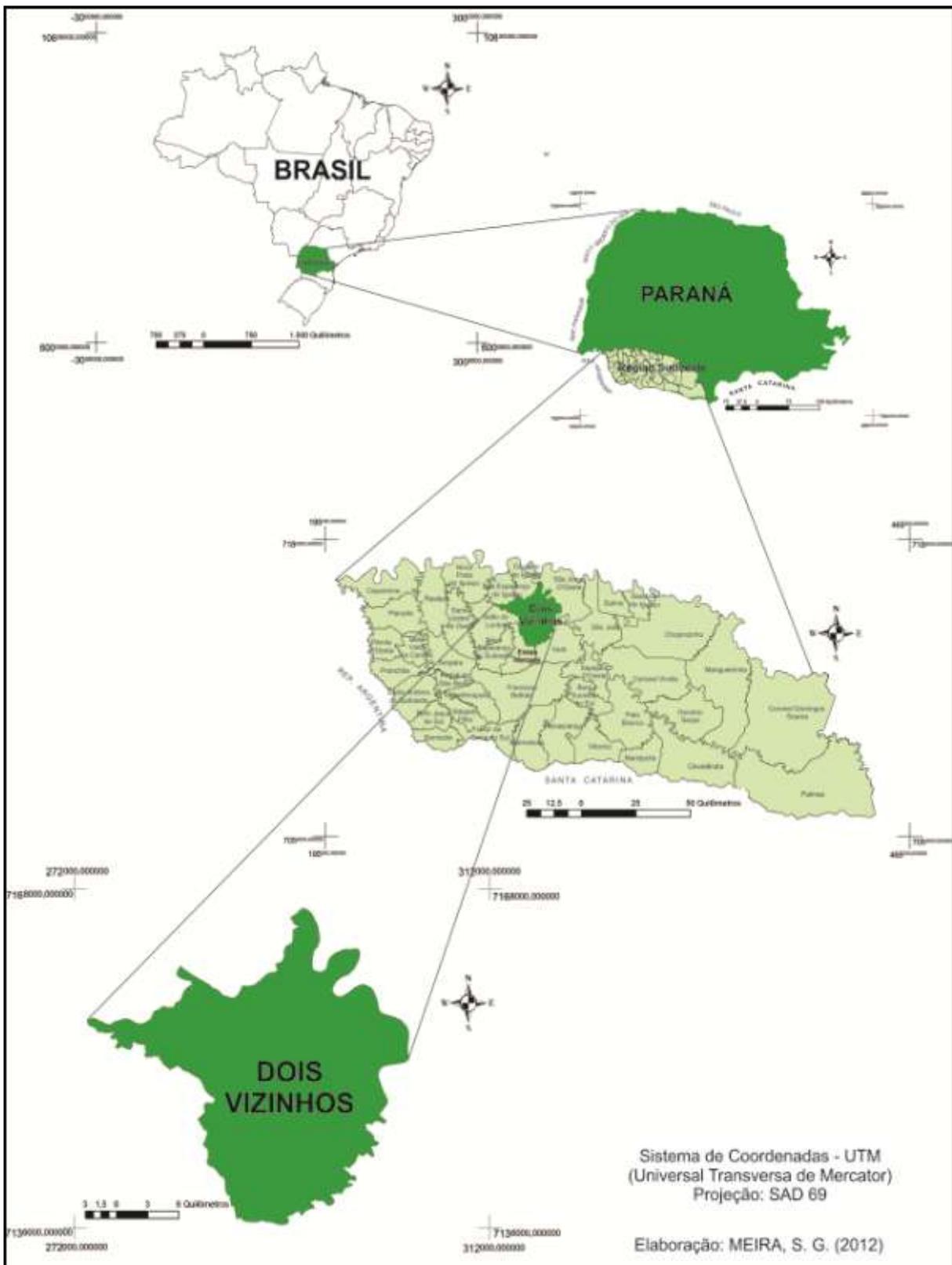
INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi norteadada pelo contexto histórico dos conflitos pela posse da terra na região Sudoeste do Paraná, mais especificamente no município de Dois Vizinhos, a fim de entender a estruturação da propriedade privada da terra entre as décadas de 1960/1970 e as implicações socioeconômicas que a modernização da agricultura intensificada na área de estudo a partir de 1970, impôs ao meio rural, alterando a dinâmica das pequenas propriedades rurais e conseqüentemente a estrutura fundiária do município.

Para tanto, torna-se relevante caracterizar a área de estudo: o município de Dois Vizinhos (Mapa 1) localiza-se na mesorregião Sudoeste do Paraná, a qual é marcada por inúmeros conflitos fundiários desde o final do século XVIII, visto que se localiza em área de fronteira, a Oeste com a República da Argentina, e ao Sul com o Estado de Santa Catarina (Mapa 1). O município de Dois Vizinhos emancipou-se em 28 de novembro de 1961 e teve sua colonização intensificada a partir de 1940, principalmente por migrantes gaúchos e catarinenses. Na década de 1990, em virtude de desmembramentos, surgiram outros dois municípios: Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu. Sendo assim, a área atual do município é de 419,017km², e sua população é de 36.179 habitantes.

O Sudoeste do Paraná e o município de Dois Vizinhos tem sua história marcada por inúmeros conflitos fundiários, dentre os quais se destacam¹: A questão entre Brasil e Argentina (1889), quando ambos os países reivindicavam as terras do Sudoeste do Paraná; o conflito entre o Estado do Paraná e o Estado de Santa Catarina (1916); o conflito entre o Governo Estadual e o Governo Federal (1930-1961); a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO) em 1943 pelo Governo Federal; a atuação da Clevelândia Industrial Territorial Ltda (CITLA) no Sudoeste do Paraná a partir de 1950; a Revolta dos Posseiros de 1957; e por fim, a atuação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) criado em 1961 pelo Governo Federal para titular as terras do Sudoeste do Paraná à população que nela residia.

¹ Os conflitos listados serão explicados no decorrer da pesquisa tendo em vista a complexidade decorrente de seus desdobramentos na estruturação da propriedade privada da terra no Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos.



Mapa 1. Localização do município de Dois Vizinhos no Sudoeste do Paraná

Neste contexto, considera-se indispensável entender historicamente o processo de colonização e estruturação da propriedade privada da terra no Sudoeste do Paraná e município

de Dois Vizinhos, visto que estes elementos vão contribuir para delinear a dinâmica agrária e a intensidade das relações capitalistas de produção na área rural do município, mediante a modernização da agricultura, quando são introduzidos ao processo produtivos maquinários, sementes selecionadas, fertilizantes e agrotóxicos.

O Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos apresentam estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, no entanto, em virtude da disseminação de novas tecnologias introduzidas ao processo produtivo, mediante atuação do Estado, cooperativas e agroindústrias este cenário vem-se alterando gradativamente, levando muitos agricultores a se desfazerem de suas propriedades e migrar para o meio urbano, ou terem sua produção subordinada aos interesses do capital. Sendo assim, o desenvolvimento contraditório e combinado do capitalismo na agricultura gera dois processos distintos: a territorialização do capital e a monopolização do território pelo capital. Neste contexto, quando o capital se territorializa e ocorre a monopolização do território, pode-se observar a expulsão do trabalhador do campo e sua transformação em assalariado, bem como a implantação da monocultura e atuação de grandes corporações que passam a direcionar a produção de acordo com seus interesses. Em contrapartida, quando o capital monopoliza o território sem territorializar-se, é possível observar a permanência de parte da população rural no campo, tendo em vista que o capital cria condições para que o agricultor produza matéria-prima para a indústria e assim se torne um consumidor dos produtos industriais no campo.

Postos os objetivos da pesquisa, procurou-se contextualizar no primeiro capítulo, a formação histórica do Sudoeste do Paraná e do município de Dois Vizinhos, visto que a região é marcada por inúmeros conflitos pelo direito de uso e posse da terra, desde o final do século XVIII.

No segundo capítulo, procurou-se delinear a formação histórica do município de Dois Vizinhos, bem como sua estrutura fundiária a partir da década de 1960/1970. Para atender esse objetivo, buscaram-se informações junto ao INCRA, a partir do Cadastro da Colônia Missões – Núcleo de Francisco Beltrão e município de Dois Vizinhos, décadas de 1960 e 1970; Prefeitura municipal de Dois Vizinhos e entrevistas com agricultores que residem na área rural de Dois Vizinhos² (Apêndice I), tornando-se possível verificar o número de títulos e agricultores que receberam imóveis rurais titulados pelo GETSOP ao município de Dois Vizinhos.

² Com o objetivo de verificar as condições socioeconômicas das pequenas propriedades rurais do município de Dois Vizinhos, foram realizadas 50 entrevistas em propriedades com área inferior a 50 ha.

Considera-se importante destacar que inúmeros agricultores se recusaram a participar da pesquisa, e outros não se sentiram à vontade em participar e permitir que a propriedade fosse fotografada, tendo em vista, a necessidade de assinarem o TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO proposto e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) para que a pesquisa fosse desenvolvida.

Mediante essa dificuldade, procurou-se realizar as entrevistas com agricultores e comunidades em que a pesquisadora fosse conhecida, ou ainda, pelo contato com moradores das comunidades que conheciam a pesquisadora ou sua família, solicitando que estes a acompanhassem durante as entrevistas. Por esse motivo, e por solicitação de alguns entrevistados, optou-se pela não divulgação de suas identidades³.

O terceiro capítulo tem por objetivo verificar a expansão das relações capitalistas de produção no meio rural, a inversão da população rural/urbana, e a configuração da modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná e no município de Dois Vizinhos, a partir da atuação do Estado, cooperativa e agroindústria.

No quarto capítulo, procurou-se analisar os indicadores da modernização da agricultura a partir dos Censos agropecuários de 1970 a 2006, suas implicações na estrutura fundiária do município de Dois Vizinhos no ano de 2011, e as alternativas que têm contribuído para a manutenção do pequeno agricultor na área rural.

Por fim delinham-se algumas considerações no que se refere à estrutura fundiária do município de Dois Vizinhos entre as décadas de 1960/1970 a 2011, e implicações decorrentes da modernização da agricultura nas pequenas propriedades, onde se verifica inicialmente a subordinação do processo produtivo decorrente da atuação do capital, e a gradativa expropriação do pequeno produtor do processo produtivo, à medida que este não atende as necessidades impostas pelo capital.

³ Para a análise das entrevistas, foram adotados nomes fictícios para os agricultores, sendo esta uma condição para que assinassem o TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO, e participassem da pesquisa.

Para evitar inconvenientes futuros, de caráter ético ou mesmo jurídico, optou-se por não divulgar o nome dos entrevistados, mantendo fidelidade aos registros orais através da manutenção da linguagem utilizada pelos agricultores.

CAPÍTULO I

CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA NO SUDOESTE DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

1.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A organização do espaço agrário brasileiro é resultado de um processo histórico, o qual tem suas origens no processo de colonização do país. Logo, ao se estudar a estrutura fundiária⁴ brasileira, faz-se necessário considerar historicamente como deu-se o processo de colonização e distribuição de terras no país, ou seja, de que maneira ocorreu o acesso à terra aos trabalhadores rurais.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem por objetivos compreender o processo de colonização e estruturação da propriedade privada da terra, no município de Dois Vizinhos, localizado no Sudoeste do Paraná; analisar a estrutura fundiária do município, entre os anos de 1960/1970 a 2011; e identificar as consequências socioeconômicas com a intensificação da modernização da agricultura, a partir de 1970. Pretende-se, ainda, a partir de entrevistas em pequenas propriedades rurais⁵, verificar quais alternativas têm lhes auxiliado a permanecer na área rural do município.

Neste capítulo serão desenvolvidas reflexões a respeito da ocupação e estruturação da propriedade privada da terra do Sudoeste do Paraná e do município de Dois Vizinhos. Ratifica-se que a propriedade privada da terra no Sudoeste é resultado de inúmeros conflitos fundiários, envolvendo vários segmentos da sociedade.

1.2 – BREVE HISTÓRICO: ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA

Verifica-se que desde o período colonial, a distribuição e acesso à terra, no Brasil, aconteceu de forma heterogênea, privilegiando parte da sociedade, normalmente aquela que dispunha de recursos financeiros para cultivá-la, ou a recebeu em forma de doação, durante o período colonial. A ocupação do território brasileiro caracterizou-se pelo sistema de

⁴ Entende-se por estrutura fundiária o universo formado pelo conjunto de imóveis rurais de um determinado lugar ou região, relacionados as suas diferentes formas de uso e ocupação da terra, como também aos seus diferentes tamanhos.

⁵ Propriedades com área inferior a 50 ha.

sesmarias⁶, quando eram doadas grandes extensões de terra a particulares que prestavam serviço à coroa portuguesa na colônia brasileira. O sistema de sesmarias contribuiu para a formação do latifúndio⁷ no país fato que se perpetua até os dias atuais, e tem gerado inúmeros conflitos pelo direito de uso e posse da terra.

As atividades econômicas desenvolvidas na colônia eram voltadas a atender o mercado externo, ou seja, a produção era realizada em grandes propriedades monocultoras a partir do trabalho escravo. Esses elementos, conjugados, contribuíram para formação de latifúndios no país e expropriação da terra a muitos trabalhadores rurais.

Nesse período, a terra não era considerada mercadoria, pois não tinha valor de troca, sua apropriação se dava através da doação de sesmarias, a qual era passada de uma pessoa a outra através do direito hereditário. Praticamente não havia comércio de terras. Logo, eram condições básicas para a produção, que se dispusesse de terra e de trabalhadores que a cultivassem, ou seja, o proprietário de terra necessitava dispor de recursos financeiros para aquisição de mão de obra escrava para trabalhar em sua propriedade e assim torná-la rentável. Destaca Gonçalves (1984, p. 108) que ao analisar:

[...] os dois fatores básicos da produção – a terra e o trabalho – observamos que não havia, praticamente, mercado de terras no Brasil e que esta era obtida na medida em que se possuísse escravos, principal fonte de preocupação dos investimentos aqui estimulados pelo capital mercantil em expansão. Parte da renda dos proprietários rurais era lançada, portanto, na esfera da circulação com compra de escravos.

Sendo assim, a concentração de terras no país e formação do latifúndio escravista vinha ao encontro dos interesses da metrópole, tendo em vista que o comércio de escravos foi durante séculos uma atividade rentável, e que as propriedades tinham por finalidade básica produzir para exportação.

Essa produção, por sua vez, mudava de acordo com os interesses da metrópole, destacando-se a exploração do pau-brasil, o cultivo e produção da cana-de-açúcar e, mais

⁶ De acordo com Motta (2004, p. 4-5) “O sistema de sesmarias foi criado, em fins do século XIV em Portugal, com vistas a solucionar problemas de abastecimento do país, pondo fim à grave crise de gêneros alimentícios. O objetivo da legislação era o de não permitir que as terras permanecessem incultas, impondo a obrigatoriedade do aproveitamento do solo”.

No entanto, a implantação do sistema de sesmaria por Portugal na colônia brasileira, se assentou em outras bases. Aqui, diferentemente do que aconteceu em Portugal, o sistema de sesmarias não foi utilizado para revolver a inércia dos campos, mas sim para regularizar a própria colonização Motta (2004).

Para uma análise mais detalhada sobre o sistema de sesmaria no Brasil, consultar Motta (2004) e Lima (1990).

⁷ De acordo com Girardi (2008, p. 121): “O território do latifúndio e agronegócio compreende as grandes propriedades, grilos, grileiros, exploração do trabalho, grandes empresas capitalistas, crimes ambientais, mecanização intensa, superprodução, improdutividade, especulação fundiária, violência contra pessoa e concentração do poder econômico e político”.

tarde, a do café, que se mantém no auge até 1930, vindo, posteriormente, diminuir seu alto grau de desenvolvimento econômico. Praticamente todas as atividades produtivas giravam em torno da agricultura e do comércio (SILVA, 1993).

No entanto, com a independência do Brasil, extinção do regime de sesmaria e proibição do tráfico negreiro, surge a necessidade de se criar uma nova legislação para regulamentar o acesso à propriedade da terra e resolver o problema da escassez de mão de obra para trabalhar nas fazendas em expansão.

É promulgada então, em 1850, a Lei de Terras, a qual regia que a terra só poderia ser apropriada mediante a compra ou venda, sendo que o pagamento deveria ser em dinheiro. Esse fato limitou, ou mesmo impossibilitou, o acesso à terra àqueles trabalhadores desprovidos de capital, bem como, proporcionou a estruturação da propriedade privada da terra, a manutenção do latifúndio e forneceu condições para a organização de um mercado de trabalho livre que viesse a substituir o trabalho escravo. No entendimento de Silva (1993, p. 28):

É fácil entender a importância da Lei de Terras de 1850 para a constituição do mercado de trabalho. Enquanto a mão de obra era escrava, o latifúndio até podia conviver com terras de “acesso relativamente livre” (entre aspas por que a propriedade dos escravos e de outros meio de produção aparecia como condição necessária para alguém usufruir a posse dessas terras). Mas quando a mão de obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem “livre” com terra “livre”, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios.

Entende-se que o escravo recém-liberto viu-se novamente dependente do senhor que até então o escravizara, pois não tinha recursos para a aquisição de terras. Assim, restava ao escravo ser trabalhador assalariado ou parceiro nas fazendas, ou migrar para os centros urbanos em formação.

Percebe-se então, que a concentração da estrutura fundiária brasileira tem origem na própria história do país, visto que, os proprietários de terra continuaram sendo aqueles que dispunham de recursos financeiros para aquisição dos meios de produção (terra e mão de obra), ou ainda, segundo Martins (1990), os que ficaram sujeitos à Lei de Terras de 1850, obtiveram títulos falsos, na maioria dos casos a partir de favores políticos, subornos a cartórios oficiais e escriturais.

Esse fato poderá ser observado na estruturação da propriedade privada da terra no Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos, quando se constata que companhias de

colonização se instalaram na região com posse de títulos falsos, e passaram a intimidar a população local, obrigando-a a pagar por títulos sem validade, ou ainda, expulsando-a da terra com atos violentos.

Com a impossibilidade de ocupação sem o pagamento para as terras devolutas⁸, o capital recria as condições necessárias para a sujeição do trabalho, ou seja, transforma a terra e o trabalho em mercadoria. Surge então, juntamente com a Lei de Terras de 1850, uma política de incentivo à imigração, com o objetivo de sanar a escassez de mão de obra nas fazendas em constante expansão.

O imigrante europeu, ao ser expropriado de seus meios de produção em seu país de origem, passa a ser bem-vindo em território brasileiro, pois torna-se mão de obra barata e indispensável aos fazendeiros. O imigrante vinha para o Brasil na condição de trabalhador das fazendas, assim em muitos casos sua vinda era financiada pelo fazendeiro, que cobrava a dívida na forma de trabalho. Logo, o acesso e direito à terra dependiam dos ganhos com seu trabalho, fato que deixa o imigrante em condição semelhante à dos ex-escravos, pois o mesmo era livre para trabalhar onde quisesse, desde que quitasse sua dívida com o fazendeiro e dispusesse de capital para adquirir o título da terra.

Logo o imigrante e o ex-escravo tinham o direito à terra garantido, desde que dispusessem de capital para adquiri-la, fato que na maioria das vezes só se tornava possível após se submeter ao trabalho nas fazendas. Para Gonçalves (1984, p. 110):

[...] o fazendeiro se viu livre dos escravos, posto que o trabalhador livre não podia ter acesso à terra, sem antes se submeter aos proprietários e estes, assim, tinham resolvido seu problema de falta de braços para a lavoura, e ainda passava a dispor agora de parte da renda que antes era capitalizada na forma de escravo.

A partir de então, o fazendeiro passa a empreitar a formação das novas fazendas ao imigrante sem necessitar mobilizar grande quantidade de capital, como era feito anteriormente com os escravos. A mão de obra escrava havia se tornado inviável e de elevado custo. Sem mencionar o fato de que, empreitando a formação do cafezal aos imigrantes, não se fazia necessário despender valores para pagar mão de obra assalariada. Para o imigrante, era vantajoso pegar a empreitada para a formação de novas fazendas, visto que, o mesmo podia utilizar as terras férteis durante o período de formação do cafezal (aproximadamente seis

⁸ Segundo Martins (1996, p. 44) “Quando, por acaso, o sesmeiro deixasse de cultivar a terra ou de obter dela frutos para pagar tributos, a terra se tornava devoluta (ou realenga, como então se dizia, isto é pertencente ao rei). Podia por isso ser novamente distribuída pelo representante da Coroa, bastando que alguém a ocupasse e, depois, a requeresse, como ocorreu frequentemente”.

anos), plantando, entre as leiras de café, produtos alimentícios que serviam para sua subsistência. O excedente, por sua vez, era comercializado com o próprio fazendeiro ou com comércios locais (MARTINS, 1986 e 1990).

Nesse contexto, não era o fazendeiro que pagava ao trabalhador a formação do cafezal, era o trabalhador que pagava com cafezal ao fazendeiro o direito de usar as mesmas terras na produção de alimentos durante a fase de formação do cafezal.

Portanto, parte-se da premissa de que o desenvolvimento das relações capitalistas de produção processa-se de forma desigual e contraditória no meio rural brasileiro. E, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento do capital avança, criando relações especificamente capitalistas por meio do trabalho assalariado, reproduz contraditoriamente relações não capitalistas a partir do trabalho familiar. Para Oliveira (2005a, p 480),

O capital, portanto, não expande de forma absoluta o trabalho assalariado (sua relação de trabalho típica) por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele cria e recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar.

No entanto, o monopólio da terra é marca essencial do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Os trabalhadores que não dispõem de condições financeiras para adquirir o título da terra, veem-se obrigados a vender ou trocar sua força de trabalho com quem dispõe de terra e capital, ou ainda, lhes resta ocupar terras devolutas que mais tarde lhes seriam tomadas em virtude da expansão e acumulação de capitais.

Por outro lado, a expropriação e subordinação da terra, que há séculos vem sendo praticada no Brasil, têm ocasionado a insatisfação de parte da população que se mantém lutando e reivindicando o direito ao acesso e uso da terra, gerando assim, inúmeros conflitos fundiários sobre o território brasileiro.

Considera-se indispensável entender historicamente o processo de colonização e estruturação da propriedade privada da terra, uma vez que esse processo interfere na dinâmica agrária atual. Portanto, para Oliveira (2005b), a construção de um território está em constante transformação, decorrente da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve em dado momento. Sendo assim, o território não é um *prius* ou um a *priori*, mas é a contínua luta da sociedade pela socialização da natureza. Como exemplo, tem-se a colonização e estruturação da propriedade privada da terra no Sudoeste do Paraná, mediante a atuação de caboclos, posseiros e companhias imobiliárias, os quais apresentam projetos distintos de produção, comercialização e distribuição de mercadorias.

Com base no exposto, concorda-se com Oliveira (2005b) que a formação de um território é produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência e socialização da natureza, ou seja, a construção de um território dá-se a partir da apropriação do espaço e das relações sociais que nele se estabelecem.

Para Oliveira (2005b, p.74):

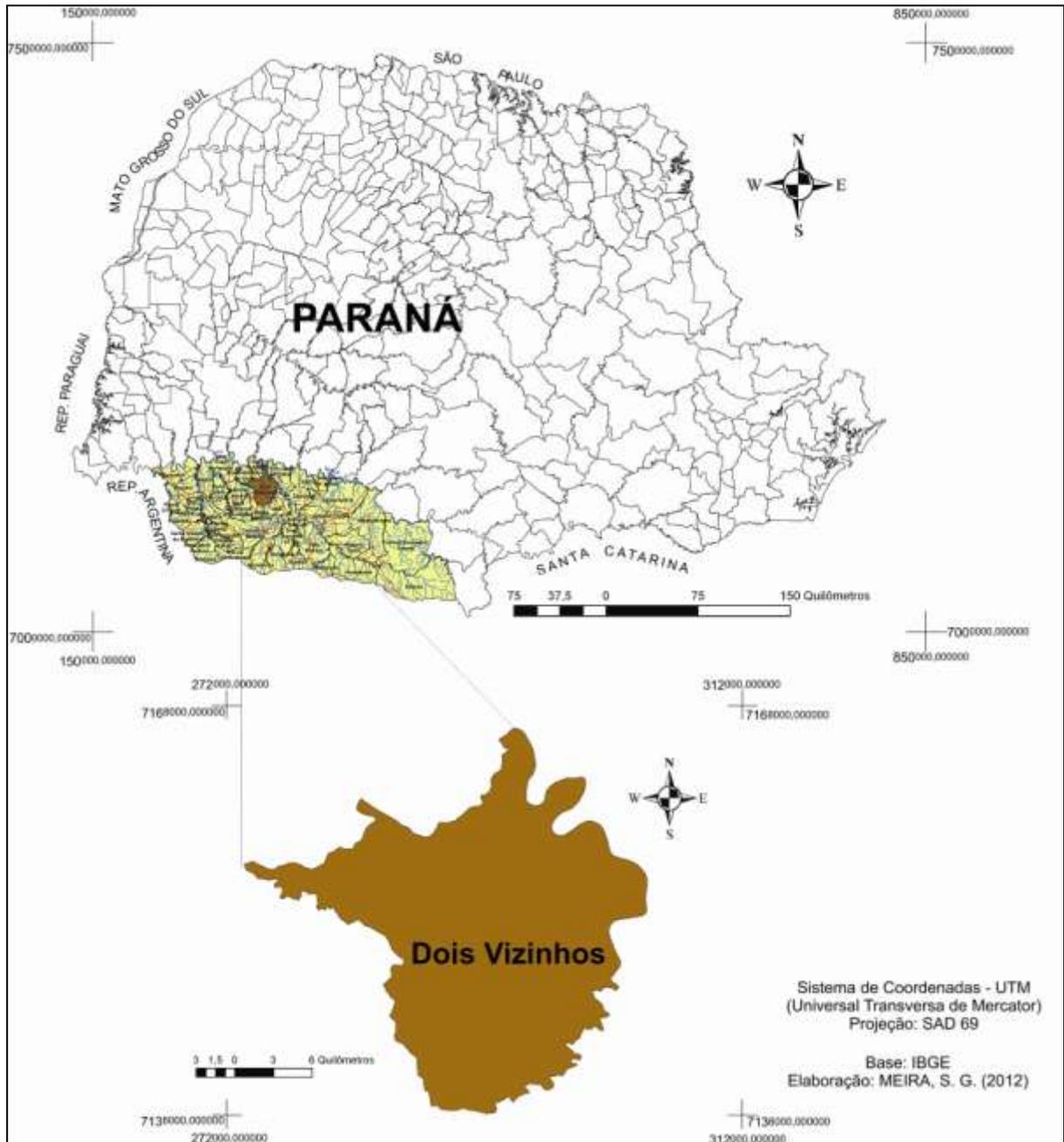
[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo, modo de produção/ distribuição/consumo, suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação.

Portanto, são as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica e específica ao território, pela construção e destruição das formações territoriais em diferentes lugares, criando e recriando processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital em uma mesma fração do território.

1.3 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO SUDOESTE DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

O Sudoeste do Paraná (Mapa 2) localiza-se na margem esquerda do rio Iguaçu, delimitando-se a Leste pelos municípios de Chopinzinho, Coronel Vivida, Pato Branco e Mariópolis; a Oeste pela fronteira com a República da Argentina (rio Santo Antônio); ao Norte pelo rio Iguaçu e ao Sul pela fronteira seca com Santa Catarina.

O município de Dois Vizinhos (Mapa 2) forma o Sudoeste do Paraná, juntamente com os municípios de Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Itapejara d'Oeste, Manfrinópolis, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pato Branco, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Isabel d'Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge d'Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê, Vitorino, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha e Palmas (IPARDES, 2012).



Mapa 2. Localização do município de Dois Vizinhos no Estado do Paraná e na Mesorregião do Sudoeste do Paraná.

O Sudoeste do Paraná, onde se localiza o município de Dois Vizinhos, faz parte do Terceiro Planalto Paranaense. Apresenta solos com elevado teor de fertilidade, rede hidrográfica bem distribuída, e precipitação anual média de 1.831,8 mm. O clima predominante é o Subtropical Úmido Mesotérmico, o qual apresenta verões quentes nas áreas de menor altitude, e baixa frequência de geadas; enquanto que, nas áreas de maior altitude, ocorrem verões amenos, com geadas intensas e mais frequentes (MAACK, 2002).

A ocorrência de um clima agradável, solos férteis, bom sistema hídrico e rica biodiversidade animal e vegetal, são fatores de atração natural, que associados à expansão da fronteira agrícola⁹, contribuíram diretamente para colonização e desenvolvimento da região.

1.4 – A POSSE DA TERRA NO SUDOESTE DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Este tópico tem como objetivo o resgate de aspectos importantes da colonização e formação da propriedade privada da terra no Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos. Para tanto, faz-se necessário conhecer a formação histórica da região e município, visando a compreensão do contexto histórico-geográfico no qual estão inseridos.

Devido à região localizar-se em área de fronteira, a oeste com a República da Argentina, e ao sul com o Estado de Santa Catarina, apresenta uma história marcada por inúmeros conflitos e disputas pelo direito de uso e posse da terra. Para Gomes (1987, p. 29):

A questão da posse da terra no Sudoeste do Paraná vem desde o Império e tem como ponto de referência a política de concessão de grandes lotes de terras adotada pelo governo brasileiro como complementação de pagamento aos trabalhos realizados por empresas construtoras de ferrovias.

Este relato comprova que a formação do Sudoeste do Paraná e do município de Dois Vizinhos é marcada por inúmeros conflitos jurídicos, políticos e sociais, os quais contribuíram para a estruturação da propriedade privada da terra, e atual organização agrícola da região e município.

Nesse contexto, a disputa por essa área de fronteira vem desde o Império, quando Brasil e Argentina procuravam estabelecer seus limites territoriais (Figura 1). De acordo com Lazier (1997), a Argentina reivindicou que a fronteira entre os dois países fosse pelos rios Chapecó e Chopim. Em contrapartida, o Brasil solicitava que a fronteira fosse estabelecida a partir dos rios Santo Antonio e Peperi-guaçu.

⁹ A fronteira pode ser considerada uma área em potencial à ocupação e colonização, onde se pretende promover o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Para maiores informações a respeito da expansão da fronteira agrícola no Estado do Paraná consultar Valdir Gregory (2008).

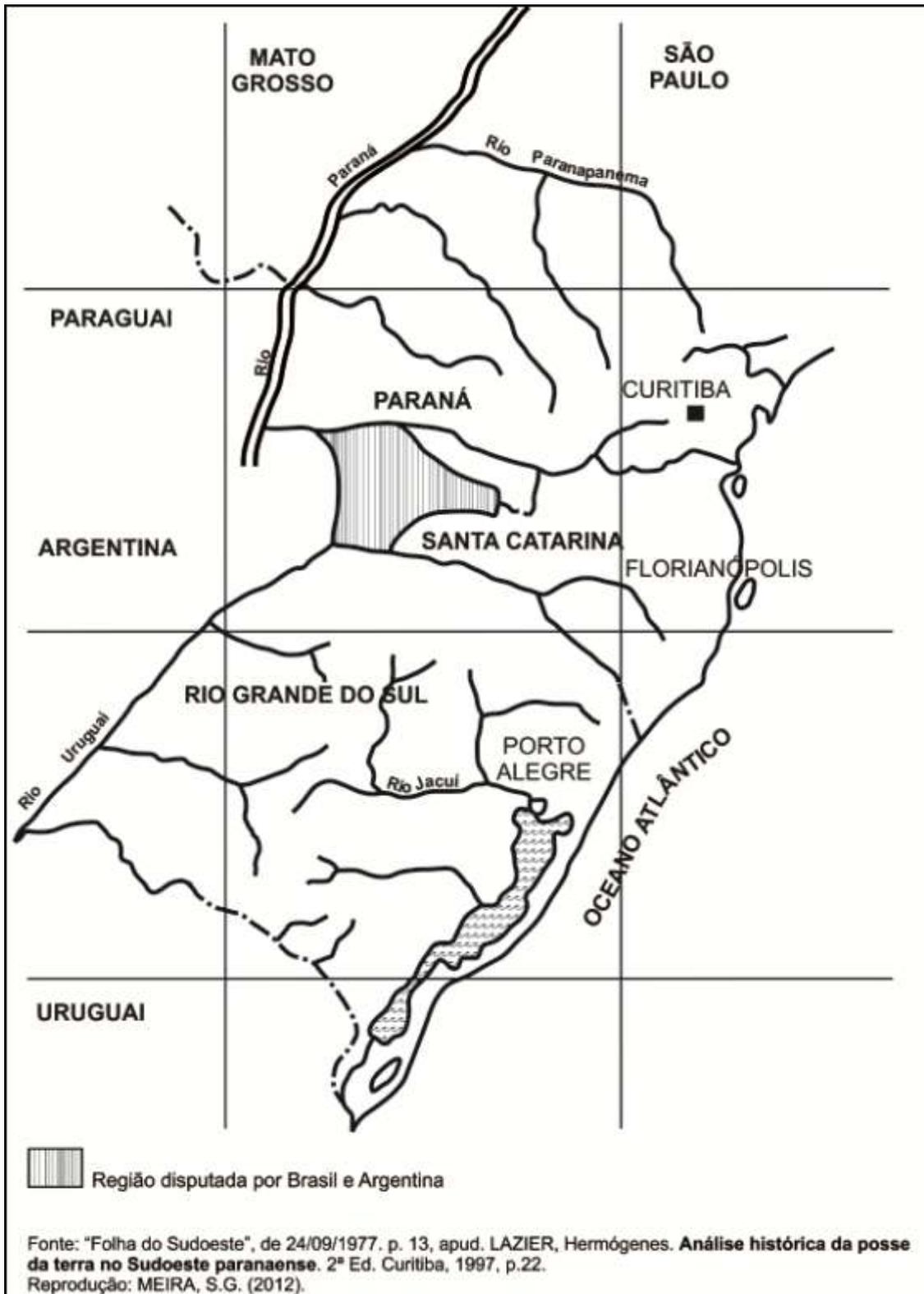


Figura 1. Região Sul do Brasil disputada por Brasil e Argentina.

Contudo, não houve acerto entre os dois países no tocante à linha divisória, sendo necessário eleger um árbitro que auxiliasse na resolução da questão. Para isso, Brasil e Argentina elegeram em 1889, o Presidente dos Estados Unidos da América, Grover Stephen

Cleveland, o qual, após analisar documentos e mapas apresentados por ambos os países, deu ganho de causa ao Brasil. Caso a reivindicação argentina fosse aceita, parte do Sudoeste do Paraná pertenceria à Argentina e não ao Brasil (LOPES, 2002).

A partir de 1895, a área em litígio, passou a pertencer oficialmente ao Brasil, tendo sido resolvida a questão entre os dois países. No entanto, segundo Lopes (2002), essa experiência pode ter contribuído para desencadear políticas com o objetivo de efetivar a colonização e ocupação do Sudoeste do Paraná mediante a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), durante o governo de Getúlio Vargas, em 1943.

Resolvida a posse das terras em litígio entre Brasil e Argentina, tem início uma nova disputa, agora, entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. Ambos os Estados, passam a reivindicar a posse das terras onde se localiza o Sudoeste do Paraná.

No entanto, o conflito entre os dois Estados, só teve fim após a Guerra do Contestado, quando Paraná e Santa Catarina assinaram o Acordo de Fronteira, em 20 de Outubro de 1916. De acordo com Lazier (1997, p.23):

O referido acordo foi confirmado pelo Presidente da República, Wenceslau Braz, sendo que a maior parte das terras em litígio passou para Santa Catarina. Portanto, a região do Sudoeste do Paraná só passou a pertencer ao Estado do Paraná após a assinatura do acordo em 20 de outubro de 1916.

Porém, durante o Império, foram firmados acordos para a construção de uma estrada de ferro que passaria pelo Estado do Paraná, ligando o Estado de São Paulo ao Estado de Rio Grande do Sul. A empresa responsável pela construção da ferrovia pertencia ao grupo inglês Brazil Railway Company, o qual receberia como pagamento pelas terras prestadas terras devolutas, correspondente a nove quilômetros de cada lado da linha. Coube então ao Estado do Paraná, demarcar e titular as terras em nome do grupo inglês Brazil Railway Company.

A construção desta ferrovia pouco beneficiaria o Estado do Paraná, pois, não iria auxiliar na colonização e ocupação de novas áreas. O Estado demonstrava maior interesse em uma ligação leste-oeste, visto que, esta auxiliaria no processo de colonização e ocupação das terras a oeste de Guarapuava, ou seja, as terras do Sudoeste do Paraná. Para Wachowicz (1987, p.141) “A ligação Paranaguá ao Rio Paraná era muito mais vantajosa para o Estado, pois abriria para colonização todas as terras a ocidente de Guarapuava. A ferrovia São Paulo - Rio Grande não abria nenhuma área para colonização”.

Coube então, ao Estado do Paraná titular à Brazil Railway Company, o equivalente a nove quilômetros em cada lado da ferrovia de acordo com a extensão da estrada de ferro. No

entanto, esse contrato seria impossível de se cumprir, visto que, as terras por onde passaria a ferrovia já eram ocupadas por títulos que remontavam às sesmarias do século XVIII, sendo necessário negociar com a companhia a titulação de terras em outros locais, fora do eixo da ferrovia.

O Estado do Paraná negociou então com a Brazil Railway Company, que de acordo com Wachowicz (1987, p. 142) “[...] aceitaram receber estas terras fora do eixo da ferrovia. Isso significa titular-lhes terras devolutas nos sertões do rio Uruguai, Iguaçu e Piquiri”. Dessa forma, parte das terras do Sudoeste do Paraná, Glebas Missões e Chopim, área que será marcada por inúmeros conflitos fundiários nos anos que se seguem.

Durante os anos de 1911, 1912 e 1913, o Paraná titulou glebas de terras a Brazil Railway Company como forma de pagamento pela construção da ferrovia. As terras tituladas eram preferencialmente as que mais tarde passariam para a administração catarinense. O Paraná havia perdido a maior parte do território do Contestado para Santa Catarina, por determinação do Supremo Tribunal Federal, que ainda não havia executado a sentença.

Em agosto de 1920, no entanto, o governo do Paraná assina novo contrato com a mesma companhia, com o objetivo de construir uma ferrovia partindo de um dos pontos da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul até Guarapuava. A forma de pagamento pela construção da estrada de ferro seria a mesma utilizada na construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul, ou seja, em títulos de terra.

As obras nem haviam iniciado, e em outubro daquele ano, a Brazil Railway Company já havia recebido como forma de pagamento o título da Gleba Missões. Assim como, havia transferido o contrato de construção da ferrovia para Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), que antes mesmo de iniciar a construção da estrada de ferro recebe o título de quatro glebas, sendo elas: Santa Maria, Silva Jardim, Riozinho e Missões¹⁰.

A Brazil Railway Company, entretanto, ao transferir a construção da estrada de ferro para a BRAVIACO decide que a gleba Missões permaneceria sob seu domínio, não transferindo-a para a BRAVIACO.

Segundo Gomes (1987) e Wachowicz (1987), a situação fica ainda mais confusa quando em 1930, o general Mario Tourinho assume como interventor do Estado do Paraná, e

¹⁰Como essas transações vão a posteriori originar complicadas questões no judiciário, é preciso esclarecer e salientar o seguinte: o contrato entre o Estado do Paraná e a São Paulo – Rio Grande, pela construção do ramal de Guarapuava, data de 23 de agosto de 1920. A titulação da gleba Missões, antes mesmo de iniciados os trabalhos da construção do ramal, data de 09 de outubro de 1920. A transferência para a BRAVIACO, data de 20 de novembro de 1920 (WACHOWICZ, 1987).

passa a questionar as titulações feitas à Brazil Railway Company, defendendo os interesses paranaenses e indo contra o interesse de latifundiários. Este fato deu origem ao Decreto nº 300, de 03 de novembro de 1930 e ao Decreto nº 20, de 05 de Janeiro de 1931, que determinou segundo Gomes (1987, p. 31):

- a rescisão do contrato de 23/08/20, transferindo à Braviaco, e atos consequentes dos contratos alterados;
- reversão das obras do Estado;
- nulidade dos títulos expedidos à São Paulo – Rio Grande e à Braviaco, decorrentes dos contratos rescindidos e dos anteriores por ele alterados;
- o cancelamento dos títulos.

As terras passam a ser disputadas agora, entre a Brazil Railway Company, empresa responsável pela construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul e o Estado do Paraná, que considerava a companhia usurpadora da gleba Missões e outras glebas que havia recebido.

Como era de se esperar a companhia BRAVIACO entrou na justiça contra os Decretos nº 300 de 1930 e nº 20 de 1931, mas ao Estado do Paraná não interessava se a Brazil Railway Company havia retido o título da gleba Missões ou não, interessava o acordo feito inicialmente com a empresa.

O Estado do Paraná ganhou da empresa responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, inúmeros julgamentos estaduais, inclusive em 1938 o Recurso Extraordinário do Supremo Tribunal Federal e em 1940 pelas Câmaras Reunidas do Tribunal de Apelação do Estado.

Seguindo este raciocínio, estava praticamente resolvida a questão da gleba Missões em favor do Estado do Paraná, não fossem os decretos baixados pelo Governo Federal em 1940.

O decreto de Lei nº 2.073 de 08 de março de 1940, incorporou os bens da Brazil Railway Company ao patrimônio da União, inclusive as glebas Chopim e Missões, que representavam o atual território do Sudoeste do Paraná.

O governo do Paraná considerava legal a incorporação da gleba Chopim à União, mas a gleba Missões não, visto que, esta havia sido titulada à Brazil Railway Company como pagamento ao ramal ferroviário Guarapuava, sendo este um contrato estadual e não federal.

O Governo Federal, por sua vez, não pensava dessa forma, e incorporou a gleba Missões ao patrimônio da União, que passa a ser administrada juntamente com os bens da Brazil Railway Company pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU), a partir do decreto nº 2.436, de 10 Julho de 1940.

Inicia-se, então, um novo conflito referente à posse das terras do Sudoeste do Paraná. Agora entre o Governo Estadual e o Governo Federal que passa a administrar as áreas de fronteira que considera zona de segurança nacional.

Com o objetivo de acelerar o processo de colonização e ocupação na região, e acomodar o excedente de mão de obra que migrava dos Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o Presidente Getúlio Vargas, criou a partir do decreto nº 12.417, de 01 de maio de 1943, uma colônia agrícola ligada diretamente ao Ministério da Agricultura, em terras da gleba Missões, com a designação de CANGO, a qual tinha sua sede no município de Francisco Beltrão.

Sabe-se que a localização da CANGO estava em área de litígio, nem o Governo Estadual nem o Governo Federal poderiam usufruir das terras, pois a questão estava no judiciário, segundo Wachowicz (1987, p.144):

O legislador que redigiu o dec. 12.417, sabia perfeitamente da ilegalidade da função da colônia. Não definiu os limites da mesma e sim apenas sua extensão, a qual não poderia ser inferior a 300 mil hectares. Por sinal, os limites da colônia nunca foram demarcados. Sua localização, legalmente falando, ficou como que no ar.

Sendo assim, não se sabia ao certo a extensão territorial da CANGIO, pois, em seu decreto de criação constava apenas a área mínima que era de 300 mil hectares, mas não constavam os limites máximos.

Lazier (1997) destaca que a criação da CANGO foi fundamental para a efetivação da colonização brasileira no Sudoeste do Paraná, pois distribuiu terras gratuitamente, ofereceu madeira para construção de casas, sementes para o plantio das lavouras, ferramentas para a produção agrícola e assistência médica às famílias que ali se instalavam até meados de 1950.

A expansão da fronteira agrícola vinha ao encontro das necessidades de amenizar a pressão demográfica nas regiões de colonização mais antiga no Brasil Meridional, bem como, vislumbrava-se a possibilidade de lucrar com o comércio de terras e madeiras (Gregory, 2000 e 2008). Associado a esse fato, tem-se a preocupação do Governo Federal em colonizar áreas de fronteira com o objetivo de garantir a posse da terra brasileira, evitando desta forma, novas disputas pela posse da terra, como a que ocorreu entre Brasil e Argentina, em 1889. Esse fato tornou-se evidente no Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos a partir da atuação ilegal de companhias imobiliárias, mediante falsificação de títulos de terra, e da CANGO, mediante projeto de colonização.

Os benefícios cedidos pela CANGO aos agricultores, associados às transformações ocorridas em meados do século XX, na agricultura e indústria gaúcha, ocasionaram um intenso movimento migratório em direção ao Sudoeste do Paraná, produzindo uma agricultura mercantilizada e baseada na pequena produção familiar, visto que, produzia-se com o objetivo de atender as necessidades familiares, e o excedente comercializado (GOMES, 1987).

Pode-se observar (Tabela 1) um considerável aumento do número de famílias e habitantes cadastradas pela CANGO, entre as décadas de 1940 e 1950, já que, por interesse do Governo Federal em reduzir a pressão demográfica em áreas de colonização mais antiga, a CANGO proporcionou as melhores condições de fixação aos agricultores na história do Paraná, pelo menos até a década de 1950. Sua criação era ilegal, fato que a impedia de fornecer a escritura da terra aos agricultores que se fixaram no Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos nesse período (WACHOWICZ, 1987).

Tabela 1. Evolução do número de famílias e habitantes cadastradas pela CANGO – décadas de 1940/1950

Período	Número de famílias	Número de habitantes
1947	476	2.529
1949	1.068	6.045
1950	1.440	7.147
1956	2.725	15.284

Fonte: Wachowicz (1987)

Organização: CARA (2012)

No entanto, a região do Sudoeste do Paraná, em particular, as terras da Gleba Missões, passou a despertar o interesse de companhias imobiliárias que pretendiam realizar vantajosos negócios na região.

Nesse contexto, surgiram em 1950, dois grupos que se aproveitaram da falta de fiscalização que ocorreu nos últimos três meses do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, tentando grilar¹¹ terras em vários locais da gleba Missões.

Os grupos denominavam-se PINHO e TERRAS tendo como acionista Alberto Dalcanalle, que também era presidente da BRAVIACO e a Clevelândia Industrial Territorial Ltda (CITLA), que tinha como principal acionista Mario Fontana, aliado do Partido Social Democrático (PSD) que se encontrava no poder, tanto no Estado do Paraná, quanto no Governo Federal. Segundo Wachowicz (1987, p. 147):

¹¹ É a ocupação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade.

Em 17 de novembro de 1950, a SEIPU vendeu à CITLA, toda a gleba Missões e parte da gleba Chopim. [...] Poucos dias após, em 22 de dezembro de 1950, vendeu à firma PINHO E TERRAS 11.500 alqueires da própria gleba Missões e 300.000 pinheiros adultos a Companhia de Madeiras do Alto Paraná S.A.

Em decorrência disso, houve períodos em que a área onde se encontrava a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim (Figura 2) tinha cinco proprietários diferentes, a CITLA, a PINHO e TERRAS, o Governo Estadual, o Governo Federal e as famílias que haviam recebido os lotes de terra da CANGO.

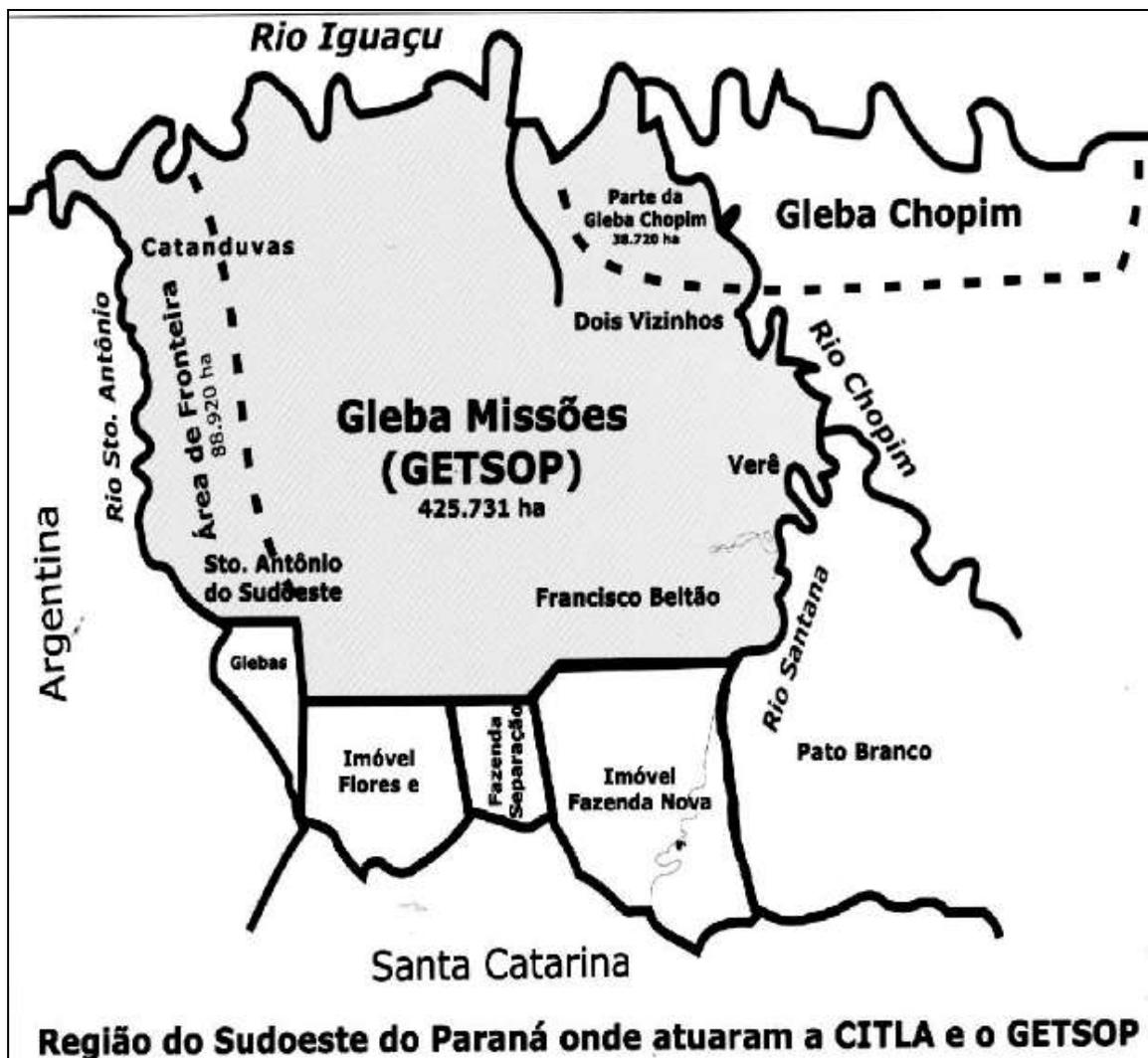


Figura 2. Gleba Missões e Chopim – Sudoeste do Paraná
Fonte: PEGORARO (2007)

Além dos conflitos mencionados, havia na justiça uma ação movida por José Rupp contra a empresa Brazil Railway Company, responsável pela construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, desde o ano de 1920. A família Rupp alegava ter recebido uma

concessão do governo catarinense para explorar a erva mate e a madeira nas terras que o Governo do Paraná titulou à empresa pela construção da ferrovia.

Jose Rupp entrou com um processo na justiça contra a Brazil Railway Company, ainda em 1920, e ganhou a causa em 1938. Porém, não satisfeito, entrou na justiça novamente, pedindo agora, a fixação de um valor como indenização pelos prejuízos a ele causados. Ficou então determinado pela justiça, em 1945, que José Rupp teria direito a uma indenização no valor de Cr\$ 4.700.000 (quatro milhões e setecentos mil cruzeiros), mais os juros de mora e as despesas judiciárias (GOMES, 1987).

A Brazil Railway Company não existia mais em 1940, os bens da companhia haviam sido incorporados ao patrimônio da União naquele ano. Logo, José Rupp conseguiu na justiça a penhora das glebas que haviam sido tituladas à companhia pela construção da ferrovia. Entre elas estavam as Glebas Missões e Chopim.

José Rupp, no entanto, não tinha interesse em receber a indenização em dinheiro, e se propôs a recebê-la em terras. Porém, as terras pelas quais tinha interesse, Glebas Chopim e Missões valiam na época aproximadamente trezentos milhões de cruzeiros, e sua indenização com as devidas correções correspondiam a aproximadamente cinco milhões de cruzeiros, o que levou seu pedido a ser negado pela justiça (GOMES, 1987).

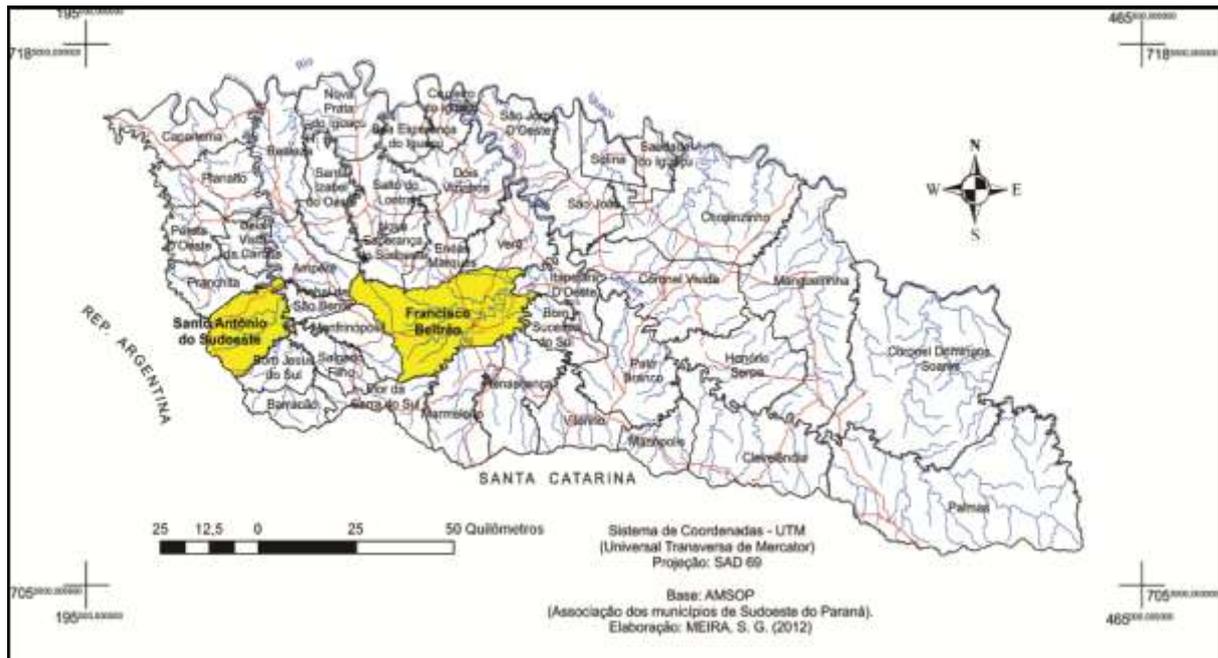
Não obtendo sucesso por meios legais, José Rupp decide, em 1950, vender seus direitos à Clevelândia Industrial Territorial Ltda (CITLA), que apresentava grande proximidade política e econômica com o governador do Paraná, Moysés Lupion. Esse fato levou a CITLA a receber a indenização da SEIPU, em 1950, sendo tituladas a ela, a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim (Figura 2), o que representava quase todo o Sudoeste do Paraná (LAZIER, 1996 e 1997).

Essa titulação deu-se de forma ilegal e imoral, sendo contestada logo em seguida, visto que foi executada sem a autorização do Senado Federal, desrespeitou o Decreto de Lei nº 7.549/1946, que exigia que toda alienação por parte da União relacionada aos bens da Brazil Railway Company deveriam ocorrer mediante concorrência pública e por preços nunca inferiores à avaliação. O Tribunal de Contas da União não foi ouvido, a transação não foi autorizada pelo Conselho Nacional de Segurança, e por fim, não se sabia ao certo quem era proprietário das Glebas Missões e Chopim, se o Estado do Paraná ou a União (WACHOWICZ, 1987).

Na ocasião, o Governador do Paraná, Moysés Lupion, posicionou-se a favor da CITLA, permitindo que as terras fossem escrituradas em nome da companhia, mesmo

sabendo que essas Glebas Missões e Chopim já estavam sendo ocupadas com a autorização do Governo Federal e mediante a atuação da CANGO.

Registrada a escritura, a CITLA imediatamente instala-se no Sudoeste do Paraná, com dois escritórios, sendo um em Francisco Beltrão e outro em Santo Antônio do Sudoeste (Mapa 3).



Mapa 3. Localização dos escritórios da CITLA no Sudoeste do Paraná

Entretanto, quando eleito, o novo governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, toma a decisão de proibir o recolhimento do Imposto de Escrituração de Imóveis (SISA) à CITLA. Esse fato impedia a CITLA de fornecer a escritura a quem comprasse terras, ou seja, impedia a grilagem de terras no Sudoeste do Paraná (GOMES, 1987). Ainda segundo a autora, essa proibição manteve-se durante o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, entre os anos de 1951 a 1955.

Porém, com os escritórios instalados em Francisco Beltrão e Santo Antonio do Sudoeste, a CITLA passa a atuar no Sudoeste do Paraná e vender a referida área em lotes aos posseiros¹² e demais interessados, fornecendo até mesmo escrituras. Alguns cartórios não respeitavam a decisão do Conselho de Segurança Nacional, pois mantinham ligações pessoais com os proprietários da CITLA (WACHOWICZ, 1987).

Esse fato agrava-se com a eleição de 1955, quando Moysés Lupion é eleito novamente governador do Paraná. A partir de então, a CITLA passa a atuar efetivamente no

¹² Agricultores que cultivavam a terra, mas não possuíam o título da mesma.

Sudoeste do Paraná com o consentimento do governo estadual, desencadeando violentos conflitos entre jagunços contratados pela CITLA e os posseiros, que apresentavam resistência em cooperar, pois sabiam que os títulos fornecidos pela Companhia não tinham valor legal, uma vez que estavam sendo questionados na justiça.

1.4.1 – A Revolta de 1957

Durante o Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto (1951 a 1955), a CITLA tentou conciliações no tocante às terras das Glebas Missões e Chopim, já que, entre os anos de 1951 a 1955 a atuação da CITLA no Sudoeste do Paraná foi limitada pelo não recolhimento do SISA.

Neste contexto, CANGO e CITLA apresentavam dois projetos distintos para a ocupação e desenvolvimento do Sudoeste do Paraná. A primeira com o objetivo de priorizar a colonização da região mediante o assentamento de minifúndios, atendendo à política do Governo Federal de “Marcha para o oeste”, ocupando as terras devolutas do Estado, a partir da doação de lotes aos agricultores vindos de regiões mais antigas, no caso, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A segunda com o objetivo de implantar uma indústria de celulose, tendo em vista que a matéria-prima (pinheiro) era abundante na região, ficando em segundo plano o projeto de colonização (GOMES, 1987).

Para tanto, a CITLA elaborou um documento contendo levantamentos preliminares e projetos a serem desenvolvidos no Sudoeste do Paraná mediante a atuação da Companhia na região. Conforme Gomes (1987, p. 43):

Nos levantamentos feitos, constatou-se que havia na época, mais de três milhões de pinheiros adultos industrializáveis, várias quedas d’água passíveis de serem aproveitadas, um número significativo de pés de erva-mate de exploração imediata, milhões de pés de madeira de lei, principalmente cedro e peroba e milhares de toneladas de nó de pinho, matéria prima para a indústria de plástico.

Para explorar tamanha riqueza, a CITLA cogitou a construção de uma usina hidrelétrica, uma indústria de erva-mate, o aproveitamento dos nós de pinho, uma indústria de celulose, a abertura de estradas, entre outros, sendo que, a maioria dos projetos ficou apenas no papel.

Planejava-se também, direcionar as famílias que chegavam, em grande número, ao Sudoeste do Paraná a áreas que tivessem poucos pinheiros, preservando assim a matéria-prima para a indústria de celulose.

A atuação da CANGO, na década de 1950, já se encontrava limitada, em virtude da redução de recursos enviados por parte do Governo Federal. Mas é na data de 31/12/1953 que as atividades da CANGO são efetivamente interrompidas, a partir de um ofício do Diretor da Divisão de Terras e Colonização (DCT), que suspendeu a colocação de novas famílias na Colônia Agrícola (GOMES, 1987), no auge da imigração (Tabela 1).

A CITLA procurava demonstrar aos posseiros que atuava legalmente na região, e sempre que possível divulgava notícias que a favoreciam. Neste contexto, a decisão do DCT foi utilizada e divulgada pela companhia para demonstrar que a CITLA era de fato a proprietária dos títulos das Glebas Missões e Chopim (WACHOWICZ, 1987).

A partir de 1954, a CITLA passa a impedir a entrada espontânea de novas famílias no interior da região impedindo o trânsito nas estradas, principalmente as que davam acesso à CANGO.

A população e autoridades, que desde 1951, já se organizavam e se posicionavam em relação aos efetivos proprietários das Glebas Missões e Chopim, passam a se articular com o objetivo de encontrar uma solução para o problema, haja vista que a maior parte da população não possuía o título da terra.

De acordo com Gomes (1987, p.48):

[...] nessa primeira fase de atuação da CITLA (1951 a 1955), a forma de reação dos moradores foi estritamente reivindicatória, nem por isso deixou de assumir importância. Do meu ponto de vista, essa primeira reação constituiu um embrião de organização, que, com o desenrolar dos acontecimentos, transformou-se numa consciência política capaz de mudar a forma de resistência.

Para tanto, organizou-se então uma comissão que se dirigiu a Curitiba e solicitou ao governador, providências quanto à atuação da CITLA na região e a efetiva titulação das terras aos posseiros. Novamente o Governo do Estado, mostrou-se contrário à atuação da CITLA na região, ao determinar que um coronel da polícia de Pato Branco fosse até Francisco Beltrão e removesse o obstáculo que impedia a entrada de novas famílias na região.

No entanto, essa situação altera-se em 1955, a partir da reeleição de Moysés Lupion, e a CITLA passa a empregar novos métodos de persuasão às famílias que residiam no Sudoeste. Lupion, obriga a CITLA a aceitar a atuação de mais duas concessionárias na região,

a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda (COMERCIAL) e a Companhia Imobiliária Apucarana Ltda (APUCARANA), em troca da liberação do SISA, em 1956.

O projeto para a instalação de uma indústria de celulose, principal objetivo da CITLA na região, ficou apenas no papel. Em 1955, Mario Fontana, sócio majoritário, e gerente da CITLA, constatou que o projeto havia se tornado inviável, em virtude do número de famílias que ocupavam o Sudoeste do Paraná e se recusavam a deixar as terras, e do grande número de serrarias clandestinas que retiravam a madeira, comprometendo desta forma a principal matéria prima para a implantação do projeto celulose.

Restava então, às companhias de colonização, vender a terra aos milhares de posseiros que ali haviam se instalado. Assim, passaram a atuar no Sudoeste do Paraná com o objetivo de medir e demarcar as terras dos posseiros que ali residiam, bem como, receber pela regularização, uma vez que, legalmente eram os proprietários da terra.

Acredita-se que as três Companhias, a COMERCIAL, a APUCARANA e a CITLA tinham ligações pessoais com o governador reeleito em 1955, Moysés Lupion, quem por diversas vezes interferiu legalmente a favor das companhias de colonização, as quais passaram a ter maior liberdade para pressionar os posseiros a assinarem contratos de compra e venda da terra. Para Gomes (1987, p.54):

Contando com o apoio significativo do governo estadual, diretamente ou através das instituições administrativas relacionadas com a Justiça e Segurança, as companhias passaram a intimidar os colonos, tentando forçá-los a assinar compromissos de compra e venda das terras que ocupavam. Como a maioria dos colonos não concordasse o uso da violência física – espancamentos, saques, mortes – tornou-se a forma mais comum de pressão, com o intuito ou de fazer o colono assinar o contrato, ou de expulsá-lo da terra, junto com sua família, para que a mesma pudesse ser comercializada.

Os posseiros por sua vez, não se negavam a pagar pela posse da terra, exigiam sim, que os títulos fossem legais e que fosse cobrado um preço justo. De acordo com Wachowicz (1987, p. 169), “o preço normal de uma propriedade de 10 alqueires estava entre 10 a 15 mil cruzeiros. As companhias cobravam na base de 60 a 80 mil cruzeiros.” Outros alegavam ainda, que já haviam pago a propriedade da terra ao antigo posseiro (cabloco).

O que muitas vezes impedia o posseiro de realizar os pagamentos às companhias eram os valores exorbitantes cobrados, e a incerteza sobre a legitimidade dos títulos de posse apresentados, pois muito se comentava sobre as irregularidades que existiam quanto à titulação das Glebas Missões e Chopim para a CITLA.

Para atingir seus objetivos, as companhias de colonização trouxeram para a região jagunços, elementos que muitas vezes eram retirados de penitenciárias e recrutados pelas companhias de colonização com objetivo de se fazer cumprir a “lei”.

Esses jagunços exerciam o papel de “corretores”, pois percorriam a região tentando fazer com que os posseiros assinassem compromissos de compra e venda das propriedades em que residiam. Andavam em grupos, sempre armados e constantemente utilizavam de violência para persuadir os posseiros. Sobre a atuação das companhias de colonização no Sudoeste do Paraná e no município de Dois Vizinhos, especialmente à atuação dos jagunços, uma agricultora A¹³ relata que, os jagunços andavam armados e a cavalo pela região, em bando de quatro ou cinco, cobravam a terra que os colonos já tinham pago ao cabloco. “Entravam nas propriedades matavam o gado e faziam festa, aquela churrascada, os colonos não se metiam com eles, pois tinham medo”. De acordo com Gomes (1987, p. 56):

[...] os jagunços passaram a percorrer as propriedades, sempre em grupos de mais de três elementos, obrigando os colonos a assinar os contratos, dos quais eram excluídos os pinheiros, e as madeiras de lei. Caso o colono se recusasse, usavam de todo tipo de violência, desde impedir que fizessem as roças, como incendiar as casas, os galpões, matar animais, espancar crianças, praticar violências sexuais contra mulher, prender, matar, etc [...].

Os jagunços, além de aterrorizar a população, contavam ainda com a conivência das autoridades policiais, que nada faziam a respeito das atrocidades cometidas pelas companhias de colonização contra os posseiros, pois atendiam aos interesses do governador do Estado, que se posicionava a favor das companhias de colonização.

Diante de tamanha violência, os posseiros e autoridades passaram a se organizar e se manifestar, lutando não somente pelo direito à terra, mas para restabelecer sua dignidade e moral que lhes haviam sido tiradas. De acordo com Wachowicz (1987, p. 195):

As lideranças contrárias às companhias foram se reunindo: Pecoits, Prollo, Sella, Zanatta, Daros, Krasneiewicz, não só da cidade. Os do interior estavam dispostos a tomar também uma medida. Das conversas havidas, chegou-se à conclusão, que somente um movimento popular armado, de grande proporção poderia expulsar as companhias. As cidades deveriam ser tomadas e as lideranças deveriam ser sérias e firmes, para impedir violências desnecessárias.

¹³ Entrevista A, realizada no dia 02/02/12 com agricultora que reside no município de Dois Vizinhos, desde 1952.

Para tanto, a presença do exército, que já se encontrava instalado em de Francisco Beltrão há algum tempo, e o controle da Rádio Colméia, utilizada para auxiliar na organização dos posseiros, foi essencial para o sucesso do movimento, visto que a rádio era o principal meio de comunicação da época, tendo como acionistas Pecoits e Prollo, líderes dos posseiros e contrários aos mandos e desmandos das companhias na região. O exército, no entanto, era temido e respeitado pelos jagunços, e tinha-se a certeza de que os soldados não combateriam os posseiros em caso de conflito (GOMES, 1987).

Os posseiros, instigados por lideranças e pelo sentimento de revolta, ocuparam gradativamente, de forma armada os municípios de Capanema, Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, Pato Branco, e em 10 de outubro de 1957, Francisco Beltrão, onde se localizava a sede da CITLA. Na ocasião, os posseiros expulsaram os jagunços e as companhias de colonização da região, e os posseiros vitoriosos invadiram os escritórios das Companhias e rasgaram documentos, com a finalidade de destruir os contratos de terras que haviam sido obrigados a assinar, muitos deles, pressionados por armas.

Tendo sido informado dos acontecimentos, o governador do Estado do Paraná, Moysés Lupion, temendo uma intervenção no Estado, e pressionado pela sociedade civil, toma a decisão de afastar definitivamente, e o mais rápido possível as companhias de colonização do Sudoeste do Paraná. Para tanto, Lupion envia a (à) região, o Coronel Alcebíades Rodrigues, oficial de alta patente com amplos poderes que se posicionou a favor da população e contra as companhias de colonização com o objetivo de acabar com o levante o mais rápido possível (WACHOWICZ, 1987).

A Revolta de 1957 ganhou repercussão nacional, destacando a vitória dos posseiros em relação às companhias de colonização, que atuavam na região aterrorizando a população e grilando títulos de terras. Afastadas as companhias de colonização do Sudoeste do Paraná, iniciava-se uma nova luta, agora, para regularizar os títulos da terra nas quais viviam os posseiros. Foi criado, então pelo Governo Federal, em 1962, a partir do Decreto nº 51.431, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP, com a função de regularizar os títulos de terras no Sudoeste do Paraná.

Considera-se indispensável conhecer o processo histórico de formação da propriedade privada da terra no Sudoeste do Paraná, onde se localiza o município de Dois Vizinhos, para compreender a dinâmica agrícola que se desenvolve nos anos seguintes, visto que a região, em virtude da Revolta de 1957, apresenta estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, fato que não ocorre em grande parte do território nacional, onde se observa a concentração da estrutura fundiária.

1.5 – ATUAÇÃO DO GETSOP NO SUDOESTE DO PARANÁ

A legalização da posse da terra aos posseiros em 1957 só teve início em 1961, quase cinco anos após a Revolta, quando o então presidente Jânio Quadros declarou que a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim seriam desapropriadas pelo Decreto n.º 50.379 de 27 de março de 1961.

A legalização da terra respeitando o direito dos posseiros ocorreu mediante acordo de campanha eleitoral entre os candidatos à Presidente da República e aos governos do Paraná e de Santa Catarina, em troca dos votos dos colonos e posseiros. Pelo acordo, os candidatos assumiam o compromisso de, caso eleitos, renunciar às ações que moviam no Supremo Tribunal Federal (STF) um contra o outro. Com a renúncia, as terras não estariam mais sub judice e poderiam ser tituladas aos seus ocupantes (SERRA, 1992). Neste sentido, foi criado o GETSOP (Decreto n.º 51.431, de 19 de março de 1961), com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos iniciados pela CANGO, visto que esta doava a terra aos agricultores, mas não lhes fornecia o título.

Inicialmente o trabalho do GETSOP foi medir, demarcar, e dividir os lotes respeitando a posse e a decisão dos ocupantes, que se apresentavam hostis e com muita desconfiança, motivo esse, que levou o exército a acompanhar a medição dos lotes, pois tinha grande aceitação por parte da população, visto que durante a Revolta de 1957, o exército não se posicionou em favor das companhias de colonização.

Segundo o agricultor B¹⁴, a prefeitura municipal comunicou através do Rádio, principal meio de comunicação da época, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) vinha com o GETSOP e o exército para medir as terras e fazer o documento (título). Era necessário estar em casa quando eles viessem medir a terra, pois se não estivesse eles não voltavam pra medir, ou ainda, outro posseiro podia dizer que a terra era dele. “Eu perdi um pedaço da terra que ficava do outro lado do rio, pois quando eles passaram, tinha ido à cidade buscar farinha. Perdi um pedaço que tinha comprado de um caboclo, não adiantava reclamar, eles colocaram o meu pedaço que ficava do outro lado do rio no nome de outro posseiro”.

De acordo com Lazier, (1997, p. 72-73), o GETSOP atuou no Sudeste do Paraná com o objetivo de:

¹⁴ Entrevista B, realizada no dia 10/02/12 com agricultor que reside no município de Dois Vizinhos, desde 1950.

- Projetar e executar a colonização racional das glebas Missões e Chopim (parte).
- Medir, demarcar e dividir em lotes a gleba objeto da colonização, de acordo com os projetos aprovados.
- Vistoriar, estudar, e decidir a situação dos efetivos ocupantes das terras.
- Estudar a situação das áreas em que se acham localizadas as sedes municipais e distritais para o fim de atribuí-las aos municípios, reservando as áreas necessárias aos serviços públicos, federais e estaduais.
- Construção de estradas – troncos, para o escoamento da produção, e estradas vicinais e de acesso às áreas coloniais, bem como a abertura de arruamentos dos patrimônios.
- Construção e instalação de casas escolares e outros estabelecimentos de ensino de acordo com as necessidades da região.
- Instalação de posto de mecanização da lavoura com assistência técnica e agropecuária permanente.
- Financiamento para a produção agrícola.
- Requisitar de repartições públicas federais e estaduais os funcionários necessários ao atendimento dos serviços técnicos e administrativos.
- Incentivar o espírito associativo entre os colonos da região Sudoeste.

Atendendo a esses objetivos, o GETSOP atuou no Sudoeste do Paraná de 1962 a 1973, ano em que foi extinto, por ter concluído suas atividades na região. Neste sentido, a Revolta de 1957 havia alcançado seus objetivos, expulsar as companhias de colonização do Sudoeste do Paraná e regularizar os títulos de terra.

No entanto, antes de finalizar suas atividades na região, o GETSOP firmou acordos com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA¹⁵ e a Companhia Brasileira de Armazenamento – CIBRAZEM, proporcionando aos antigos posseiros a aquisição de sementes, adubos e inseticidas a preço de custo, a serem pagos após a colheita. Incentivou ainda, sua participação em cooperativas, bem como, passou a utilizar tratores e implementos agrícolas em atividades de destoca, preparo e plantio das lavouras, construção de açudes, etc., demonstrando assim, os benefícios da mecanização agrícola (LAZIER, 1997 e SANTOS, 2008).

Os acordos e incentivos firmados pelo GETSOP pretendiam inserir a região do Sudoeste do Paraná, de ocupação recente, à economia do restante do Estado, visto que, a partir da década de 1970, grande parte dos agricultores que residiam e trabalhavam na região, passaram de posseiros a proprietários dos títulos de terra.

¹⁵ Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) criada em 04 de dezembro de 1959 com a extinção do Escritório Técnico de Agricultura (ETA Projeto 15), criado em 20 de maio de 1956 em decorrência de convênios entre o governo brasileiro e os Estados Unidos. Em 1977, através da Lei 6.969, era criada a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), com a finalidade de absorver as atividades da ACARPA, que iniciou seu processo de extinção. Em 23 de dezembro de 2005, a EMATER modificou seu regime jurídico, passando a denominar-se Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Fonte: <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>

Procurou-se ainda, disseminar entre os antigos posseiros, novas tecnologias introduzidas ao processo produtivo (fertilizantes, agrotóxicos, maquinários etc.), com o objetivo de dinamizar a produção. Estas novas tecnologias já vinham sendo estimuladas e empregadas ao território nacional desde o início da década de 1960, a partir de financiamentos subsidiados pelo Estado.

As políticas de incentivo à introdução de novas tecnologias ao processo produtivo, subsidiadas pelo Estado principalmente entre as décadas de 1960 a 1980 tornam-se evidentes no Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos, quando se analisa o número de propriedades que passaram a utilizar financiamentos, fertilizantes, agrotóxicos e maquinários no processo produtivo. Este assunto será abordado no terceiro e quarto capítulos mediante informações coletadas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a partir dos Censos Agropecuários entre as décadas de 1970 a 2006.

Durante o período de atuação do GETSOP (Tabela 2), foram expedidos 43.383 títulos de propriedade da terra, sendo 12.413 títulos urbanos e 30.970 títulos rurais.

Tabela 2. Títulos de propriedades expedidos pelo GETSOP entre 1962 a 1973

Município	Títulos urbanos	Títulos rurais	Total
Ampére	979	1.431	2410
Barracão	-	223	223
Capanema	50	2.439	2489
Dois Vizinhos	2.408	4.084	6.492
Enéas Marques	384	1.911	2295
Francisco Beltrão	4.305	3.245	7.550
Itapejara do Oeste	56	138	194
Pérola do Oeste	99	2.163	2262
Planalto	117	2.258	2375
Realeza	1.003	1.890	2.893
Salgado Filho	-	1.073	1073
Salto do Lontra	1.077	3.823	4.900
Santa Izabel do Oeste	1.060	1.821	2.881
Santo Antônio do Sudoeste	495	2.770	3265
Verê	352	1.651	2003
Vias públicas	28	-	28
Títulos do Estado	-	50	50
Total	12.413	30.970	43.383

Fonte: Lazier (1997)

Organização: CARA (2011)

Ao se observar os dados (Tabela 2), verifica-se que os municípios que receberam o maior número de títulos de terra entre os anos de 1962 a 1973, foram respectivamente, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos.

Esse fato pode ser explicado, em parte, no caso de Dois Vizinhos pela proximidade com Francisco Beltrão, local em que se encontrava a sede da CANGO, o que provavelmente atraiu maior número de posseiros para ambos os municípios.

De acordo com Lazier (1997), 22,11% dos títulos rurais expedidos pelo GETSOP entre 1962 e 1973, apresentavam área inferior a 5 hectares (ha), o que caracteriza uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades.

Neste contexto, pretende-se demonstrar no próximo capítulo características da população que colonizou o Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos bem como, a estruturação da propriedade privada da terra especificamente no município de Dois Vizinhos a partir das titulações emitidas pelo GETSOP entre as décadas de 1960 e 1970, e que atualmente encontram-se arquivadas junto ao INCRA no município de Francisco Beltrão.

CAPÍTULO II

POPULAÇÃO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS: DÉCADAS DE 1960 A 1970

2.1 – CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Como mencionado anteriormente, a colonização do Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos é marcada por inúmeros conflitos fundiários, e sua efetiva colonização não ocorreu de forma espontânea, tendo em vista a gradativa redução da população e economia cabocla a partir da chegada do imigrante gaúcho e catarinense; a atuação das companhias imobiliárias apoiadas pelo Governo Estadual com o objetivo de implantar no Sudoeste do Paraná uma indústria de celulose haja vista a disponibilidade de matéria-prima e o lucrativo comércio de terras; e a atuação do Governo Federal mediante criação e atuação da CANGO, a qual atuou em uma área de fronteira auxiliando a população que chegava à região, vinda em grande parte de áreas de colonização mais antiga. As áreas de colonização mais antigas não estavam conseguindo absorver o excedente populacional e garantir sua subsistência, fato que obrigava a população a migrar em busca de melhores condições de vida em área de ocupação recente.

A associação destes fatores contribuiu para que a estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná e do município de Dois Vizinhos fosse baseada em pequenas propriedades como se demonstrará a seguir.

2.2 – ASPECTOS DA POPULAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

A colonização do Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos iniciou no século passado, com a chegada do caboclo¹⁶ à região, porém, efetivou-se principalmente com

¹⁶ Para Wachowicz (1987, p. 85) “O caboclo no Sudoeste não precisava ser necessariamente descendente de índio. Para o indivíduo ser classificado como caboclo, precisava ter sido apenas criado no sertão, ter hábitos e comportamento de sertanejo. [...] Porém, o caboclo não podia ter pele clara, a ele se atribuía uma cor mais ou menos escura”. A maioria da população de caboclos era extremamente pobre, com pouca ou nenhuma instrução, viviam em casas extremamente simples cobertas com folha de bambu e sem assoalho.

a migração de agricultores oriundos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a partir da década de 1940.

Segundo Corrêa (1970a, p.88) “Em 1900, segundo o Recenseamento daquele ano, a população do então vastíssimo Município de Clevelândia, onde em grande parte se incluía o Sudoeste do Paraná, era pouco superior a 3.000 habitantes”, visto que a região ainda não havia despertado interesses econômicos, sendo considerada até aquele momento um vazio demográfico, em virtude da baixa densidade demográfica.

No entanto, a partir de 1900, o Sudoeste do Paraná passa a receber imigrantes de diversas localidades, que veem na região a possibilidades de começar vida nova, já que se encontravam expropriados dos meios de produção nas regiões de colonização antiga.

De acordo com Serra (1992. p. 73):

A proliferação de minifúndios antieconômicos no Rio Grande do Sul, motivada basicamente por sucessivas transições a título de herança, funcionava como fator de expulsão dos agricultores enquanto que, em sentido contrário, as grandes extensões de terra aparentemente sem dono do Sudoeste do Paraná funcionavam como fator de atração. No Sudoeste, “além das possibilidades da simples ocupação de uma parcela de terra, os preços da terra na época eram duas ou três vezes menores dos que os do Rio Grande do Sul [...]”.

A expropriação dos agricultores em área de colonização antiga, associadas à disponibilidade de terra a baixo custo, motivou um grande fluxo migratório em direção ao Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos. Segundo Corrêa (1970a), a região recebeu pessoas vindas do próprio Estado (Palmas e Guarapuava), São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como de países vizinhos (Argentina e Paraguai), e até mesmo foragidos da justiça, que ocupavam terras devolutas ou do Estado. Nesse período as atividades econômicas de maior destaque eram a extração da madeira, erva mate e criação de suínos.

Em tal contexto, a população cabocla¹⁷ que ocupou grande parte do Sudoeste, não deixou marcas significativas à região, pois não se fixava ao lugar por muito tempo, tendo em vista que não possuía o título da terra. Praticava atividades extrativas e de subsistência, derrubava o mato, praticava queimadas, e quando a terra se encontrava esgotada, a negociava e seguia em frente em busca de novas terras.

De acordo com agricultora A (2012), que migrou do Rio Grande do Sul para o município de Dois Vizinhos na década de 1950, “o caboclo abria uma clareira no mato, fazia uma rocinha onde produzia o necessário pra viver e construía um ranchinho de chão batido,

¹⁷ Referente a população cabocla verificar (ABRAMOVAY, 1981).

depois pegava a terra, vendia e ia pra frente, eles não eram de muita conversa”. Neste contexto, torna-se evidente que à medida que a região era ocupada por migrantes vindos de áreas de colonização antiga, o caboclo vendia a posse da terra e direcionava-se para áreas mais distantes, cobertas por mato. Ainda segundo a agricultora A, a compra e venda da terra eram realizadas sem nenhum documento, e na maioria das vezes nem era feita a medição do terreno, visto que na época, a palavra dada tinha o mesmo valor que um documento assinado.

Para o caboclo o valor da terra se dava na medida em que dela se pudesse extrair o necessário a sua sobrevivência, para tanto, não buscava extrair da terra o excedente para comercializar. Abramovay (1981, p.38) destaca que:

Esse sistema de utilização da terra e a tênue ligação com o mercado geram para o caboclo um mundo cultural e ideológico praticamente oposto ao do colono de origem europeia que veio substituí-lo na região. Produtor fundamentalmente natural (e não mercantil), o trabalho do caboclo não é guiado por um plano por um projeto de acumulação, de crescimento constante de sua produção. A riqueza é uma noção determinada por esta lógica do usufruto, ela é eminentemente qualitativa, refere-se aos valores de uso de alcance do produtor.

Sendo assim, a população cabocla que vivia no Sudoeste não tinha o objetivo de acumular riqueza, e nem demonstrava interesse pela propriedade privada da terra. Esta era utilizada e explorada de acordo com sua necessidade de sobrevivência.

Em contra partida, os migrantes gaúchos e catarinenses de descendência europeia, que vieram a substituir o caboclo na região, principalmente a partir de 1940, apresentavam uma economia mercantil, baseada na acumulação de capitais, troca de mercadorias e propriedade privada da terra, sistema oposto ao utilizado pelo caboclo.

Sendo assim, à medida que o colono¹⁸ chegava ao Sudoeste do Paraná, o caboclo vendia a posse da terra que já estava desmatada e queimada e partia em busca de novas terras em locais distantes. O colono, por sua vez, já adquiria a terra pronta para o cultivo, ou seja, o caboclo muitas vezes, preparava a terra para os novos moradores.

No entanto, à medida que crescia o número de migrantes gaúchos e catarinenses na região, os caboclos passaram a abrir novas áreas, e trocá-las com os migrantes, mudando constantemente de local, fato que contribuiu para degradação da economia cabocla e implantação de uma economia mercantil baseada em pequenas propriedades. (ABRAMOVAY, 1981)

¹⁸ Pequenos agricultores de origem europeia que se dedicam, via de regra, a policultura. (CORREA, 1970b).

Para tanto, a criação da CANGO pelo Governo Federal, em 1943, com o objetivo de ocupar uma área de fronteira, e integrá-la ao território nacional, desempenhou papel fundamental, visto que, inicialmente concedeu aos colonos que ali se estabeleceram inúmeros benefícios, como: posse gratuita da terra¹⁹, sementes para o plantio, ferramentas para a produção agrícola e auxílio médico, etc., porém, na medida em que os migrantes sulistas chegavam à região em grande número (Tabela 1) e ocupavam as terras, a economia cabocla era gradativamente sufocada, vindo praticamente a desaparecer.

Segundo agricultores A e B (2012), muitas famílias vieram dos Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o Sudoeste do Paraná, devido à terra ter atingido um elevado valor nesses estados, e também pelo fato de que as famílias estavam se tornando cada vez maiores, o que exigia mais terra para garantir o sustento de todos os membros da família. A solução era migrar para regiões onde se podia encontrar terra por um valor menor. Na época muito se ouvia falar do Sudeste do Paraná, pois era um lugar novo, um sertão coberto por mato, com terra fértil e de baixo custo. Segundo agricultor B (2012):

Primeiro vim eu e meu irmão mais novo, chegamos em Dois Vizinhos, era tudo mato fechado, tinham poucas estradas e casas. Falamos com uns caboclos que queriam vender a terra, gostamos do lugar, fechamos negocio e voltamos para o Rio Grande do Sul arrumar o dinheiro pra pagar a terra. Oito meses depois vim eu e mais dois irmãos com as famílias e com o dinheiro pra pagar a terra aos caboclos. No início tudo era muito difícil, praticamente não tinha estradas, as serrarias não venciam cortar a madeira pra construir as casas, todo mundo se ajuda, mas era tudo muito longe, às vezes tinha que caminhar meio dia pra comprar um saco de milho pra leva no moinho e faze farinha. A roça demorar a produzir. Trouxemos mantimentos pra cinco meses quando viemos pra cá [...choro...]. Aos poucos tudo foi melhorando, a região foi crescendo, todos os dias chegava gente nova com mudança.

Neste Contexto, à medida que a população aumentava, fez-se necessário o desenvolvimento da infraestrutura básica, ou seja, construção de serrarias para serrar a madeira e construir casas, a construção de pontes e estradas que facilitassem a locomoção dos colonos, a implantação do primeiro hospital, farmácia e escola, bem como, a primeira olaria, ferraria e oficina mecânica, elementos que auxiliaram na colonização da região²⁰.

De acordo com agricultora A (2012):

¹⁹ Vale lembrar que a CANGO concedia ao colono o direito de trabalhar e produzir na terra, mas que o título da mesma só foi conquistado a partir de inúmeros conflitos com as companhias de colonização que passaram atuar no Sudoeste do Paraná na década de 1950, resultando na Revolta dos Posses em 1957 e regularização da posse da terra em 1962 a partir da atuação do GETSOP.

²⁰ Maiores detalhes, ver (LAZIER, 1997).

A mudança veio de caminhão até uma altura, dali pra diante só de carroça, não tinha estrada pra chega na terra que compramo, viemo abrindo picada. A viagem durou três dia e três noite. Quando foi pra atravessa o Rio vindo do Rio Grande pra cá, não sei como que a balsa não afundo, do tanto de família que tava vindo com mudança, os caminhão foro entrando na balsa e ela foi afundando [...choro...], depois volto ao normal, mas ficamo com muito medo, graças a Deus de tudo certo. No início ficamo na casa de um conhecido, por que a serraria não dava conta de corta a madeira pra todo mundo construi a casa, tinha que te paciência, ainda bem que veio bastante conhecido, um ajuda o outro. Na hora de faze a roça e colhe, todo mundo se ajudava.

Verificou-se a partir cinquenta entrevistas realizadas no município de Dois Vizinhos, que 42% dos agricultores nasceram no Estado do Rio Grande do Sul e 22% no Estado de Santa Catarina. Os 36% restante nasceram no Sudoeste do Paraná, e deste, 66,66% no município de Dois Vizinhos, ou seja, a partir de 1940, o município recebeu famílias vindas dos Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conforme relatam agricultores A e B.

É possível verificar ainda (Figura 3), que a carroça era um importante meio de transporte no município até meados da década de 1960, e que a madeira era matéria-prima abundante em Dois Vizinhos, e mesmo as serrarias instaladas em grande número no município não davam conta de atender todas as famílias que ali chegavam. De acordo com Bagattini (2011), atuaram no município a partir da década de 1950 as serrarias:

- Industrial Brasiliense LTDA, de propriedade das famílias Nicaretta e Maffisoni;
- Serraria de José Perim e Frederico Galvan;
- Serraria da família Schaucoski;
- Serrapinho Sudoeste Limitada;
- Serraria de Tranquilo Sachet;
- Serraria Duovizinhense da família Fracasso;
- Serraria São Pedro da família Piana.



Figura 3. Principal meio de transporte no município de Dois Vizinhos e a exploração da madeira na década de 1950.

Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos (2012)

Na Figura 3 (1959), em primeiro plano, Sr. Américo Bez e família retornando para a área rural de Dois Vizinhos após comemoração da festa do padroeiro Santo Antonio. A carroça era considerada um dos principais meios de transporte da época. Na Figura 3 (1959), Serraria na Barra do Lageado Grande, de propriedades de Ludovico Luiz Schaucoski, movida inicialmente por roda d'água e em seguida por locomotiva. A exploração da madeira se constituiu em importante atividade econômica para o município no período.

Neste contexto, Corrêa (1970b), destaca que o Sudoeste do Paraná, contava em 1940 com uma população de 23.000 mil habitantes, ou seja, 2 habitantes por quilometro quadrado. Em 1965 a população da região chegou a 350.000 mil habitantes, o que correspondia a 30 habitantes por quilômetro quadrado. O autor destaca ainda, que em 1965, 92,7% das propriedades rurais apresentavam áreas entre 25 e 50 hectares, e que estes estabelecimentos, correspondiam a aproximadamente 60% da área ocupada na região.

A produção agrícola era baseada na policultura, destacando-se a produção de milho, feijão, soja, trigo e fumo, e o rebanho suíno. Boa parte desses produtos destinava-se à subsistência, o excedente era comercializado em comércios locais ou levado a centros maiores como União da Vitória, Ponta Grossa e Curitiba. O município de Dois Vizinhos se destacava naquele período em virtude de seu expressivo rebanho de suínos. De acordo com Gomes (1987), o escoamento dessa produção inicialmente se dava a partir de caminhos que traziam mercadorias para as casas de comércio na região, porém, ao serem criadas as condições para produzir alimentos para o mercado, surgiram firmas especializadas com sede em Francisco Beltrão com o objetivo de escoar essa produção, inserindo de fato o Sudoeste do Paraná em uma agricultura mercantilizada.

2.3 – TITULAÇÕES REALIZADAS PELO GETSOP AO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS: DÉCADAS DE 1960 E 1970

É neste contexto de migrações e conflitos pela posse de terra no Sudoeste do Paraná que ocorreu a estruturação da propriedade privada da terra e colonização do município de Dois Vizinhos, principalmente, por migrantes de descendência italiana e alemã, vindos dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

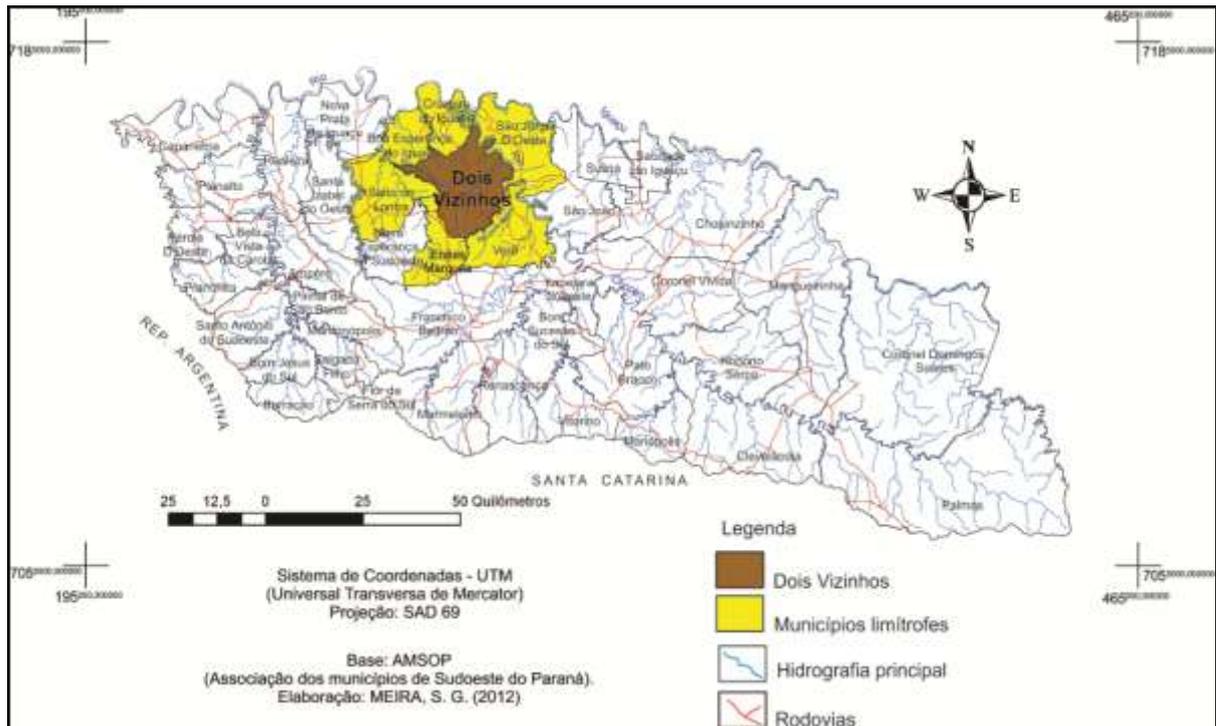
O município de Dois Vizinhos (Mapa 4, p. 50) emancipou-se em 28 de novembro de 1961 pelo Decreto nº 4.246/60²¹, tendo sido criados logo em seguida dois Distritos Administrativos, o de Cruzeiro do Iguaçu, criado em 1965, e o de Boa Esperança do Iguaçu, criado em 1966. Ambos os Distritos se desmembram do município de Dois Vizinhos na década de 1990 dando origem a dois novos municípios, Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu, os quais passaram a integrar o Sudoeste do Paraná juntamente com Dois Vizinhos.

Sua área territorial, após o desmembramento dos municípios de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu, é de 419,017km². Sua população, segundo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, em 2011, era de 36.179 habitantes, sendo que, destes, 8.084 residem na zona rural e 28.095 residem na zona urbana (IPARDES, 2011, p.10)²².

O município de Dois Vizinhos pertence à microrregião de Francisco Beltrão e mesorregião do Sudoeste do Paraná. Situa-se entre a latitude 25° 44' 01" Sul e longitude 53° 03' 26" Oeste, com altitude média de 520m, a uma distância aproximada de 464,14 km da Capital. Limita-se (Mapa 4) ao Norte, com os municípios de Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu; a Leste, com São Jorge do Oeste; a Oeste, com Salto do Lontra e Enéas Marques; e ao Sul, com o município de Verê.

²¹ Informação obtida a partir do Plano de Desenvolvimento Rural do Município de Dois Vizinhos – PDRDV (2005)

²² Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico – Resultado da Amostra: População censitária segundo a zona no ano de 2010: Organizado por IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico: Município de Dois Vizinhos. 2011.



Mapa 4. Mesorregião geográfica do Sudoeste do Paraná: Localização e limites do município de Dois Vizinhos

O clima predominante no município é o subtropical úmido mesotérmico (Cfa), com verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas com tendência a concentrar-se nos meses de verão. A precipitação anual média é de 1.831,8 mm. Os meses mais quentes apresentam temperatura média superior a 22°C, os meses mais frios, temperatura inferior a 16°C (MAACK, 2002).

A região localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense, apresentando paisagens de espigões e chapadas. As alterações nas rochas basálticas, associadas ao clima da região, deram origem aos solos do tipo terra roxa. Os solos mais profundos ocupam áreas aplainadas e suavemente onduladas, as superfícies de maiores declividades são ocupadas por solos rasos, dentre os quais se destacam: terra roxa estruturada, apresentando solos profundos, argilosos e com elevada fertilidade natural; litólicos, solos pouco profundos e suscetíveis à erosão e latossolo roxo, muito ácido e com baixa fertilidade (MAACK, 2002).

As características topográficas do município favoreceram a ocupação e o desenvolvimento de atividades econômicas que eram praticadas pelos migrantes gaúchos e catarinenses em seus locais de origem, destacando-se a criação de suínos e a exploração da madeira a partir da instalação das primeiras serrarias. A retirada da madeira possibilitava o início da produção agrícola, e seu beneficiamento pela serraria viabilizava a edificação de residências (Figura 4).



Figura 4. Transporte de torras para beneficiamento em Dois Vizinhos (1962)
Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos (2012)

Na época, a exploração da madeira no interior de Dois Vizinhos foi uma importante atividade econômica, visto que era a matéria prima para a edificação de casas, e sua retirada era fundamental para a implantação de lavouras. Na foto, o proprietário do caminhão, Sr. Alcides Marafon e a seu lado, o seu filho, Antonio Alberto Marafon transportando madeira para as serrarias instaladas no município.

O Sudoeste do Paraná e conseqüentemente o município de Dois Vizinhos têm sua história marcada por inúmeros conflitos pelo direito de uso e posse da terra, fato, que proporcionou ao município uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades.

Segundo documentos do GETSOP, arquivados junto ao INCRA²³ (Apêndice II), foram titulados ao atual município de Dois Vizinhos, durante a atuação do GETSOP entre os anos de 1962 e 1973, dois mil novecentos e dez títulos rurais a dois mil duzentos e quarenta e oito proprietários distribuídos em trinta e uma Glebas²⁴ diferentes (Figura 5, p. 52). Dentre os dois mil novecentos e dez títulos rurais, cento e quarenta e seis foram denominados chácaras, por se localizarem próximos à área urbana do município de Dois Vizinhos.

²³ Dados obtidos junto ao INCRA no ano de 2011, a partir de registros do GETSOP entre os anos de 1962 e 1973. Os dados apresentados se referem ao Cadastro da Colônia Missões – Núcleo de Francisco Beltrão e município de Dois Vizinhos.

²⁴ O município de Dois Vizinhos é organizado atualmente em trinta e uma Glebas, sendo elas denominadas: 17F.B.; 76F.B.; 78F.B.; 87F.B.; 93F.B.; 107F.B.; 03D.V.; 13D.V.; 14D.V.; 15D.V.; 16D.V.; 19D.V.; 20D.V.; 21D.V.; 22D.V.; 23D.V.; 24 D.V.; 25D.V.; 26D.V.; 28D.V.; 29D.V.; 30D.V.; 31D.V.; 32D.V.; 33D.V.; 35D.V.; 36D.V.; 38D.V.; 39D.V.; 40D.V. e 41D.V.

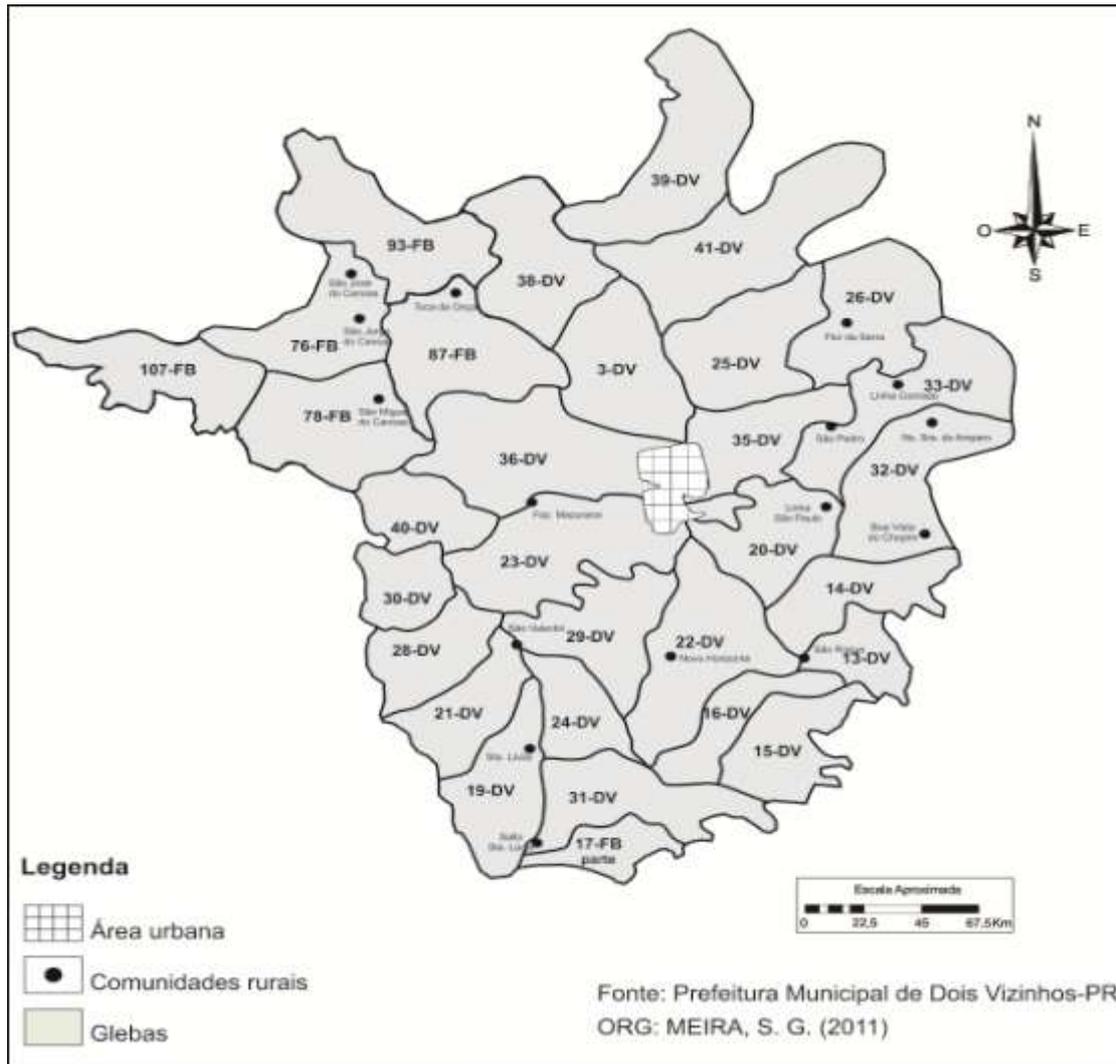


Figura 5. Organização do município de Dois Vizinhos de acordo com as trinta e uma Glebas que o compõem.

Verificou-se que seiscentos e sessenta e dois proprietários receberam do GETSOP, mais do que um título de terra, distribuídos entre as trinta e uma Glebas que formam o atual território do município de Dois Vizinhos.

De acordo com Lazier (1997), o município de Dois Vizinhos havia recebido do GETSOP até 1973, quatro mil e oitenta e quatro títulos rurais (Tabela 2), porém, destes apenas dois mil novecentos e dez títulos formam o atual município, visto que, um mil cento e setenta e quatro títulos formavam os Distritos Administrativos de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu, que se emanciparam de Dois Vizinhos na década de 1990.

A Prefeitura municipal de Dois Vizinhos foi a que recebeu do GETSOP o maior número de títulos, num total de quarenta e oito, sendo quarenta e dois títulos rurais e seis títulos denominados chácaras, próximas à área urbana. Conforme se pode verificar (Apêndice II), a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos recebeu títulos de terra nas Glebas 41 D.V.; 40

D.V.; 39 D.V.; 38 D.V.; 36 D.V.; 35 D.V.; 33 D.V.; 32 D.V.; 31 D.V.; 29 D.V.; 26 D.V.; 23 D.V.; 22 D.V.; 21 D.V.; 20 D.V.; 19 D.V.; 03 D.V.; 107 F.B.; 93 F.B.; 87 F.B.; e 76 F.B.

Segundo registro do GETSOP, a área total titulada à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos foi de 135,22 ha, sendo que destes, 118,84 ha eram destinados a aberturas de estradas, restando ainda à Prefeitura 16,38 ha, os quais poderiam ser destinados à instalação e construção de repartições públicas (sede municipal, praças, escolas, entre outros).

A Mitra Diocesana de Palmas²⁵, também recebeu do GETSOP vinte títulos de terra na área rural do município de Dois Vizinhos, distribuídos entre as Glebas 40 D.V.; 39 D.V.; 36 D.V.; 33 D.V.; 32 D.V.; 31 D.V.; 29 D.V.; 26 D.V.; 25 D.V.; 23 D.V.; 22 D.V.; 20 D.V.; 19 D.V.; 03 D.V.; 93 F.B.; e 87 F.B., totalizando uma área de 27,90 ha, provavelmente área que seria destinada a construção de capelas nas comunidades rurais do município²⁶ (Tabela 3).

Tabela 3. Capelas construídas no município de Dois Vizinhos entre as décadas de 1940 e 1980.

Década	Capela	Comunidade/Bairro
1966	Nossa Senhora das Graças	Barra do Lajeado Grande
1950	Santa Catarina de Alexandrina	Linha Benetti
1956	Sagrado Coração de Jesus	Boa Vista do Chopim
1950	Nossa Senhora do Caravaggio	Canoas
1980	Paróquia Imaculada Conceição	Cidade Sul
1970	Nossa Senhora Aparecida	Colônia Nova
1980	N. Senhora do Sagrado Coração de Jesus	Bairro Jardim Concórdia
1959	Nossa Senhora da Salette	Linha Conrado
1953	São João Batista	Alto Empossado
1957	Nossa Senhora do Rosário	Fazenda Mazurana
1960	Santo Estanislau	Flor da Serra
1960	Nossa Senhora Consoladora	Ibiaça
1950	São Judas Tadeu	Jacutinga
1970	São José	Bairro Jardim da Colina
1986	São Francisco de Assis	Linha Marília
1989	Nossa Senhora Aparecida	Bairro N. Senhora Aparecida
1984	Nossa Senhora de Lurdes	Bairro N. Senhora de Lourdes
1960	Nossa Senhora do Amparo	Nossa Senhora do Amparo
1965	Nossa Senhora de Fátima	Novo Horizonte
1970	Nossa Senhora mãe dos Homens	Piracema
1964	São Brás	Quatro Irmãos

²⁵ Igreja Católica.

²⁶ Em 2011, o município de Dois Vizinhos completou 50 anos de emancipação política. Com o objetivo de comemorar a data, o Sr. Jaime Jacir Guzzo, coordenador do Cinquentenário de Dois Vizinhos, produziu um livro contendo informações e histórias dos primeiros pioneiros e das primeiras comunidades. Neste material, é possível visualizar a construção de várias capelas em comunidade rurais.

1970	São Roque	Santa Cruz
1960	Santa Lúcia	Santa Lúcia
1970	Nossa Senhora da Salete	Santa Maria
1950	Santa Terezinha	Santa Terezinha
1965	Nossa Senhora da Saúde	Santo Antônio
1977	Santo Isidoro	Santo Isidoro
1940	São Brás	São Brás
1960	São Cristovão	Linha São Cristovão
1960	São Francisco de Assis	São Francisco do Bandeira
1985	São Francisco Xavier	Bairro São Francisco Xavier
1970	São Luiz Gonzaga	São Luiz do Chopim
1950	São Miguel Arcanjo	São Miguel do Canoas
1970	São Pedro	São Pedro do Bandeira
1969	São Pedro	São Pedro dos Poloneses
1974	São Pedro	São Pedro do Sul
1950	São Roque	São Roque
1958	São Valentim	São Valentim
1975	Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Quatro Irmãos
1989	Santa Luzia	Bairro Santa Luzia
1958	São José	Alto Bela Vista

Fonte: Guzzo (2011)

Organização: CARA (2012)

Conforme se pode observar (Tabela 3), foram construídas quarenta e uma capelas no município de Dois Vizinhos entre as décadas de 1940 e 1980. A Matriz Santo Antonio de Pádua – Cidade Norte, foi construída em 1962, em uma área doada pelo posseiro Ary Muller, o qual havia recebido um título de terra do GETSOP na Gleba 03 D.V. (Apêndice II).

No entanto, o que chamou atenção, foi a titulação feita à serraria Serrapinho Sudoeste Limitada, a qual recebeu cinco títulos rurais distribuídos entre as Glebas 23 D.V., 19 D.V., e 03 D.V. (Apêndice II), certamente áreas que apresentavam madeira de boa qualidade, mais uma chácara próxima a área urbana do município (Figura 6), onde provavelmente a serraria se instalou. A área total recebida pela serraria foi de 521,15 há.

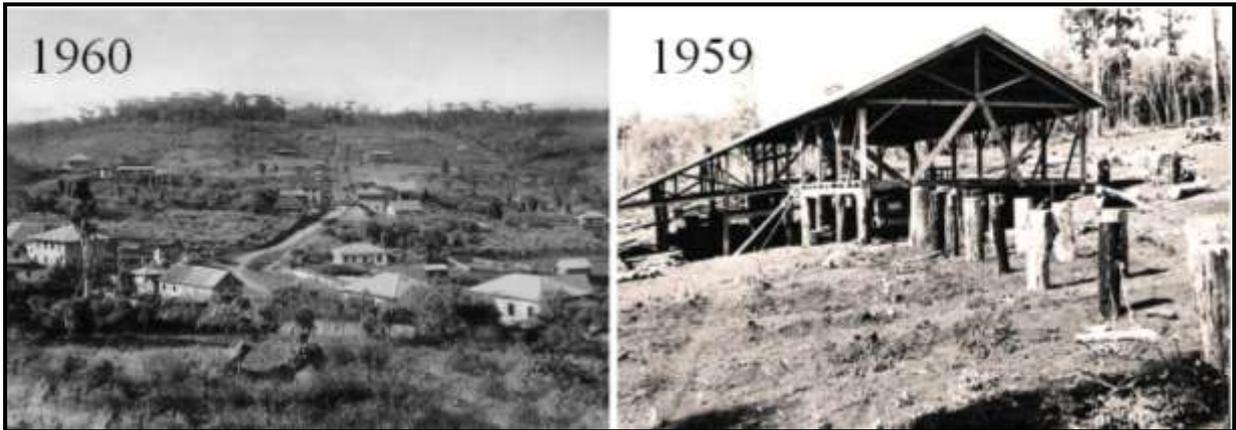


Figura 6. Área urbana do município de Dois Vizinhos na década de 1960 e sede da serraria Serrapinho Sudoeste Limitada em 1959.

Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos (2012)

Na Figura 6 (1960), vista parcial do Centro Norte, área urbana do município de Dois Vizinhos. Ao Centro pode-se observar a Rua Sete de Setembro, principal via de acesso ao município. Na Figura 6 (1959), Pe. Florêncio Cobbaut em vista a serraria Serrapinho Sudoeste Limitada da família Dalpasqualle, localizada na parte Sul da cidade, onde hoje esta a Fabrica de Jeans Latreille.

Segundo Guzzo (2011) a serraria Serrapinho Sudoeste Limitada era de propriedade da família Dalpasquale, a qual se desfez entre as décadas de 1970 e 1980 de aproximadamente 96 ha localizados próximos à área urbana do município, os quais foram destinados à instalação de uma unidade frigorífica de aves do Grupo Sadia S.A, e de um loteamento urbano próximo à empresa, denominado de Bairro Concórdia em homenagem à origem da Sadia.

Segundo Bagattini (2010), o local onde se encontrava instalada a sede da serraria Serrapinho Sudoeste Limitada, pertence atualmente à parte Sul da cidade, onde hoje encontra-se instalada uma fábrica de Jeans, a Latreille Jeans, ou seja, duas importantes indústrias que contribuem com a economia do município ocupam atualmente áreas que no passado pertenceram a Serrapinho Sudoeste Limitada.

A partir dos dados coletados (Tabela 4), verificou-se que vinte e um proprietários receberam áreas entre 100 e 250 ha, e apenas dois receberam área superior a 250,01 ha, sendo que destes dois, um recebeu área superior a 500 ha, ou seja, a serraria Serrapinho Sudoeste Limitada, recebeu a maior área titulada pelo GETSOP no município de Dois Vizinhos, totalizando 521,15 ha.

Logo, verifica-se (Tabela 4), que em 1973, encerradas as atividades do GETSOP no município de Dois Vizinhos, dois mil cento e quatorze agricultores possuíam área inferior a 50 ha, o que caracteriza o predomínio de pequenas propriedades. No entanto, verifica-se (Tabela 4 e Tabela 5), que vinte e três agricultores ocupam uma área semelhante a oitocentos

e dezesseis agricultores, ou seja, oitocentos e dezesseis agricultores possuíam em média 5,26 ha cada um, enquanto, vinte e três agricultores possuíam em média 162,29 ha cada um.

Tabela 4. Número de agricultores que receberam títulos de terra do GETSOP entre 1962 e 1973 no município de Dois Vizinhos.

Tamanho da propriedade (ha)	Número de agricultores	%
0 a 10	816	36,30
10 a 20	713	31,72
20 a 50	585	26,02
50 a 100	111	4,94
100 a 250	21	0,93
> 250	02	0,09
Total	2248	100

Fonte: INCRA (2011)

Organização: CARA (2012)

Tabela 5. Área ocupada pelos agricultores que receberam títulos de terra do GETSOP entre 1962 e 1973 no município de Dois Vizinhos

Tamanho da propriedade (ha)	Área ocupada por agricultores	%
0 a 10	4292,64	9,91
10 a 20	10332,90	23,86
20 a 50	17431,97	40,26
50 a 100	7507,88	17,34
100 a 250	2956,05	6,83
> 250	776,66	1,79
Total	43298,10	100,00

Fonte: INCRA (2011)

Organização: CARA (2012)

Ao observar os dados (Tabela 4 e Tabela 5), tem-se 33,78% da área (até 20 ha) sobre posse de 68,02% de proprietários, enquanto 66,22% da área (acima de 20,01 ha) é ocupada por 31,98% dos agricultores. No entanto, se classificarmos em pequenas (até 20 ha), médias (20,01 a 50 ha), e grandes propriedades (acima de 50,01 ha), tem-se a seguinte situação: 68,02% dos proprietários possuem 33,78% da área municipal, pequenas propriedades; 26,02% dos agricultores possuem 40,26% da área municipal, médias propriedades; e, 5,96% dos agricultores possuem 25,96% da área municipal, grandes propriedades. Embora apenas, 5,96% dos agricultores possuam 25,96% da área municipal, são as médias propriedades, de 20,01 a 50 ha, as mais representativas no município.

Nota-se que durante as décadas de 1960 e 1970, predominavam no município agricultores com área inferior a 50 ha. Apenas vinte e três proprietários possuíam propriedades com área superior a 100 ha, ou seja, 94,04% dos agricultores possuíam propriedades com até 50 ha, com representação expressiva de pequenas propriedades, visto que essas ocupavam 74,04 % da extensão territorial do município.

O número de proprietários com área inferior a 10 ha, dos quais, constituem o número de títulos de propriedades com tais dimensões (36,30%), são significativos (Figura 7). Esse fato pode ser explicado em parte pelo processo de ocupação e colonização do Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos, e por elementos naturais como o relevo, visto que, grandes agricultores buscam ocupar áreas com menor declividade, em virtude do melhor aproveitamento da área e eficiência no uso de maquinários.

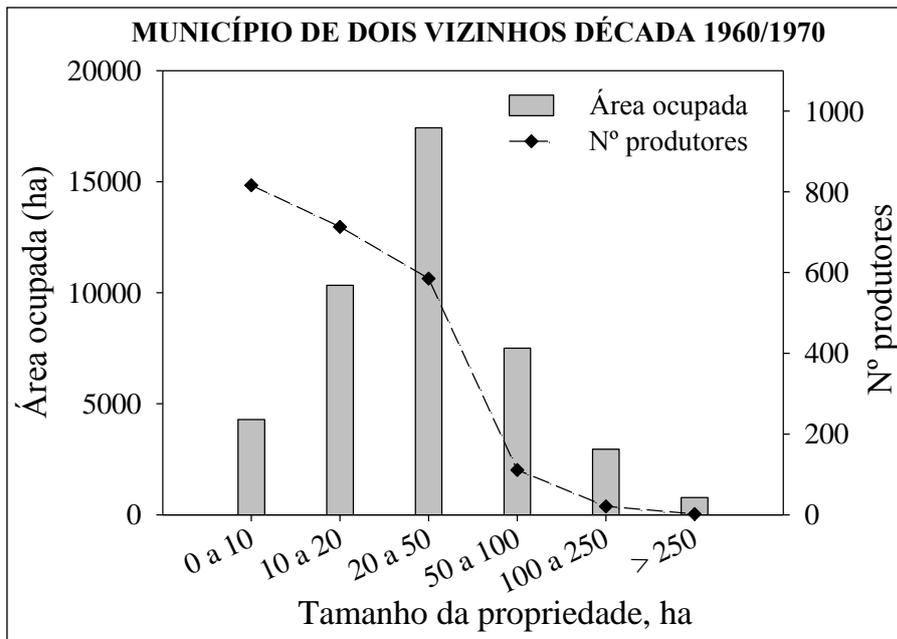


Figura 7. Estrutura fundiária: Número de agricultores e área ocupada no município de Dois Vizinhos correspondente às décadas de 1960 e 1970 em função do tamanho da propriedade (0 a 10 ha; 10 a 20 ha; 20 a 50 ha; 50 a 100 ha; 100 a 250 ha; > 250 ha).

Fonte: INCRA (2011)

Organização: CARA (2012)

Como as titulações efetuadas pelo GETSOP nas décadas de 1960 e 1970 foram públicas, tornou-se possível verificar o número de títulos emitidos e o nome dos agricultores que receberam esses títulos de acordo com as trinta e uma Glebas que formam o município de Dois Vizinhos (Apêndice II). Logo, pode-se verificar que muitos agricultores, aproximadamente seiscentos e sessenta e dois, receberam mais que um título de terra entre as Glebas que formam o município.

No entanto, ao se considerar apenas o número de títulos e não o número de agricultores (Tabela 6) nota-se que mil quatrocentos e vinte e quatro propriedades (48,93%), apresentavam área inferior a 10 ha, e que estas ocupavam 14,89% da área total do município (Tabela 7). Verifica-se ainda, considerando o número de títulos emitidos pelo GETSOP, que o município não teria nenhuma propriedade com área superior a 250 ha, e que a área média ocupada pelas mil quatrocentos e vinte e quatro propriedades (0 a 10 ha), torna-se ainda menor, ou seja, cada propriedade teria em média 4,44 ha.

Tabela 6. Número de titulações efetuadas pelo GETSOP entre 1962 e 1973 no município de Dois Vizinhos

Tamanho da propriedade (ha)	Número de propriedades	%
0 a 10	1424	48,93
10 a 20	807	27,73
20 a 50	567	19,48
50 a 100	95	3,26
100 a 250	17	0,58
> 250	0	0,00
Total	2910	100,00

Fonte: INCRA (2011)

Organização: CARA (2012)

Tabela 7 Área ocupada de acordo com o número de títulos de terra emitidos pelo do GETSOP entre 1962 e 1973 no município de Dois Vizinhos

Tamanho da propriedade (ha)	Área ocupada propriedades	%
0 a 10	6322,85	14,60
10 a 20	11582,95	26,75
20 a 50	16689,32	38,55
50 a 100	6406,77	14,80
100 a 250	2296,21	5,30
> 250	0,00	0,00
Total	43298,10	100,00

Fonte: INCRA (2011)

Organização: CARA (2012)

Neste contexto, elaborou-se (Figura 8) com objetivo de demonstrar como se encontravam organizados e distribuídos os dois mil duzentos e quarenta e oito agricultores rurais do município de Dois Vizinhos entre as décadas de 1960 e 1970, considerando a área ocupada pelos agricultores em função do tamanho das propriedades (0 a 10 ha; 10 a 20 ha; 20 a 50 ha; 50 a 100 ha; 100 a 250 ha; > 250 ha). Para tanto, respeitou-se a organização proposta

pelel INCRA e utilizada pelo GETSOP para realizar as titulações, quando o município foi organizado em trinta e uma Glebas (Figura 5).

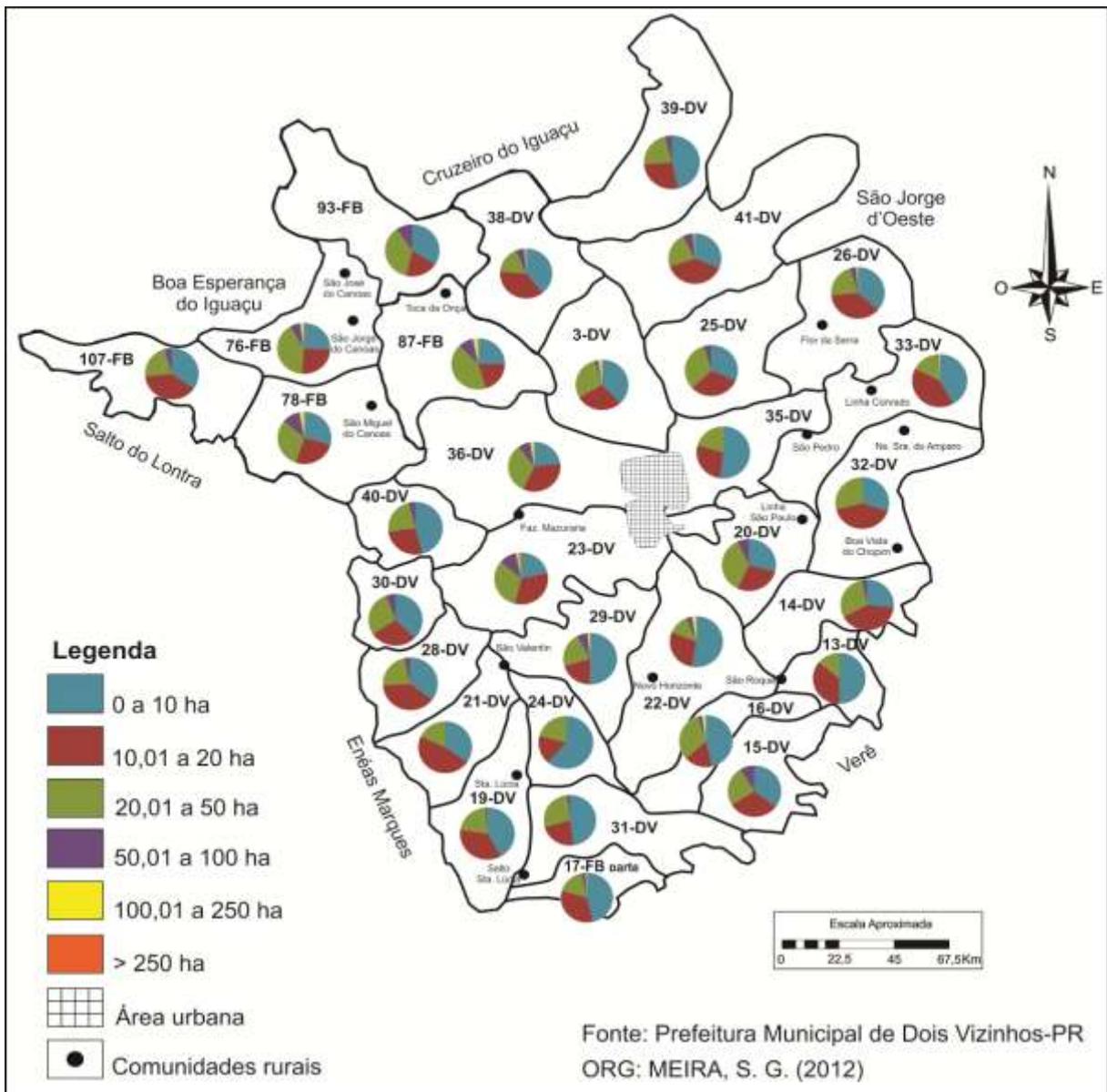


Figura 8. Estrutura fundiária do município de Dois Vizinhos entre as décadas de 1960 e 1970 a partir das Glebas que o compõem, considerando a área ocupada pelos agricultores em função do tamanho das propriedades (0 a 10 ha; 10 a 20 ha; 20 a 50 ha; 50 a 100 ha; 100 a 250 ha; > 250 ha)²⁷.

Fonte: INCRA (2011)

Organização: CARA (2012)

É possível verificar (Figura 8), que predominavam em todas as trinta e uma Glebas do município de Dois Vizinhos, propriedades com área inferior a 50 ha, e que a propriedade com área superior a 500 ha localiza-se na Gleba denominada 23 D.V.

²⁷ Com o objetivo de melhorar a visualização da Figura 8, a mesma foi incluída em (Apêndice III) apresentando tamanho superior a que se encontra no corpo do texto.

No entanto, em virtude da disseminação de novas tecnologias introduzidas no processo produtivo, este cenário vem se alterando gradativamente, levando muitos agricultores a se desfazer de suas propriedades e migrar para o meio urbano, ou ter sua produção subordinada aos interesses do capital.

Esse fato se deve, em parte, à forma com que a modernização da agricultura foi introduzida em algumas regiões do país e em virtude de seu caráter seletivo que direta ou indiretamente, acaba contribuindo para a concentração da estrutura fundiária, expulsão da população ocupada em atividades agrícolas e residente na zona rural, mesmo em regiões em que a estrutura fundiária é baseada em pequenas propriedades.

Segundo dados do IBGE (1995/96), o Sudoeste do Paraná tem apresentado uma redução da área dos estabelecimentos rurais inferiores a 100 ha.

Neste contexto, Fleischfresser (1988) argumenta que a redução da população rural é comum a vários estados brasileiros e em países que se encontram em processo de industrialização ou já industrializados, visto que, as condições materiais para a produção de bens de capital para o setor agrícola existem e o processo produtivo agrícola passa a se dar com base nestas novas tecnologias.

Esse fenômeno pode ser observado no Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos a partir da estruturação da propriedade privada da terra, visto que, a partir da década de 1970 a região busca integrar-se à economia do restante do Estado. Para tanto, as políticas governamentais exercem papel fundamental nesse processo, pois passam a financiar o processo produtivo, estimulando o consumo de produtos industriais no campo, maquinários e insumos agrícolas, bem como, vinculam a produção de matéria-prima no campo de acordo com as necessidades do mercado consumidor.

Estes incentivos, associados à nova dinâmica agrícola que vinha se instaurando no país desde a década de 1950, a chamada modernização da agricultura, acabam por expropriar muitos trabalhadores de seus meios de produção, obrigando-os a migrar para a cidade, ou integrar-se a esse novo modo de produzir, o qual passa a exigir maior qualificação e especialização nas áreas agrícolas.

Estes são os pressupostos a serem abordados no próximo capítulo. A princípio serão analisadas as evidências e desdobramentos da atuação do capital no meio rural, para em seguida abordar aspectos da modernização da agricultura no município de Dois Vizinhos, o papel do Estado, cooperativa e agroindústria.

CAPÍTULO III

RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO E ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

3.1 – CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O meio rural brasileiro tem assistido e vivenciado nos últimos anos a inúmeras transformações na forma de produzir, a qual se deu mediante a introdução de insumos agrícolas e maquinários ao processo produtivo. Esse processo proporciona a especialização e aumento da produção em determinadas áreas, ocasionando o uso intensivo do solo, a degradação do meio ambiente, a liberação de mão de obra ocupada em atividades agrícolas, e consequentemente o êxodo rural, processos estes que gradativamente tendem a se configurar com maior ou menor intensidade sobre o território nacional.

A intenção neste capítulo é apresentar como se deu a expansão das relações capitalista de produção no meio rural, e a configuração da modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná e consequentemente no município de Dois Vizinhos. Para tanto, foram consideradas as informações obtidas a partir dos Censos demográficos entre as décadas de 1970 a 2010, bem como as entrevistas realizadas com pequenos agricultores distribuídos entre as trinta e uma Glebas que formam o município de Dois Vizinhos.

3.2 – A EXPANSÃO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO NO MEIO RURAL E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Para entender a expansão das relações capitalistas de produção e o processo de modernização da agricultura, considera-se essencial identificar os agentes e mecanismos que levaram à introdução de novas tecnologias ao meio rural, ocasionando significativas mudanças à organização do espaço agrário brasileiro.

Neste sentido, é necessário compreender o processo de modernização da agricultura a partir do desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil e no mundo, pois este processo é contraditório e combinado, e se reproduz em diferentes lugares do globo, acirrando a interdependência entre estados, nações e empresas. Segundo Martins (1986, p.151) “É

improvável que alguém se atreva hoje a escrever sobre as características ou os acontecimentos do mundo rural sem atribuí-las à expansão do capitalismo no campo”.

Uma característica essencial do capitalismo é apropriar-se do maior número de ramos e setores da produção, seja na cidade ou no campo, na agricultura ou na indústria. Conseqüentemente, a expansão do capitalismo está presente em praticamente todos os setores da economia, com maior ou menor intensidade.

De acordo com Oliveira (1986, p.13), “estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Este é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa”, ou seja, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento do capital avança, criando relações especificamente capitalistas a partir do trabalho assalariado e da propriedade privada da terra, reproduz contraditoriamente relações camponesas de produção através do trabalho familiar, subordinando a circulação dos produtos agropecuários.

Neste sentido, Oliveira (2005a, p. 468), destaca que:

[...] o desenvolvimento da agricultura tipicamente capitalista, abriu aos proprietários de terras e aos capitalistas/ proprietários de terra a possibilidade histórica da apropriação da renda capitalista da terra, provocando uma intensificação na concentração da estrutura fundiária brasileira. [...] Porém esse processo esta também, contraditoriamente, marcado, pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar a renda da terra produzida pelos camponeses, transformando-a em capital.

Como resultado, o desenvolvimento contraditório e combinado do capitalismo na agricultura, gera dois processos distintos: a territorialização do capital e a monopolização do território pelo capital, que no entendimento de Oliveira (2005b, p. 106):

No primeiro mecanismo desse processo contraditório, ou seja, em que o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviço, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). [...] Já no segundo mecanismo, quando capital monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesa, portanto familiar. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social.

Neste contexto, quando o capital se territorializa e ocorre a monopolização do território, pode-se observar a expulsão do trabalhador do campo e sua transformação em

assalariado, bem como a implantação da monocultura e atuação de grandes corporações internacionais que passam a direcionar a produção de acordo com seus interesses.

Em contrapartida, quando o capital monopoliza o território sem territorializar-se, é possível observar a permanência da população rural no campo a partir da subordinação do processo produtivo, tendo em vista que o capital cria condições para que o agricultor produza matéria-prima para a indústria e assim se torne um consumidor dos produtos industriais no campo. Este fenômeno poderá ser observado na área de estudo, mediante a integração de agricultores a agroindústrias ligadas à produção de aves e leite, atividades que se destacam na área rural de Dois Vizinhos e são responsáveis por parte considerável da renda nas pequenas e médias propriedades. Logo, de uma forma ou de outra é o capital que controla o processo produtivo, e neste contexto concorda-se com Paulino (2003, p.13) que:

Dentro dessa lógica, o sistema de integração, praticado na avicultura e sericultura, é tomado como expressão de intervenção capitalista no sítio camponês, já que são as empresas integradoras que definem os métodos e as regras da atividade desenvolvida pela família. Em outras palavras, os parâmetros para a condução da atividade são impostos pelas integradoras, gerando assim, um foco permanente de conflitos, pois essas estão sempre a pressionar os camponeses para se adequarem às suas metas de produtividade dentro de seus padrões de qualidade.

Sendo assim, ora o capital controla a circulação dos produtos agropecuários, subordinando à produção, ora se instala na produção, subordinando à circulação. Neste contexto, ele detém o monopólio de ambos os processos. Fato que pode ser observado na área rural de Dois Vizinhos, quando a partir da instalação de cooperativas e agroindústrias na região, a produção agropecuária começa a direcionar-se de acordo com as necessidades de matéria prima para atendê-las, ocorrendo a substituição de uma cultura ou atividade por outra.

Entende-se que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura está introduzindo no campo o modo de produzir industrial, ou seja, a modernização da agricultura se dá a partir de sua industrialização, quando o trabalhador vai gradativamente sendo separado dos meios de produção, podendo tornar-se assalariado, ou subordinado ao capital. Para Oliveira (2005a, p. 474-475):

O processo de industrialização da agricultura tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os dialeticamente. Isso quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (agricultura, pecuária e outros, em um; indústria, o comércio etc., em outro) vai sendo soldada de um lado pela presença, na

cidade, do trabalhador assalariado, (“bóia-fria”) do campo. Aliás, as greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades. De outro lado, pode-se constatar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades.

Logo, o desenvolvimento do capitalismo está ocasionando interdependência acentuada entre agricultura e indústria, entre o urbano e o rural, visto que o campo passa a produzir matéria-prima para a indústria que usa a tecnologia industrial no campo, ou seja, a indústria torna-se fornecedora de produtos industriais para o campo.

De acordo com agricultora C (2012)²⁸,

Até pouco tempo, a gente não via indústria se instalando aqui, mas agora você pode ver, olha só a poeira que ta vindo de lá, é um entra e sai de caminhão dia e noite. Na safra ninguém aguenta a poeira e o barulho que vem de lá. Temos que ficar o dia todo com a casa fechada, senão fica tudo branquinho de pó que vem do armazém. Eles tiverão que sair da cidade por que o pessoal não queria essa poeira lá, mas nos aqui temos que aquecer, o IAP²⁹, já veio varias vezes, mas pra mim ficou tudo igual, eles tem que colocar aqueles filtro pra diminuir a poeira e o barulho, mas até agora nada. A gente entende que gera emprego, tem um monte de gente da cidade que vem trabalhar ali, mas aqui ao redor ta todo mundo bravo com essa poeira e o barulho dia e noite, nem pra dormir sossegado dá mais.

A agricultora C, refere-se à instalação de uma Cerealista Armazenadora de grãos da empresa Gaio Agronegócio instalada na área rural do município no ano de 2010. A referida empresa, já atuava em Dois Vizinhos desde 1994, vendendo produtos agropecuários, equipamentos para avicultura, veterinária e comércio de insumos. O armazém construído em Dois Vizinhos no ano de 2010 possui capacidade para recebimento de 1.000.000 sacas ano. Atualmente, a empresa atua nos municípios de Dois Vizinhos, Chopinzinho, Francisco Beltrão, São Jorge D’ Oeste, Salto do Lontra e Verê³⁰.

Durante a entrevista, a agricultora ressalta que muitos agricultores que residiam próximo a sua casa, acabaram vendendo a terra e foram morar para a cidade, buscar melhores condições de vida. Boa parte deles acabou arrumando trabalho na Sadia, alguns até quiseram voltar, mas não tinham mais condições para comprar a terra. Na maioria das vezes a terra que venderam mal deu para comprar uma casa na cidade. “Infelizmente, só estão ficando na terra os mais velhos, olha meu caso, somos quatro, minha filha, meu genro e minha neta. Essa logo

²⁸ Entrevista realizada em 22/02/12.

²⁹ IAP – Instituto Ambiental do Paraná.

³⁰ Informações obtidas junto ao site da Gaio Agronegócio em 01/03/12.

sai pra estudar, fazer faculdade, tomara que seja aqui perto na UTFPR³¹, mas quem garante que volta, os mais jovens não querem ficar na terra”.

Pode-se observar ainda, que muitos trabalhadores expropriados de seus meios de produção no campo, passam a residir na cidade, mas continuam obtendo renda a partir do trabalho assalariado no desenvolvimento de atividades rurais, visto que nem todos são absorvidos em atividades urbanas.

Ou seja, esse trabalhador expropriado de seus meios de produção, torna-se um “trabalhador livre”, restando-lhe somente sua força de trabalho, e neste contexto, sua força de trabalho torna-se uma mercadoria, que passa a ser apropriada pelo capital da forma que melhor lhe convém, visto que o trabalhador torna-se assalariado. Por esta razão, deve-se entender que o modo capitalista de produção não se encontra restrito ao processo produtivo, ele é sim um modo de produção, circulação e troca de mercadorias por dinheiro, e de dinheiro por mercadorias, ou seja, o capital faz-se presente em todas as etapas do processo produtivo: produção, distribuição, circulação, consumo de bens e de mercadorias (MARTINS, 1986).

Nesse contexto, o aprofundamento das relações capitalistas de produção no Brasil, tem ocasionado uma inter-relação maior entre agricultura e indústria, sendo este o resultado de uma nova fase da economia brasileira a partir da década de 1930, quando o setor industrial inicia sua consolidação, e o centro das atividades econômicas vagarosamente desloca-se do setor cafeeiro-exportador rumo à industrialização (SILVA, 1993 e MULLER, 1983).

Nesse período, a indústria brasileira começa a assumir o comando do processo de acumulação capitalista e o país deixa de ser eminentemente agrícola a partir da substituição de importações e implantação do capitalismo industrial.

O referido processo foi desencadeado primeiro nas regiões mais desenvolvidas do país, ou seja, o Sudeste e nas indústrias supridoras dos bens que pesavam decisivamente na pauta de importações para posteriormente expandir-se para o sistema econômico nacional. Segundo Tolmasquim (1991, p.34) “[...] o Estado que orientava o esforço de industrialização para certas áreas do sistema econômico, embora inibindo essa mesma industrialização em outras áreas da economia [...]”, orientação esta que também se aplica à modernização da agricultura.

Sendo assim, as indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas que se instalaram no país a partir de 1960, veem no meio rural um consumidor em potencial para os equipamentos produzidos pelo novo ramo industrial.

³¹ UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

No entanto, para Hespanhol (1996), a expansão do capitalismo no campo e a modernização da agricultura não se efetivaram somente a partir de estímulos do setor industrial. Foi também estimulada e financiada em grande parte pelo Estado brasileiro com recursos públicos. De acordo com Silva (2011), Ramos (2008) e Schlosser (2001 e 2005), estes recursos são provenientes da cooperação firmada entre organizações internacionais e o Estado brasileiro, com o objetivo de promover a ação eficaz do capital a partir da modernização agrícola mediante a implantação de programas de extensão rural e assistência técnica direcionada.

Os incentivos por parte do Estado brasileiro beneficiaram as indústrias nacionais e internacionais que se estabeleceram no país a partir de 1960, levando à rápida incorporação de modernas tecnologias à agricultura, com o objetivo de aumentar a produção agrícola a partir do que mundialmente se conheceu como pacote tecnológico da Revolução Verde, quando se passou a empregar na agricultura sementes selecionadas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, maquinários, etc.), produtos estes, em sua maioria, desenvolvidos e produzidos por corporações internacionais que buscavam expandir seu mercado consumidor. Segundo Silva (2011, p.104):

No caso particular da América Latina, essa modalidade de extensão rural, de cunho fortemente educativo – estabelecadora das bases necessárias à modernização trazida pela Revolução Verde – contou com a ampla participação das fundações Ford, Rockfeller e USAID – *United States Agency for International Development*. A metodologia empregada era a do estabelecimento de programas piloto em regiões consideradas estratégicas, que serviam como modelos demonstrativos. A Função era que atuassem como células de contágio.

Ou seja, a forma com que a modernização da agricultura foi implantada em território nacional, visava primeiramente expandir o mercado consumidor das grandes corporações internacionais, expondo os benefícios da modernização para áreas e agricultores considerados estratégicos, visto que estes teriam potencial para difundir tais tecnologias a outros agricultores, bem como, incentivá-los a produzir culturas que demandassem o emprego maior de insumos agrícolas e maquinários. Vale destacar que o emprego de modernas tecnologias ao processo produtivo, proporcionou inúmeros benefícios à agropecuária brasileira, e que estes, direta ou indiretamente acabaram contribuindo para a expropriação de muitos trabalhadores no meio rural.

No entanto, ao serem criadas as condições para elevar a produtividade, não se levou em consideração que a maioria dos produtos agropecuários e matérias-primas estão

subordinados às necessidades do mercado externo, e neste sentido, tem apresentado queda nos preços, os quais associados ao aumento da oferta provocaram uma redução ainda maior nos preços, a chamada lei da oferta e da procura, quanto maior for a disponibilidade de um produto no mercado, menores serão os seus preços (OLIVEIRA, 2005a).

Esse fato, segundo o autor, se explica em parte, pela expansão de algumas culturas em detrimento de outras no Brasil, visto que, se passa a produzir com o objetivo de atender o mercado externo, e dependendo do tipo de cultura empregada, esta vai demandar também maior ou menor quantidade de insumos agrícolas, ou em decorrência da mudança de hábitos alimentares, quando se substitui um produto por outro. Para tanto, toma-se a cultura da soja como exemplo de ambos os casos.

Segundo Santos (2005), Hespanhol (1996), Ramos (2008) e Silva (2011), a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) na década de 1960, contribuiu para acelerar o processo de modernização da agricultura, junto a alguns agricultores e regiões do país, tendo em vista, que seu objetivo era ofertar créditos subsidiados e orientados (SNCR) para a aquisição de insumos e maquinário (Revolução Verde), a partir de extensão rural e assistência técnica obrigatória (Figura 9).

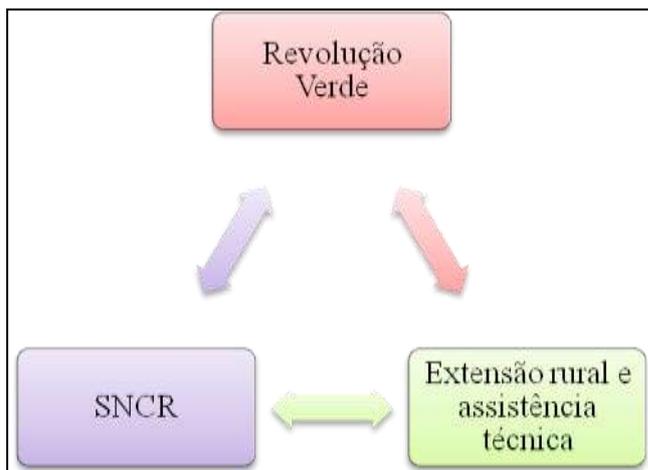


Figura 9. Efetivação da modernização da agricultura
Organização: CARA (2012)

Neste sentido, o SNCR contribuiu para a introdução de novas tecnologias ao processo produtivo, bem como para a diferenciação social entre agricultores e regiões do país, visto que a modernização da agricultura ocorre de forma heterogênea no meio rural brasileiro, privilegiando alguns agricultores.

Esses créditos, subsidiados pelo Estado, são destinados à agricultura para aquisição de sementes selecionadas, fertilizantes, defensivos agrícolas e maquinários, o que

proporcionou transformações à base técnica da produção agrícola, ocasionando o uso intensivo do solo, aumento da produtividade, introdução e valorização de novas culturas, integração entre agricultura e indústria etc.

Essas mudanças alteraram a dinâmica agrícola brasileira, subordinando o campo às atividades industriais, garantindo a manutenção dos latifúndios, ampliação de atividades monoculturas e uso intensivo da terra através de insumos agrícolas. Segundo Hespanhol (1996, p. 190):

O estado brasileiro, encarregou-se de criar as condições para que o processo de modernização agrícola, se efetivasse através da implantação de mecanismo visando, por um lado, expandir o mercado interno de máquinas e insumos industriais, e por outro, ampliar a oferta de produtos exportáveis e de matérias-primas para a indústria.

Ou seja, a utilização de modernas tecnologias ao processo produtivo tende a tornar a agricultura mais especializada dia após dia. É como se a própria agricultura estivesse se industrializando, seja como compradora de produtos industriais ou como produtora de matéria-prima para a indústria (SILVA, 1993).

Neste contexto, a modernização da agricultura ocorre concomitantemente à formação do Complexo Agroindustrial (CAI)³², o qual compreende um conjunto de atividades interligadas entre os setores da agropecuária e indústria (Figura 10). Segundo Silva (1998, p. 31):

A constituição do CAIs pode ser localizada na década de 1970, a partir da integração técnica inter-setorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita, e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura.

³² Segundo Muller (1989, p. 45) “O Complexo Agroindustrial, CAI, pode ser definido, em termos formais, como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a assistência técnica”.

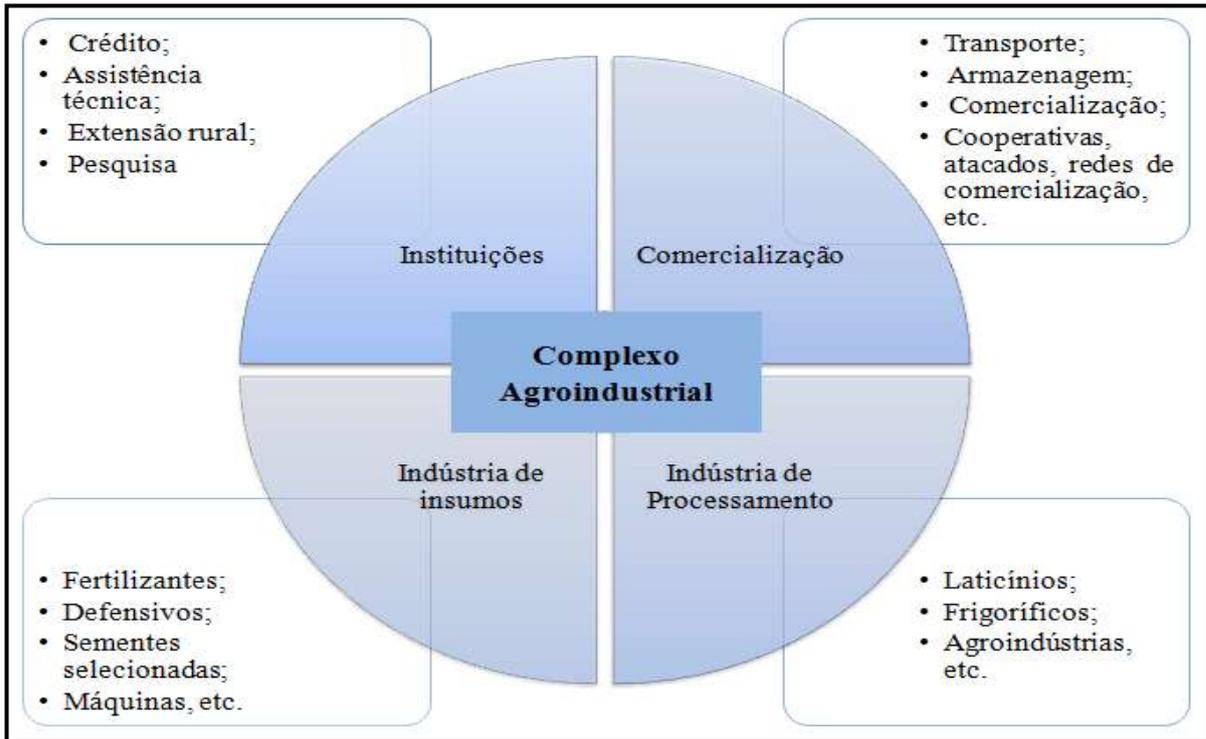


Figura 10. Complexo Agroindustrial

Fonte: MULLER, 1989

Organização: CARA (2012)

Estes fatores conjugados (Figura 10) proporcionaram o aumento da produtividade, maior integração entre indústria e agricultura, dando origem ao CAI³³, que passa a subordinar a produção, transformação e circulação de produtos agropecuários, contribuindo para a concentração da estrutura fundiária, êxodo rural, urbanização e degradação da natureza, acontecimentos estes que ocorrem com maior ou menor intensidade a partir da expansão das relações capitalistas de produção no meio rural.

No caso do Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos, a modernização da agricultura ocorre tardiamente em relação ao Sul do país e ao restante do Estado, visto que, a região é marcada por inúmeros conflitos fundiários, como se demonstrou nos capítulos I e II, e que, somente na década de 1960 tem início a estruturação da propriedade privada da terra, fato que auxiliará na aquisição de financiamentos nos anos que se seguem. Associado a esses fatores, Saffnauer (2005) e Moro (1998), destacam que o município e região apresentam relevo acidentado, fato que dificulta a mecanização e a produção em larga escala, contribuindo para a manutenção da estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades.

O aumento da disponibilidade de crédito para o Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos pode ser comprovado ao analisar os dados do Censo Agropecuário entre as

³³ Para uma análise detalhada sobre a constituição do Complexo Agroindustrial no Brasil, consultar Geraldo Muller (1983) (1989) e José Graziano da Silva (1982) (1993) (1998).

décadas de 1970 e 1980, quando se verifica considerável aumento na disponibilidade de créditos subsidiados, os quais viabilizaram a aquisição de maquinários e insumos agrícolas empregados no processo produtivo no município e região.

De acordo com Abramovay (1981), a modernização da agricultura é percebida no Sudoeste do Paraná na década de 1970, ao se verificar a evolução no número de estabelecimentos que passam a empregar tratores e fertilizantes ao processo produtivo. Entre os anos de 1970 e 1975 o número dos estabelecimentos que passaram a utilizar fertilizantes aumentou em 899%. Já no caso de tratores, o aumento foi de 647%, o que nos leva a crer, que muitos estabelecimentos passaram a empregar as novas tecnologias difundidas pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, a partir de subsídios fornecidos pelo Estado.

A respeito dos financiamentos obtidos no município de Dois Vizinhos para investimento, custeio e comercialização de produtos agropecuários, os valores foram de C\$ 953.000 em 1970 para C\$ 150.252.000 em 1980. No Sudoeste do Paraná, registrou-se para os mesmos períodos e formas de investimento, respectivamente C\$ 12.402.000 e C\$ 2.310.242.000 (IBGE, 1970 e 1980). Logo, concorda-se com Ramos (2008, p. 83) que:

[...] a política de crédito agrícola incentivou a instalação de um complexo industrial ligado à produção de insumos e máquinas agrícolas, criando condições para a modernização da agricultura. O acesso aos instrumentos de crédito rural pelos agricultores, facilitou a implementação de um novo paradigma na matriz produtiva da região, àquela baseada no binômio trigo - soja, culturas que exigiam mais equipamentos industriais e maior quantidade de insumos no seu processo produtivo, e com isso, estimulavam a modernização do campo do Sudoeste do Paraná. Isto pode ser observado pelo repasse de recursos governamentais concedidos ao crédito no Paraná. Entre 1970 e 1979, segundo IPARDES (1981), “houve um aumento de 500% em termos reais, sendo superior ao aumento estabelecido nacionalmente, que era de 250%”.

Neste contexto, concorda-se com Silva (2011), que entre as décadas de 1960 e 1970, o Brasil vivenciou a fase de ouro do crédito rural, quando se verifica disponibilidade crescente de recursos por parte do governo, tanto para investimento a longo e a curto prazo³⁴. Essa disponibilidade de crédito subsidiou a modernização da agricultura, e colaborou para a formação do CAI, fatores que associados, contribuiriam para acirrar as desigualdades sociais entre agricultores, quando muitos se descapitalizaram rapidamente ao desenvolverem culturas

³⁴ Para Silva (2011, p. 136) “Investimento de longo prazo, aqueles destinados a transformar definitivamente o nível da produtividade da agricultura, por exemplo através do emprego de máquinas em etapas da produção na qual anteriormente se emprega trabalho braçal; através da irrigação, etc. Investimento de curto prazo, aqueles relativos ao custeio, que promoveriam ampliação da produtividades mas apenas para o período imediato de safra. Como exemplo nesse último caso poderia ser citado a aquisição de herbicidas, fertilizantes, etc”.

para as quais não estavam devidamente equipados, intensificando o êxodo rural, a concentração da estrutura fundiária e o conseqüente aumento da população urbana. De acordo com o IBGE (2011), a redução da população rural e conseqüente aumento da população urbana pode ser verificada em todas as regiões brasileiras. Entretanto, deve-se considerar que esse processo ocorre com maior ou menor intensidade, de acordo com a expansão do capitalismo no campo.

O Sudoeste do Paraná e o município de Dois Vizinhos caracterizavam-se na década de 1970 segundo Saffnauer (2005), como área de fronteira agrícola de ocupação recente, visto que possuíam expressiva população rural, em decorrência de seu processo de ocupação, baseado em pequenas propriedades, como visto anteriormente.

A modernização da agricultura e a ampliação do crédito rural no Sudoeste do Paraná e no município de Dois Vizinhos ocorreram tardiamente em relação a outras regiões do Estado, haja vista, seu processo de colonização e estruturação da propriedade privada da terra terem ocorrido recentemente, entre as décadas de 1940 e 1970. Logo, a expropriação de muitos trabalhadores do meio rural e sua conseqüente migração rumo à cidade, também ocorreram tardiamente.

Verifica-se (Figura 11), que a inversão da população rural-urbana no município de Dois Vizinhos ocorreu em 1991, na região Sudoeste do Paraná esse processo vai ocorrer somente em 1996. Esse fato pode ser explicado em parte, pela instalação de um complexo agroindustrial (SADIA) no município, no final da década de 1970, o qual passa a exigir especialização dos agricultores, subordinando de forma direta e indireta a produção de matérias-primas a agroindústrias, bem como, exigiu gradativamente a introdução de novas tecnologias ao processo produtivo. De acordo com Saffnauer (2005), a instalação da agroindústria no município em 1978, e a construção da Usina Hidrelétrica Júlio de Mesquita Filho em 1976, atualmente localizada no município de Cruzeiro do Iguaçu e denominada Foz do Chopim Energética, podem ter atraído o excedente de mão de obra do campo que buscou na cidade melhores oportunidades de trabalho.

Vale destacar, que 68,02% dos agricultores do município de Dois Vizinhos possuíam na década de 1970, propriedades com área inferior a 20 ha, e que integrar-se à agroindústria provavelmente significava recorrer a créditos subsidiados, e especializar-se naquele ramo de produção. Neste contexto, concorda-se com Silva (2011, p. 133), que “[...] a propriedade da terra pode ser algo bastante relativo, na medida em que muitas vezes ela é usada como garantia para o acesso aos financiamentos junto ao setor bancário”, e que o não pagamento da dívida pode levar à perda da propriedade, ou sua venda.

No Sudoeste do Paraná e no município de Dois Vizinhos, é possível observar as alterações e a gradativa inversão da população rural-urbana (Figura 11A e 11B) no período entre 1970 e 2010. A partir de 1980 nota-se, no Sudoeste do Paraná, redução da população rural, a qual passa de 82,14% em 1970 para 67,63% em 1980. A população urbana por sua vez, era de 17,86% em 1970, passando para 32,37% em 1980. Fato semelhante ocorre no município de Dois Vizinhos.

Os dados demonstram ainda, que a partir de 1996, a população urbana do Sudoeste do Paraná passa a ser superior à população rural. Em 2010, a população urbana era de 69,58%, enquanto a população rural era de 30,42% (Figura 11A).

No município de Dois Vizinhos essa porcentagem cresce a ritmos mais acelerados em relação ao Sudoeste do Paraná (Figura 11B), visto que em 1996, 67,54% da população encontravam-se na área urbana e 32,46% na área rural. No ano de 2010, tinha-se 77,66% da população vivendo na área urbana e 22,34% na área rural. Verifica-se ainda (Tabela 8), que em 1991, a população total de Dois Vizinhos era de 40.267 habitantes, e que a partir de 1996, essa população diminuiu para 32.084 habitantes. Esse fato se explica pelo desmembramento de dois Distritos Administrativos do município de Dois Vizinhos, os quais deram origem a dois novos municípios, Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu.

Tabela 8. Evolução da população total, urbana e rural do Sudoeste do Paraná e do município de Dois Vizinhos entre os anos de 1970 a 2010.

Ano	População – Sudoeste Paranaense			População – Dois Vizinhos		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1970	474.578	84.753	389.825	37153	4109	33044
1980	527.645	170.823	356.822	42468	12250	30218
1991	478.126	225.666	252.460	40267	22202	18065
1996	472.425	254.452	217.973	32084	21669	10415
2000	472.479	282.902	189.577	31986	22382	9604
2007	476.540	311.134	165.406	34001	25142	8859
2010	497.127	345.882	151.245	36179	28095	8084

Fonte: IBGE – Censos Demográficos e Contagem de População – 1970 a 2010

Organização: CARA (2012)

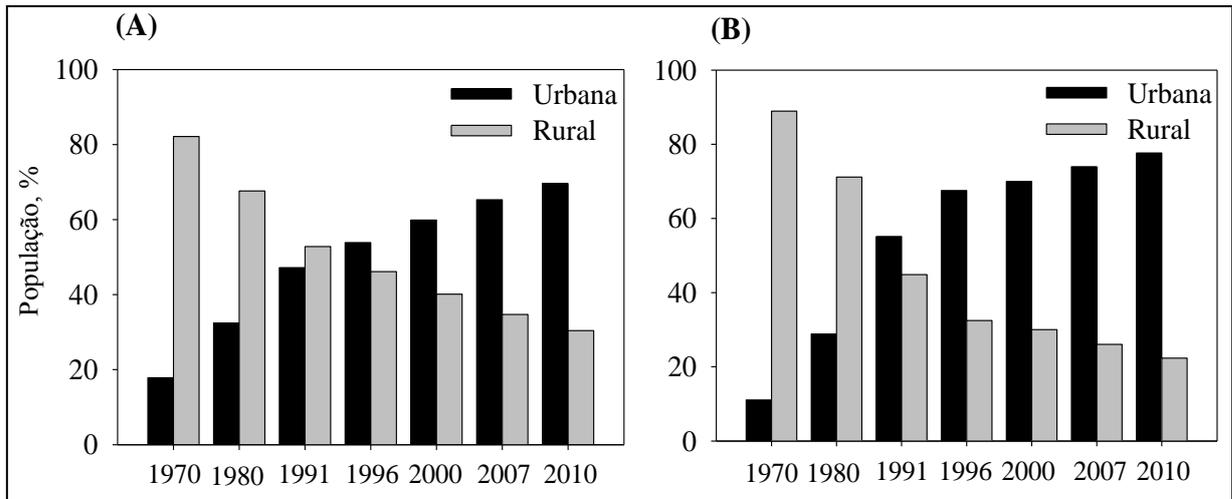


Figura 11. Distribuição percentual da população urbana e rural do Sudoeste do Paraná e do município de Dois Vizinhos (A Figura 11A representa a região e a 11B o município)

Fonte: IBGE – Censos Demográficos e Contagem de População – 1970 a 2010

Organização: CARA (2012)

Ao serem criadas as condições materiais para a produção de bens de capital para o setor agrícola existente, o processo produtivo agrícola passa a se dar com base nestas novas tecnologias (sementes selecionadas, maquinários, fertilizantes, agrotóxicos, entre outros), o que demanda cada vez menos mão de obra, obrigando muitos trabalhadores a migrar para a cidade em virtude das precárias condições de vida no meio rural.

Deve-se levar em consideração ainda, que o pequeno produtor pouco tem sido contemplado com financiamentos agrícolas, o que contribuiu para sua descapitalização e consequente migração para a cidade. De acordo com Oliveira (2005a, p. 474) “[...] a maior parte dos financiamentos agrícolas tem ficado, no Brasil, com os médios e os grandes estabelecimentos agropecuários”.

A estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná e do município de Dois Vizinhos é baseada em pequenas propriedades como se demonstrou anteriormente, tornando-se inviável subdividi-las de modo a atender e garantir renda aos membros da família, gerando assim um excedente populacional na área rural, que passa a migrar para a cidade.

Logo, a forma como ocorreu a modernização da agricultura em algumas regiões do país tem ocasionado a concentração da estrutura fundiária, subordinação e expropriação dos meios de produção da população ocupada em atividades agrícolas, devastação das florestas, perda da fertilidade, contaminação do solo devido a sucessivas aplicações de agrotóxicos e fertilizantes químicos, assoreamento dos rios e diminuição da biodiversidade com a implantação da monocultura, etc.

Segundo Ross (2005, p. 226):

A aplicação frequente de quantidades cada vez maiores desses produtos químicos, genericamente chamados de insumos agrícolas, contamina o solo. Além disso, eles são transportados pela chuva para os riachos e rios, afetando, desse modo, a qualidade das águas que alimentam o gado, abastece as cidades e abrigam os peixes. O veneno afeta a fauna, e os pássaros e os peixes desaparecem rapidamente das áreas de monocultura, favorecendo a proliferação de pragas, lagartas, mosquitos e insetos em geral. A impregnação do solo com venenos e adubos químicos tende a torná-lo estéril pela eliminação da vida microbiana.

No entanto, essas transformações ocorridas nas últimas décadas, tanto na formação do CAI como na modernização da agricultura, estão longe de ser homogêneas, pois as políticas adotadas com o objetivo de tornar a agricultura brasileira mais dinâmica ocorreram de forma desigual, privilegiando alguns proprietários e regiões do país.

Neste contexto, Silva (1982) considera a modernização da agricultura como parcial, tendo em vista que se concentrou em algumas regiões e com alguns agricultores do país; conservadora porque manteve a tradicional e histórica concentração fundiária; e por fim, dolorosa, porque subordinou ou expulsou do campo milhares de trabalhadores rurais, contribuindo assim para o êxodo rural.

Nota-se então, uma heterogeneidade na modernização da agricultura, visto que, propriedades com elevado grau de mecanização convivem lado a lado com propriedades que utilizam técnicas rudimentares para realizar o processo produtivo.

Para Silva (1993) a agricultura brasileira demonstrou um claro processo de diferenciação entre três grandes regiões do país nos anos de 1960:

- Na Região Centro-Sul, a agricultura modernizou-se rapidamente, porém de forma parcial, com a incorporação de insumos industriais: fertilizantes, defensivos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas, o que proporcionou a especialização de algumas áreas agrícolas que passaram a produzir a chamada “cultura de rico” (o café, a cana-de-açúcar, a soja, o trigo, etc.) em virtude do mercado externo, levando dezenas de pequenas propriedades a serem engolidas pelo grande capital.
- A Região Nordeste, após incorporar a fronteira do Maranhão e da Bahia, permaneceu sem grandes transformações no conjunto de sua agropecuária.
- A Região da Amazônia por sua vez, inclui boa parte da região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), apresentando-se como zona de expansão da fronteira agrícola, a qual vai se destacar nos anos de 1970.

As transformações recentes na agricultura brasileira intensificaram o êxodo rural, fazendo com que dezenas de pequenos proprietários deixassem suas terras por endividamento decorrente do processo de modernização da agricultura, ou pela não mecanização de suas propriedades, o que os tornou menos competitivos e vulneráveis ao novo modelo de agricultura globalizada que se instaurou no país.

Estes agricultores direta ou indiretamente estão subordinados às necessidades do mercado consumidor, fato que acaba por limitar ou expandir algumas atividades agropecuárias. A redução no preço pago a determinadas atividades ou sua crescente procura também podem direcionar a produção. Esse fenômeno pode ser observado na área de estudo a partir da introdução da agroindústria da Sadia a qual vai subordinar direta ou indiretamente a produção agrícola do município e região. Neste contexto, Silva (2011, p.133) destaca que:

Não há subsunção formal, portanto, na medida em que o produtor é “formalmente” proprietário dos meios de produção (ao menos parte deles) que garantem a produção, no entanto, as condições necessárias para a produção não estão mais sob seu domínio, Enfim, o produtor não é assalariado do capital, mas dele depende para produzir.

A partir do momento que estes agricultores passam a não garantir sua subsistência na área rural, são dela expulsos, indo em direção à cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida. Quando não a encontram, passam a migrar de um lugar para outro e viver de subempregos, aumentando a criminalidade e prostituição nas cidades. Enfim, nota-se o agravamento dos problemas sociais, econômicos e conseqüentemente dos problemas ambientais nas cidades e no campo. Gonçalves (1984, p. 155) destaca que:

[...] uma característica essencial do capitalismo é a expropriação dos camponeses, sua transformação em proletário que vende sua força de trabalho, tornando, portanto, uma parte da população desterrada, desterritorializada, como muitos brasileiros cuja vida é migrar, seja como bóia-fria ou operário da construção [...] os trabalhadores, para poder sobreviver, acompanham o capital para onde esse vai em busca de valorização, numa mobilidade total.

Logo, a utilização dessas modernas técnicas na agricultura liberou um grande contingente populacional que migrou para a cidade. No entanto, o meio urbano não apresentava condições para absorver grande parte dessa população, fato que levou à marginalização social e econômica de muitos, além de intensificar problemas ambientais.

O rápido crescimento das cidades gerou uma série de problemas, tais como, desemprego, a deficiência de redes de água tratada, coleta e tratamento de esgoto,

pavimentação de ruas, deficiência na formação educacional e profissional, problemas médicos e sanitários, aumento da violência, poluição do ar, das águas, do solo, impermeabilização do solo, enchentes, ocupação de encostas, margem de rios, entre outros ROSS (2005) e ANDRADE (1979).

Sendo assim, a modernização da agricultura associada à expansão da fronteira agrícola amplamente divulgada e apoiada através de incentivos governamentais vem satisfazer a demanda do consumo e explorar o grande contingente de terras até então “improdutivas” ou exploradas inadequadamente pelo capital.

Neste contexto, a agricultura brasileira reestruturou-se para elevar sua produtividade, não levando em consideração os problemas sociais, econômicos e ambientais gerados pela modernização proposta nos anos de 1960 a 1970, a qual se baseava na expansão da fronteira agrícola e no consumo de capitais e tecnologias.

Segundo Schlosser (2001), o modelo de modernização da agricultura implantado no Brasil, foi importado de países desenvolvidos, e aplicado aos agricultores brasileiros, sem levar em consideração as necessidades de adaptação, visto que, nos países desenvolvidos esse processo ocorreu a partir de planejamentos que envolveram inúmeros setores produtivos, inclusive o de transporte.

Ao se abordar a modernização da agricultura brasileira deve-se levar em consideração que cada nação, região ou agricultor apresenta um desenvolvimento único e particular, e este, se encontra vinculado à economia mundial, a qual é conduzida pelo sistema capitalista, que vem criando e recriando as condições necessárias para manter sua lucratividade, seja através da ampliação de novos mercados ou reestruturação de mercados já existentes.

Segundo Gonçalves (1984), o capitalismo não pode existir e se desenvolver sem estender constantemente a esfera de seu domínio, ocasionando uma subordinação cada vez maior de diversos setores da economia nos mais variados países. Esse processo torna-se eminente na área de estudo a partir da atuação de cooperativas e agroindústrias, as quais gradativamente tendem a subordinar o processo produtivo, sem necessariamente expropriar os agricultores de seus meios de produção (MARTINS, 1990 e OLIVEIRA, 2010).

3.3 – ASPECTOS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM DOIS VIZINHOS: ESTADO, COOPERATIVA E AGROINDÚSTRIA.

De acordo com Abramovay (1981), o Sudoeste do Paraná apresentava em 1900 uma produção agrícola baseada na economia cabocla. O caboclo retirava da mata o necessário a sua sobrevivência, vivendo da caça, pesca, extração da erva-mate e madeira, criação de suínos, e de uma agropecuária voltada à subsistência, não mantendo uma relação sistêmica e contínua com o mercado, bem como não apresentava preocupação com a propriedade privada da terra.

No entanto, com a expansão da fronteira agrícola e chegada de migrantes gaúchos e catarinenses de descendência europeia ao Sudoeste do Paraná, a partir de 1900, nota-se que a economia cabocla vai gradativamente se desintegrando na região, a partir da implantação de um novo modo de produção de mercadorias, o qual tem sua base na propriedade privada da terra (ABRAMOVAY, 1981 e SERRA, 1992).

Neste contexto, o município de Dois Vizinhos buscava gradativamente integrar-se à economia do restante do Estado, quando os posseiros e colonos que aqui residiam receberam o título da terra a partir da atuação do GETSOP, e passaram a produzir uma agricultura voltada a atender as necessidades do mercado, e não apenas a subsistência.

Para tanto, a existência de pequenas propriedades rurais como demonstrou-se no capítulo anterior e de mão de obra familiar contribuiu para a expansão das relações capitalistas de produção, visto que o capital encontra formas de subordinar a produção familiar-camponesa sem que ocorra necessariamente a expropriação de seus meios de produção.

Segundo Martins, (1986, p.175):

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. [...] estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o processo que se observar hoje claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês.

O objetivo do capital é apropriar-se da renda da terra, o que o leva a atuar diretamente sobre a grande propriedade, unificando o capitalista ao proprietário da terra, ou seja, o capitalista tornando-se proprietário da terra passando a extrair sua renda. Em

contrapartida, onde a renda é menor (pequenas propriedades), o capital não se torna proprietário da terra, mas subordina a sua produção de forma a extrair o excedente econômico, criando mecanismo de dependência ao produtor (MARTINS, 1986 e OLIVEIRA, 1986 e 2004, 2007).

Neste contexto, é possível entender os inúmeros conflitos que ocorreram e ainda ocorrem nas frentes pioneiras em decorrência da posse da terra, visto que o posseiro utilizou a terra e não pagou aos capitalistas uma renda propriamente dita por ela.

O posseiro lutou pelo direito de acesso e trabalho na terra, enquanto o capitalista lutou pelo direito de se apropriar da renda da terra, ou seja, apropriar-se da fração da mais-valia (produto do trabalho excedente). Martins (1986, p. 176). Destaca que:

É muito significativo que justamente grandes empresas capitalistas e não rudes senhores do sertão estejam envolvidos nesses conflitos. Enquanto o lavrador luta pela terra de trabalho, a grande empresa capitalista luta pela renda da terra.

Esse processo tornou-se evidente no Sudoeste do Paraná e no município de Dois Vizinhos quando companhias imobiliárias passaram a atuar na região com o apoio do Estado, e exigir dos posseiros, pagamento pela posse da terra, ou seja, passaram a requerer a renda da terra, fato que levou à ocorrência de violentos conflitos na região, entre os posseiros e as companhias de colonização.

Neste período, o Estado buscava, a partir do SNCR, ampliar a produtividade agrícola introduzindo no campo um novo modo de produzir, o qual se dava a partir da introdução de sementes selecionadas, fertilizantes, agrotóxicos e mecanização das atividades agrícolas, ou seja, buscava-se implantar a modernização da agricultura.

Deste modo, a modernização da agricultura intensificada no país a partir de 1960, veio a contribuir para a expansão das relações capitalistas no campo, visto que as alterações na base técnica da produção promoveram uma reorganização do processo produtivo, baseado na introdução de novas tecnologias à agricultura (sementes selecionadas, fertilizantes, agrotóxicos e maquinários), itens fornecidos pelo setor industrial, que gradativamente integraram-se à agricultura subordinando-a.

Nesse contexto, o Sudoeste do Paraná deu os primeiros passos em direção à modernização da agricultura, recebendo incentivos de órgãos governamentais como GETSOP e ACARPA/EMATER.

Essas tecnologias passaram a ser difundidas no Sudoeste do Paraná, e município de Dois Vizinhos, a partir do momento em que os posseiros receberam o título da terra do GETSOP entre as décadas de 1960 e 1970, o qual orientava os antigos posseiros a se organizarem em cooperativas e firma acordos com a ACARPA/EMATER com o objetivo de obter financiamentos para a aquisição de sementes, adubos e agrotóxicos a preço de custo, a serem pagos após a colheita (LAZIER, 1997).

O GETSOP procurou ainda, demonstrar aos antigos posseiros, as vantagens em utilizar equipamentos mecânicos ao processo produtivo (redução da mão de obra empregada em atividades agrícolas, facilidade quanto à abertura de novas áreas agricultáveis, redução no número de horas destinadas ao plantio, limpeza e colheita da lavoura, maior rendimento na produção etc) realizando em algumas propriedades, atividades de destoca, preparo e plantio das lavouras.

De acordo com Lazier (1983, p.86-87):

Preocupado com a qualidade e quantidade da produção agrícola, o GETSOP assinou convênio com a ACARPA e CIBRAZEM, e, através do sistema reembolsável, pagável após a colheita, revendeu aos agricultores sementes selecionadas de soja, milho, feijão, trigo e hortaliças, além de adubo e inseticida, tudo a preço do custo. Realizou, inclusive, trabalhos junto aos agricultores da região, incentivando-os para a participação nas cooperativas. Ainda dentro do mesmo objetivo, incentivou a mecanização agrícola. Assinou convenio com o GENGE do Ministério da Agricultura e passou a utilizar tratores agrícolas e implementos com o objetivo de demonstrar as vantagens de mecanização agrícola [...].

O emprego de tais equipamentos e insumos segundo discurso oficial (ACARPA/EMATER, GETSOP etc), reduziria o tempo necessário à realização das atividades agrícolas; integraria novas áreas ao processo produtivo; proporcionaria aumento da produção, o que se refletiria em renda etc., demonstrando assim apenas os benefícios da mecanização agrícola, não levando em consideração, a descapitalização dos agricultores, sua subordinação e expropriação do processo produtivo.

Sendo assim, os subsídios ofertados pelo Estado com base no SNCR, associados ao surgimento e expansão das cooperativas agrícolas e agroindústrias, na década de 1970, só fizeram intensificar a modernização da agricultura no município, visto que dinamizaram o processo produtivo a partir da introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde.

Sinhorini (2007) destaca que no final da década de 1960, têm início no Sudoeste do Paraná, as primeiras práticas cooperativistas, as quais são incentivadas por empresas colonizadoras, igreja e órgãos de assistência técnica com o objetivo de integrar a economia da

região ao restante do Estado. Para tanto, estas tinham como objetivo mediar o processo de modernização da agricultura a partir da disponibilidade de financiamentos, assistência técnica e extensão rural, elementos que contribuíram e induziram os agricultores a adquirir insumos e maquinários.

O anseio dos agricultores em aumentar a produtividade e lucratividade para garantir sua permanência na terra e melhorar a qualidade de vida, associados à atuação das cooperativas na região vinham ao encontro dos interesses do Estado, o qual pretendia justamente introduzir no meio rural a modernização da agricultura. De acordo com Schlosser (2001, p.7):

As cooperativas e a ACARPA, por intermédio de atividades junto as propriedades rurais, sedimentaram o processo modernizante, pois estas desenvolviam vários programas destinados ao estímulo da produtividade e a incorporação de produtos industrializados.

No caso específico de Dois Vizinhos, destacou-se a Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda (CAMDUL), a qual recebeu do GETSOP entre as décadas de 1960 e 1970 três títulos de terra na forma de chácara, os quais totalizaram uma área de 7 ha. A área doada à CAMDUL foi destinada à construção de armazéns, silos, secador, balança, loja de insumos e produtos agropecuários.

Sua instalação deu-se em 13 de maio de 1970, com a participação de 153 cooperados. Em 2006, após trinta e seis anos de atuação, a CAMDUL contava com mil quinhentos e vinte e dois cooperados, duzentos e quarenta colaboradores, dentre os quais trinta e dois eram profissionais que prestavam assistência técnica direta ao campo³⁵.

A partir de sua criação, a CAMDUL passou a atuar na área de comercialização e armazenamento de produtos agropecuários, e a fornecer assistência técnica a partir da extensão rural a seus cooperados, contribuindo desta forma para a introdução de insumos agrícolas ao processo produtivo mediante a utilização de crédito subsidiado.

A cooperativa também expandiu gradativamente sua área de atuação, para outros municípios como: Verê, Enéas Marques, Nova Esperança do Sudoeste, Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu, sendo estes, municípios próximos a Dois Vizinhos.

Em virtude da expansão da área urbana do município de Dois Vizinhos, a sede da cooperativa, armazéns, silos, secadores, balança e loja de insumos instalada na década de

³⁵ Segundo relatório da anual da CAMDUL no ano de 2006.

1970 e destacada em vermelho (Figura 12), localiza-se atualmente no centro da cidade, fato que dificulta sua permanência no local. O último prazo para que a cooperativa transfira suas atividades para outra área encerava-se em 2012.

Porém, em virtude de problemas financeiros, a partir de 2006 a CAMDUL passou a ser administrada pela Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda (COASUL), a qual conta atualmente com aproximadamente 5.000 cooperados, 23 entrepostos distribuídos em 20 municípios do Sudoeste do Paraná, além de 3 supermercados, duas fábricas de ração e um abatedouro de aves localizado no município de São João³⁶. A COASUL providenciou a construção de uma nova sede para a cooperativa, localizada na área rural de Dois Vizinhos, a uma distância de aproximadamente 5 km da área urbana.

A retirada da cooperativa da área urbana do município vem há muito sendo solicitada pelas famílias que residem em seu entorno, pois mesmo a cooperativa se adequando à legislação ambiental, muitas são as reclamações dos moradores em virtude da poeira e barulho, que se intensifica nos períodos de safra.



Figura 12. Local destinado a instalação da Cooperativa na década de 1960 e sua localização em 2011.

Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos (2012)

Na Figura 12 (1960) é possível visualizar parte da área urbana do município de Dois Vizinhos na década de 1960, destacando-se no centro a futura Rua Sete de Setembro. Ao fundo da imagem, tem início a área rural do município, titulada pelo GETSOP como chácara, a área destacada em vermelho representa o local destinado à construção da cooperativa na década de 1970. Verifica-se na Figura 12 (2011) destacado em vermelho, que a cooperativa situa-se no centro da cidade, ao final da Rua Sete de Setembro. Em seu entorno foram construídos inúmeros loteamentos, e é provável que o mesmo aconteça com a área onde se encontra a sede da cooperativa, visto que a mesma tem prazo para sair do local, e também, pela especulação imobiliária, haja vista, o elevado valor dos terrenos em seu entorno.

No que diz respeito à expansão da malha urbana do município de Dois Vizinhos, Saffnauer (2005, p.164), destaca que:

³⁶ Informações obtidas junto ao site da COASUL em 07/05/12.

A estrutura fundiária formada por pequenas propriedades nos arredores da cidade de Dois Vizinhos facilitou a expansão da malha urbana, sendo o loteamento de chácaras³⁷ pelos próprios proprietários uma prática adotada com frequência. Nem sempre os novos loteamentos são empreendidos para atender a necessidades reais de falta ou escassez de solo urbano. Dentre as razões que motivam essa prática na referida cidade destacam-se:

- maior ganho imobiliário na conversão de terra rural em terra urbana;
- a dificuldade de praticar atividades agrícolas nas proximidades da cidade;
- a elevada quantidade de terrenos utilizados como reserva de valor nas áreas já loteadas.

A valorização de terrenos rurais em virtude da proximidade com a área urbana pode ser verificada em entrevista, quando agricultor M³⁸ destaca: “a cidade ta chegando na porta da minha casa, meu vizinho vendeu há dois anos a chácara dele de 3 ha, para fazer um loteamento, ganho um dinheirão. Logo, logo, isso tudo vira cidade”. No entanto, ao mesmo tempo em que o agricultor se alegra pela valorização da terra, e por ter a cidade a seu lado em virtude da facilidade de comercializar hortaliças, uma das atividades desenvolvidas na propriedade, lamenta-se, pois pensa no gasto que terá para cercar a propriedade e assim garantir a colheita da produção, bem como, considera que a proximidade da cidade com sua propriedade lhe trará o fim do sossego, visto que as áreas urbanas são mais agitadas que as áreas rurais.

Alves (2004) destaca que muitos foram os responsáveis pela introdução de novas tecnologias ao processo produtivo, tendo papel central, o Estado, as cooperativas e as agroindústrias, sendo que estes segmentos passam a subordinar as atividades agrícolas ao capital. Sinhorini (2007, p.29), considera que:

[...] o Estado reservou às cooperativas de produção o papel de principal executor das políticas públicas voltadas ao setor rural (preços mínimos, compra da safra de trigo, créditos oficiais subsidiados etc). Assim, as cooperativas de produção agropecuária tiveram um papel decisivo na modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná e em outros lugares do Brasil.

As cooperativas criaram infraestrutura para receber e comercializar produtos, revender insumos agrícolas e mediar a aquisição de financiamentos e subsídios ao processo produtivo junto ao Estado, ou seja, auxiliaram na circulação de mercadorias, e na subordinação destes agricultores ao capital.

³⁷ Vale lembrar como destacado no Capítulo anterior, que o GETSOP tituló em Dois Vizinhos entre as décadas de 1960 e 1970, cento e quarenta e seis chácaras a cento e vinte e dois proprietários, as quais possuíam área entre 600m e 122,91ha.

³⁸ Entrevista realizada em 04-03-12.

3.3.1 – A instalação da agroindústria Sadia em Dois Vizinhos

A instalação de uma unidade frigorífica de aves do Grupo Sadia S.A, em 12 de agosto de 1978 em Dois Vizinhos, só vem a contribuir com a expansão do capitalismo no meio rural, visto que a agroindústria passa a subordinar a produção agrícola nas pequenas e médias propriedades de acordo com seu interesse, e a atrair o excedente populacional do meio rural para a cidade.

A Sadia instala-se em Dois Vizinhos, inicialmente visando o abate de patos e frangos. No entanto, em decorrência da expansão do mercado de frangos, o abate de patos é abandonado na década de 1980, e a agroindústria passa a dedicar-se à produção de frangos para atender o mercado interno e externo, à produção de óleo que após ser produzido é enviado às unidades agroindustriais de Toledo/PR e Chapecó/SC para a produção do óleo de soja refinado, e à produção de ração para atender os integrados que produzem aves para a agroindústria³⁹.

A instalação da agroindústria no município de Dois Vizinhos foi incentivada pelo Estado, visto que a Prefeitura Municipal fez a doação do terreno localizado na área rural de do município (Figura 13)⁴⁰, e em parceria com o governo estadual criou a infraestrutura básica para sua instalação, ou seja, expandiu a rede elétrica no meio rural, melhorou e ampliou as estradas rurais no município, haja vista que a região apresentava deficiência nestes aspectos, e que estas eram condições mínimas para o sistema de integração.



Figura 13. Área doada pela Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, para a instalação da agroindústria da Sadia em 1978.

Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos (2012)

³⁹ Informações obtidas a partir do histórico fornecido pela agroindústria no ano de (2011).

⁴⁰ A área em que se encontra instalada a sede da Sadia, pertencia até final da década de 1970 à serraria Serrapinho Sudoeste Limitada.

Na Figura 13 (1978), em construção Moinho da Lapa – agroindústria da Sadia em Dois Vizinhos, abaixo, estrada que liga Dois Vizinhos a Francisco Beltrão. Na Figura 13 (2011), atual infraestrutura da Sadia em ampliação.

Segundo Saffnauer (2005, p.94):

[...] a escolha do município de Dois Vizinhos para a implantação desta unidade foi estratégica, visto que este possui características semelhantes as encontradas do Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina, mão-de-obra familiar abundante, pequenas propriedades de terras e terrenos acidentados em função dos vales dos Rios Iguaçu e Chopim, o que favoreceu o atrelamento do pequeno produtor ao grande capital agroindustrial através do sistema de integração.

Neste contexto, o capital se apropria da renda da terra produzida no meio rural, quando subordina a produção de acordo com seus interesses, tanto no que diz respeito à produção de matéria-prima (aves, milho e soja) como no consumo de produtos industriais (ração, comedouros, bebedouros etc.). Neste processo, verifica-se que a agroindústria subordina os agricultores, não sendo necessário expropriá-los de seus meios de produção, ou parte deles. Contudo, os seleciona de acordo com seus interesses, induzindo-os a produzir e a consumir produtos de acordo com as necessidades da agroindústria. Segundo Costa (1993, p. 172), “Trata-se, para a Sadia, de fechar um circuito que lhe garanta, de um lado, a matéria-prima para o abate (aves e suínos) e grãos (milho e soja) para a fábrica de rações.”

Abramovay (1981) destaca que a atuação do capital nacional se assemelha ao capital internacional, comparando a Sadia (nacional) à Souza Cruz (internacional), visto que ambas atuam de forma semelhante na exploração do campesinato.

De acordo com Costa (1993, p.168):

[...] a atividade integrada, especialmente na criação de aves, exige um investimento muito alto, as empresas cercam-se de uma série de cuidados na hora de escolher os agricultores a serem integrados. [...] a questão que se coloca para a empresa é dupla: de um lado, escolher um camponês que tenha uma unidade produtiva e, de outro, as condições de fazer os investimentos necessários para a produção. Além disso, de preferência, escolher pequenos e no máximo, médios proprietários. Normalmente, os grandes produtores fazem os cálculos do custo de produção e, dando prejuízos, retiram-se da produção, uma vez que esta é apenas uma das suas atividades. Para os pequenos e médios produtores, no entanto, a avicultura representa parcela significativa da renda da propriedade.

Ou seja, a agroindústria demonstra preferência por agricultores com pequenas e médias propriedades, onde se desenvolva trabalho familiar, visto que, a atividade tenderá a

representar parte significativa na renda da família. Logo, o município de Dois Vizinhos em virtude de sua estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades e trabalho familiar, se torna ideal para o desenvolvimento da avicultura.

A importância da atividade para o município e agricultores, é percebida ao se verificar o número de integrados à Sadia. Segundo Jornal Impacto Online (2005) o município de Dois Vizinhos:

[...] detém hoje o título de Capital Nacional do Frango [...]. Somente no ano de 2004, foram 45.738.900 quilos de frangos produzidos, contabilizando o total de R\$ 86.182.737,80 para a economia local. A produção de ovos ocupa o terceiro lugar no ranking produtivo em Dois Vizinhos, sendo que no ano passado foram produzidas 9.600.000 dúzias, perfazendo um total de R\$ 22.187.500,00 e a cama de aviário ocupou o nono lugar com 82.508 toneladas e contabilizando o valor de R\$ 4.082.825,32. Esses são dados repassados pelo Departamento de Economia Rural (Deral) do Governo do Paraná. A Sadia Dois Vizinhos é caracterizada por possuir o maior abate de frangos da América Latina, com cerca de 505.000 aves abatidas por dia pela empresa Sadia, sendo que para atender toda essa demanda, a Sadia mantém 1.204 aviários integrados, que fornecem frangos de corte para o abate da própria empresa, filial de Dois Vizinhos. Em Dois Vizinhos são 365 aviários de frango de corte e 65 de criação de matrizes e postura de ovos. Somando-se a estes, existem ainda mais 130 aviários de criação de matrizes e postura de ovos em outros municípios da região Sudoeste do Estado integrados à Sadia. São mais de 13.000.000 de pintinhos alojados e mais de 16.000.000 de ovos produzidos, mensalmente, para atender ao abate diário da Sadia em Dois Vizinhos.

Torna-se evidente a importância da avicultura no município de Dois Vizinhos, tendo em vista o expressivo número de aviários e de agricultores integrados à agroindústria da Sadia no ano de 2004. No entanto, a Sadia divide espaço no município com outras duas agroindústrias que atuam no mesmo no ramo de atividade, a Pluma Agroavícola, implantada em Dois Vizinhos no ano de 1999, e a Diplomata.

No Sudoeste do Paraná a atividade também destaca-se, tendo em vista o número de agroindústrias que se dedicam à avicultura. Além das mencionadas no parágrafo anterior, Silva (2011), destaca a atuação da Seva, Gralha Azul e Anhambi.

Neste contexto, a competitividade para manter e abrir novos mercados consumidores tornou-se mais acirrada, obrigando as empresas a repensar sua forma de inserção no mercado mundial. De acordo com Oliveira (2010) e Costa (1993), muitas empresas têm optado por “eliminar” a concorrência mediante a fusão de capitais.

Esse fato pode ser observado quando entre os anos de 2008 e 2009, duas grandes agroindústrias com destaque nacional no ramo de avicultura, Sadia e Perdigão, concorrentes durante décadas, declaram iniciada a fusão, dando origem à Brasil Foods S.A. (BRF).

De acordo com Taffarel (2009, p. 60):

As agroindústrias Sadia S.A. e Perdigão S.A., consideradas as maiores indústrias do setor carnes e derivados do Brasil, reservam um ambiente particular de competitividade histórica, que acompanharam a trajetória dessas empresas por mais de meio século. Contudo, no dia 19 de maio de 2009, foi anunciada a fusão das duas companhias, e, por consequência, a criação da Brasil Foods S.A. (BRF), que nasce como uma das maiores empresas brasileiras.

Ou seja, o capital esta constantemente se reestruturando para manter sua lucratividade e expandir seu mercado consumidor. Fato que obrigada o pequeno e médio agricultor a reestruturar e reorganizar seu processo produtivo de forma a garantir sua subsistência, a qual é obtida mediante a diversificação de suas atividades, destacando a criação de aves, produção de leite e lavoura.

Verificou-se que dentre os agricultores entrevistados, 38% encontram-se integrados às agroindústrias no ramo de avicultura, sendo 36% integrados à BRF, e 2% a Diplomata, e que 62% não desenvolvem a atividade. No entanto, 94% dos agricultores destacaram a necessidade de diversificar o tipo de cultura desenvolvida na propriedade, visto que apenas uma atividade não garante o sustento da família, destacando-se a atividade leiteira e lavoura como alternativa e complemento de renda. Dos 94% dos agricultores, 8,5% afirmam desenvolver uma atividade assalariada fora da propriedade em determinados períodos do ano com o objetivo de aumentar a renda familiar; 4% dos entrevistados trabalham na área urbana, mas optam em morar no meio rural, por terem recebido terra como herança, e 2% dos agricultores, residem na propriedade, mas arrendaram a terra, pois consideram que o pagamento do arrendo é garantido no final da colheita.

Durante as entrevistas 42,1% dos integrados à avicultura destacaram que o custo para implantação e manutenção dos aviários torna-se cada vez maior, e que as empresas impõem tamanho mínimo para a implantação de novos aviários, estão exigem que o aviário seja cercado, que não se desenvolva outra atividade além da avicultura, e que a propriedade disponha de água. Segundo agricultor AC⁴¹:

⁴¹ Entrevista realizada em 13-03-12.

[...] nosso lucro ta ficando cada vez menor, por que toda hora tem que compra coisa nova pro aviário, metade do lucro fica ali. Os aviários que tão colocando agora, são cada vez maior, o custo ta ficando muito alto, não é qualquer um que pode coloca um aviário hoje, e ainda por cima, eles tão exigindo que agente plante árvore tudo em volta do aviário, que cerque tudo, que não tenha outros animais na propriedade. O que agente vai fazer no futuro?

Ou seja, o agricultor de forma direta ou indireta torna-se gradativamente dependente do capital, pois passa a ser fornecedor de matéria-prima para a agroindústria (aves, milho, soja) e a consumir produtos industriais (ração, maquinários, entre outros).

Verificou-se que os agricultores, apresentam reclamações decorrentes do sistema de integração: custo elevado para construção de novos aviários; constante necessidade de melhoras na infraestrutura, relatórios não muito claros quanto aos gastos com ração e medicamentos; mas principalmente desconhecer a forma de avaliação para um lote de boa qualidade, visto que não podem acompanhar o abate das aves. Porém, consideram a integração à agroindústria, uma importante fonte de renda para a família, e que a não integração, os levaria fatalmente à venda da propriedade e migração para a cidade, visto que as propriedades são pequenas, e que boa parte delas não é aproveitada economicamente em virtude da mata ciliar, da área de preservação permanente e da declividade dos terrenos em alguns locais.

A partir da atuação do Estado, cooperativas, agroindústrias e revenda de insumos, criaram-se no Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos as condições necessárias para a modernização da agricultura, a qual provocou transformações ao processo produtivo, impulsionando o uso de maquinários, fertilizantes, sementes selecionadas, agrotóxicos, entre outros, bem como estimulou o cultivo de terminadas culturas em detrimento de outras, provocando uma reorganização do processo produtivo.

Sendo assim, procurar-se-á no próximo capítulo, identificar os indicadores da modernização da agricultura no município de Dois Vizinhos a partir de informações obtidas nos Censos Agropecuários entre os anos de 1970 a 2006, bem como verificar a atual estrutura fundiária de Dois Vizinhos a partir das informações obtidas junto ao INCRA no ano de 2011.

CAPÍTULO IV

INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA, DÉCADAS DE 1970 A 2006 E ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR NO ANO DE 2011

4.1 – INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – 1970 A 2006.

Neste item, serão estudados os principais produtos agrícolas cultivados no município de Dois Vizinhos entre 1970 e 2006, e as alterações na base técnica da produção a partir da modernização da agricultura, quando são introduzidos ao processo produtivo insumos agrícolas (maquinários, fertilizantes, agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas).

O primeiro indicador da modernização da agricultura a ser analisado, diz respeito à evolução da força animal e mecânica empregada nos estabelecimentos rurais do Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos entre 1970 e 2006 (Figura 14).

Até o ano de 1995 era superior o uso de arados com tração animal em relação a arados de tração mecânica. Com o aumento do número de tratores nos anos recorrentes, observa-se, no ano de 2006, uma inversão do uso do animal pelo uso do método mecânico (Figura 14C e 13D), tanto no Sudoeste do Paraná como no município de Dois Vizinhos. A redução do arado de tração animal a partir de 1985, e o conseqüente aumento do arado de tração mecânica na década de 1990, contribuíram para a redução da mão de obra ocupada em atividades agrícolas, intensificando o êxodo rural no município que vinha ocorrendo desde o início da década de 1980 (Figura 11), sendo que, foi em 1991 que ocorreu a inversão da população rural/urbana.

Práticas agrícolas também justificam a redução do uso de tração animal e aumento da tração mecânica, como o caso da introdução do uso do plantio direto no Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos, não sendo mais necessário o uso de determinados equipamentos agrícolas, como arados, mas demandando o uso de agrotóxicos, visto que estes passam a ser utilizados antes do plantio auxiliando no preparo do solo, e durante o cultivo, como caracteriza a (Figura 16).

Entre os anos de 1970 a 1985, observa-se um aumento significativo no número de tratores e colheitadeiras no Sudoeste do Paraná (Figura 14A) e no município de Dois Vizinhos (Figura 14B) podendo esse aumento estar associado principalmente à oferta de créditos

agrícolas subsidiados pelo Estado com o objetivo de promover a modernização da agricultura na região e município (Figura 15).

De acordo com Santos (2008), o número de informantes que passaram a utilizar crédito rural no Sudoeste do Paraná amplia-se entre 1970 e 1980 em 423%, ao passo que no Paraná cresce 69%. Isso demonstra a importância que teve a disponibilidade de crédito na estruturação da modernização da agricultura nesta região.

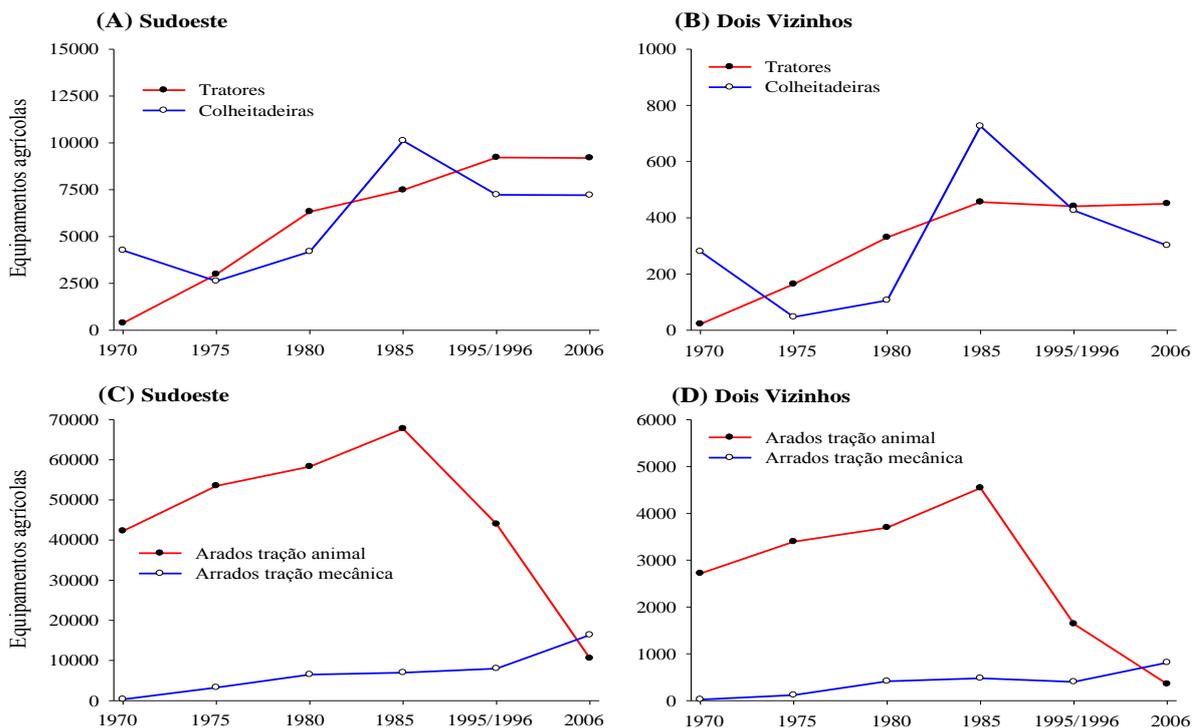


Figura 14. Número de tratores, colheitadeiras, arados de tração mecânica e arados de tração animal no Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos, 1970 a 2006. As figuras A e B representam tratores e colheitadeiras, as figuras C e D arados de tração animal e arados de tração mecânica.

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários, 1970 a 2006.

Organização: CARA, 2012.

No município de Dois Vizinhos, a utilização de crédito rural com a finalidade de investimento, custeio e comercialização das atividades agropecuárias aumenta consideravelmente entre os anos de 1975 e 1980, passando respectivamente de C\$ 953.000 para C\$ 150.252.000 (Figura 15)⁴². O significativo aumento na utilização de crédito rural pelos agricultores do município de Dois Vizinhos entre as décadas de 1970 e 1980, pode ser relacionado à instalação e atuação da CAMDUL a partir de 1970, a qual, passa a

⁴² Os valores apresentados (Figura 14) se referem ao total do volume de recursos, sem considerar a inflação do período em análise.

disponibilizar crédito com a finalidade de introduzir insumos agrícolas e maquinários ao processo produtivo. Segundo Santos (2008), tal fato pode ser averiguando, quando o Governo Federal anuncia em reportagem ao Jornal do Paraná na data de 14 de outubro de 1971, um investimento superior a C\$ 2.000.000 destinado à CAMDUL, com o objetivo de financiar projetos, para aquisição de máquinas, tratores e adubos, mediante assistência técnica e extensão rural.

No entanto, os incentivos à modernização da agricultura no município e região, não se devem somente ao Estado e Cooperativa, é necessário levar em consideração que no ano de 1978, instala-se no município a agroindústria da Sadia, a qual também exigirá gradativamente dos agricultores maiores investimentos no decorrer do processo produtivo. A necessidade da agroindústria por matérias-primas como, por exemplo, soja, milho e trigo, destinados à produção de ração, induzirá muitos agricultores a substituir determinadas culturas como o arroz e o feijão, em benefício de outras, como milho, soja e trigo, conforme observar-se (Figura 17). Vale destacar ainda, que o agricultor interessado em integrar-se à agroindústria, necessita dispor de capital para investir em sua propriedade, visto que caberá a ele a construção do aviário e aquisição de equipamentos necessários ao seu funcionamento. Neste contexto, Paulino (2003) e Costa (1993), consideram que o sistema de integração, acaba por determinar direta ou indiretamente quais atividades agrícolas serão desenvolvidas nas propriedades, e qual o nível de tecnologia nela empregada.

De acordo com Lazier (1997), muitos agricultores, induzidos pela facilidade na obtenção de créditos na década de 1970 e início de 1980, passam desenvolver culturas não compatíveis economicamente ao tamanho de suas propriedades, e a adquirir equipamentos e insumos de forma indiscriminada sem necessidade, tendo em vista as condições naturais dos terrenos, a alta dos combustíveis, e o tamanho das propriedades.

Para Moro (1995), o desenvolvimento de certas culturas, por exemplo, a soja e o trigo demandam elevado índice de mecanização e insumos agrícolas, e muitos dos pequenos agricultores que passaram a desenvolver tais culturas sem estar devidamente equipados, rapidamente se descapitalizaram, não lhes restando alternativa a não ser vender ou arrendar sua propriedade àqueles que dispunham de condições financeiras para manter tais culturas e delas obter lucratividade.

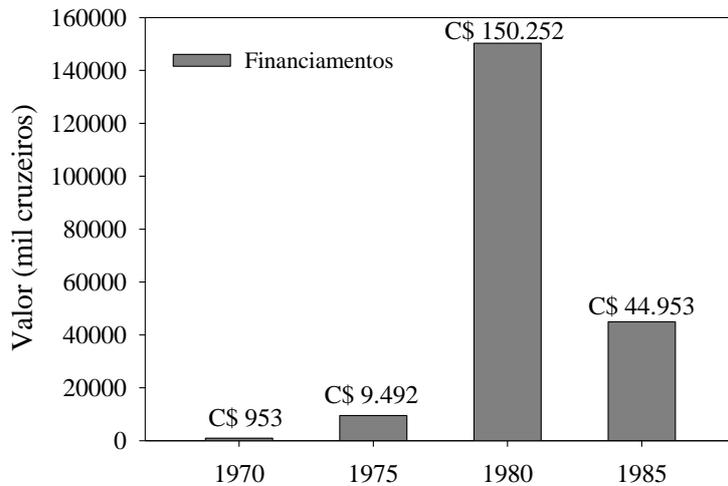


Figura 15. Valor dos financiamentos para investimento, custeio e comercialização de produtos no município de Dois Vizinhos, 1970 a 1985.

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários, 1970 a 1985.

Organização: CARA, 2012.

Observa-se que nos censos subsequentes, 1995/1996 e 2006, estabiliza-se o crescimento para tratores e diminui o número de colheitadeiras (Figura 14A e 13B), reflexos da redução de créditos, em decorrência das crises econômicas que se abateram sobre o país nas décadas de 1980 e 1990, e das altas taxas de juros proporcionados pela dívida externa (SILVA, 1998).

O decrescente no número de colheitadeiras é também discutido por Santos (2008). Segundo a autora esse fato se deve ao aumento de seu custo, influenciado pelas melhorias técnicas dos equipamentos, como aumento da potência, tornando-os mais eficientes. Ou seja, um menor número de equipamentos faria o mesmo trabalho do que existia anteriormente, porém, isso eleva o custo, inviabilizando o acesso ao equipamento a um número considerável de agricultores, visto que no município predominam pequenas propriedades.

Durante as entrevistas, verificou-se que 36% dos agricultores possuíam tratores em suas propriedades, e que 64%⁴³ não dispunham de tal equipamento, sendo necessário contratar o serviço para o preparo e plantio da lavoura. Segundo agricultor AG⁴⁴ “[...] o problema é que todo mundo planta e colhe na mesma época, daí tem que espera, chega nessa época é uma correria, todo mundo quer plantar ao mesmo tempo”.

No que se refere a colheitadeiras, verificou-se que apenas 4% dos agricultores dispõem de tal equipamento, e que 96% dos agricultores dependem de alugá-lo durante a

⁴³ Vale destacar, que dos 64% dos agricultores, 6% apenas residem na propriedade não desenvolvendo atividades agrícolas.

⁴⁴ Entrevista realizada na data de 15-03-12.

colheita. Normalmente é pago uma porcentagem sobre o produto colhido, tendo em vista o valor que tal equipamento assumiu nos últimos anos. Entre os 96% dos agricultores que não dispõem de colheitadeiras, 94% consideram inviável a aquisição do equipamento, destacando que seu valor é absurdo, e que sua compra os levaria a trabalhar a maior parte do tempo fora da propriedade para pagar o equipamento que muitas vezes tem valor superior ao de sua propriedade. Os 2% restantes, consideram que mediante uma associação a compra de tal equipamento se tornaria viável, fato que já vem sendo praticado na comunidade de São Francisco do Bandeira a partir de incentivos e parcerias mediante implantação do Projeto Vida na Roça (PVR)⁴⁵. Segundo agricultor AB⁴⁶:

A implantação do Projeto Vila na Roça, só nos ajudou. Conseguimos comprar trator, plantadeira, e roçadeiras pra associação. Todos podem usar, só é cobrado uma taxa de cada um que usa o equipamento, 50% do valor da hora máquina, desta forma temos dinheiro pra manutenção dos equipamentos e pra comprar outros. Achamos melhor fazer assim pra não chega na hora de usar os equipamentos, esta estragado, não ter dinheiro pra arrumar e ninguém se responsabilizar pelo estrago e conserto. Estrago, vai lá arruma e paga com o dinheiro que ta em caixa. Nós já conseguimos juntar uma boa quantia, quem sabe não conseguimos comprar uma colheitadeira, ia ser muito útil pros sócios. Cada dia é mais difícil de acha gente pra trabalha aqui, foi todo mundo pra cidade, quero ver daqui uns anos, quem vai trabalha na agricultura? Os jovens saem para estudar e não querem saber de voltar.

No caso da comunidade de São Francisco do Bandeira, uma alternativa encontrada por parte dos agricultores é a aquisição de alguns equipamentos (trator, plantadeira e roçadeira) mediante associação. No entanto, o próprio agricultor destaca que não são todos os agricultores da comunidade que se beneficiam da associação, visto que muitos não entendem que o valor de 50% cobrado pela hora máquina trabalhada, não é em benefício de um sócio, e sim de todos, visto que garante a manutenção e até mesmo aquisição de novos equipamentos como já ocorreu anteriormente. Outra dificuldade encontrada segundo o agricultor AB, é que

⁴⁵ O Projeto Vida na Roça teve início em 1995 na comunidade de Linha Jacutinga, município de Francisco Beltrão. Em Dois Vizinhos a primeira conversa formal ocorreu em julho de 2001 entre representantes das entidades da agricultura familiar e da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), sendo efetivamente implantado em 2002 na Comunidade de São Francisco do Bandeira. O PVR busca auxiliar na manutenção do homem do campo, mediante alternativas de renda e melhorias em sua qualidade de vida. Para tanto, o PVR assinou convênios com a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos envolvendo as Secretárias de Educação, Saúde, Agricultura, Viação e Obras; ASSESOAR; Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); Cooperativa de Crédito (CRESOL); Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF); Casa Familiar Rural, UNIOESTE, e Escola Agrotécnica Federal, atual UTFPR. Todavia, a análise do Projeto não será aqui realizada. (Coordenação do Projeto, 2005)

⁴⁶ Entrevista realizada em 12-03-12.

o plantio da lavoura se dá no mesmo período para todos, sendo necessário organizar um cronograma, para que ninguém saia prejudicado, porém, quem trabalha em atividades agrícolas não depende única e exclusivamente da disponibilidade do equipamento para realizar o plantio. É necessário considerar fatores climáticos como períodos de estiagem, chuvas prolongadas e geadas, que podem antecipar ou atrasar o plantio e colheita da lavoura.

Outro ponto positivo destacado pelos agricultores na comunidade de São Francisco do Bandeira é o incentivo que o Colégio Estadual São Francisco do Bandeira - Ensino Fundamental e Médio em parceria com a UTFPR e Curso de Licenciatura em Educação no Campo têm dado aos jovens da comunidade, mediante atividades desenvolvidas em sala de aula, palestras, etc, com o objetivo de valorizar o homem do campo, e as atividades por ele desenvolvidas, estimulando-os a permanecer na área rural do município⁴⁷.

No entanto, a modernização da agricultura, em função de suas características, e da forma seletiva como tem sido conduzida, não é adotada de forma homogênea entre os agricultores e regiões do país, fato que se torna evidente na área de estudo, ao verificar-se que apenas 4% dos agricultores com propriedades inferiores a 50 ha dispõem de condições financeiras para adquirir certos equipamentos como uma colheitadeira por exemplo, e que o êxodo rural tornou-se uma constante, principalmente entre os mais jovens, fato que tem preocupado a população que reside em áreas rurais. De acordo com Moro (1995, p.84) “A modernização agrícola, portanto, concorreu para reduzir expressivamente o quadro do pessoal ocupado na produção agropecuária, acelerando o êxodo rural”.

E neste contexto, quando se passa a produzir com o objetivo de atender às necessidades do mercado, torna-se indispensável a utilização de maquinários e insumos agrícolas ao processo produtivo. De acordo com Fleischfresser, (1988, p. 12-13.):

[...] após a introdução de tecnologia, induzida ou não, há quase uma certa obrigatoriedade de seu uso entre os produtores mercantis, na medida em que os mercados intermediários do produtos *in natura* ou beneficiados (agroindústria cooperativas, supermercados, setor externo, etc.) passam a

⁴⁷ O curso de Licenciatura em Educação do Campo tem por objetivo formar educadores para atuação específica junto às populações que trabalham e vivem no e do campo, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, e da diversidade de ações pedagógicas necessárias para concretizá-las como direito humano e como ferramenta de desenvolvimento social. A proposta teórico-metodológica do curso busca desenvolver estratégias de formação para a docência curricular por áreas do conhecimento nas escolas do campo. Também, visa construir alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam a expansão da educação básica no e do campo, com a rapidez e a qualidade exigida pela dinâmica social em que seus sujeitos se inserem e pela histórica desigualdade que sofrem. Fonte: <http://www.utfpr.edu.br/doisvizinhos/cursos/licenciaturas/Ofertados-neste-Campus/educacao-no-campo>.

exigir que os produtores apresentem características de padronização – tamanho, peso e outras – que para serem atingidas, o produtor necessariamente deveria usar sementes ou mudas selecionadas. Estas, por sua vez, só respondem satisfatoriamente se acompanhadas do uso de insumos industriais, como fertilizantes e defensivos químicos.

Sendo assim, verificou-se no Sudoeste do Paraná e no município de Dois Vizinhos, um aumento considerável no emprego de maquinários, fertilizantes, agrotóxicos, e sementes selecionadas ao processo produtivo, fruto da disponibilidade de financiamento entre as décadas de 1960 e 1980 com o objetivo de promover a Revolução Verde (Figura 15).

O incremento de equipamentos e insumos agrícolas como tratores, colheitadeiras, arados, sementes selecionadas, agrotóxicos e fertilizantes, vem contribuindo para a concentração da estrutura fundiária, redução da mão de obra ocupada em atividades agrícolas, provocando êxodo rural e urbanização, ao mesmo tempo que possibilita um aumento no rendimento agropecuário e facilidade nas práticas de cultivo aos agricultores que dispõem de terra e de recursos financeiros para aquisição de tais equipamentos.

No que diz respeito à utilização de fertilizantes e agrotóxicos (Figura 16) ocorreu aumento significativo do número de estabelecimentos que passaram a utilizar tais insumos agrícolas entre os anos de 1970 e 1985. No ano de 1970 e de 1985 o uso de fertilizantes e agrotóxicos foi empregado de forma igualitária entre os estabelecimentos. Nos anos de 1975 e de 1980 o uso de agrotóxicos foi utilizado em maior número de estabelecimentos, em relação aos fertilizantes. Eventos justificados pela expansão industrial, que visualizava expandir seu mercado no setor agrícola, em virtude do processo de modernização e monopolização dos insumos agrícolas. Também o Estado, visando atender o mercado externo incentivou, por meio de financiamentos, o aumento da produção para exportação.

Segundo Gonçalves (1984), as culturas da soja, cana-de-açúcar, e até mesmo o trigo, se desenvolvem apoiadas em um sistema de financiamentos, enquanto as culturas de milho e feijão se sustentam nas pequenas propriedades familiares, sendo claramente possível distingui-las, visto que as primeiras estão vinculadas ao capital industrial e destinam-se ao mercado externo, ao passo que as últimas destinam-se a suprir as necessidades familiares, sendo o excedente destinado ao consumo do mercado interno.

O crescente emprego de fertilizantes e agrotóxicos no Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos até 1985 (Figura 16B) pode ser associado ao desenvolvimento de culturas, como, o milho, o trigo e a soja, que têm se expandido no município desde 1970 (Figura 17). De acordo com Ramos (2008) a cultura da soja apresenta baixa resistência natural a doenças e pragas, requerendo enormes quantidades de agrotóxicos, fato que pode ter

contribuído para a crescente utilização do produto. Deve-se levar em consideração, que o uso deste insumo no período mencionado era utilizado indiscriminadamente pelos agricultores, sem preocupar-se com os danos que sua utilização inadequada causaria ao meio ambiente e ao ser humano.

Sendo assim, como explicar a redução de tais insumos a partir de 1985, visto que as culturas da soja, milho e trigo demandam grandes quantidades de agrotóxicos, e tais culturas são representativas na área de estudo (Figura 17)? Para tanto, deve-se considerar a redução dos créditos agrícolas entre as décadas de 1980 e 1990 em virtude da elevada taxa de juros, a divulgação de que a manipulação e uso indiscriminado de agrotóxicos provocaria sérios danos ao meio ambiente e à saúde humana, o aperfeiçoamento e melhor eficiência de equipamentos agrícolas, a introdução do plantio direto e de sementes geneticamente modificadas (sementes transgênicas), resistentes a pragas e doenças. A associação destes fatores pode ter contribuído para a redução de tais insumos.

No que se refere ao emprego de sementes transgênicas ao processo produtivo no município de Dois Vizinhos, verificou-se a partir das entrevistas, que 76% dos agricultores já a utilizaram, e a consideram melhor que a semente não transgênica, tendo em vista a redução no uso de agrotóxico, e de horas máquina para aplicar o produto. O emprego da semente transgênica reduz o custo da produção por demandar menos agrotóxico e menos horas máquina para aplicar o produto. Por outro lado, vale destacar que a saca da semente transgênica apresenta valor superior a não transgênica, contribuindo para aumentar os custos da produção, ou seja, de uma forma ou de outra o capital criou mecanismo para subordinar o processo produtivo, seja mediante o emprego de agrotóxicos, ou de sementes transgênicas. Os 24% restantes, afirmaram nunca ter utilizado semente transgênica, e destes, 6% apenas residem na propriedade não desenvolvendo atividade agrícola.

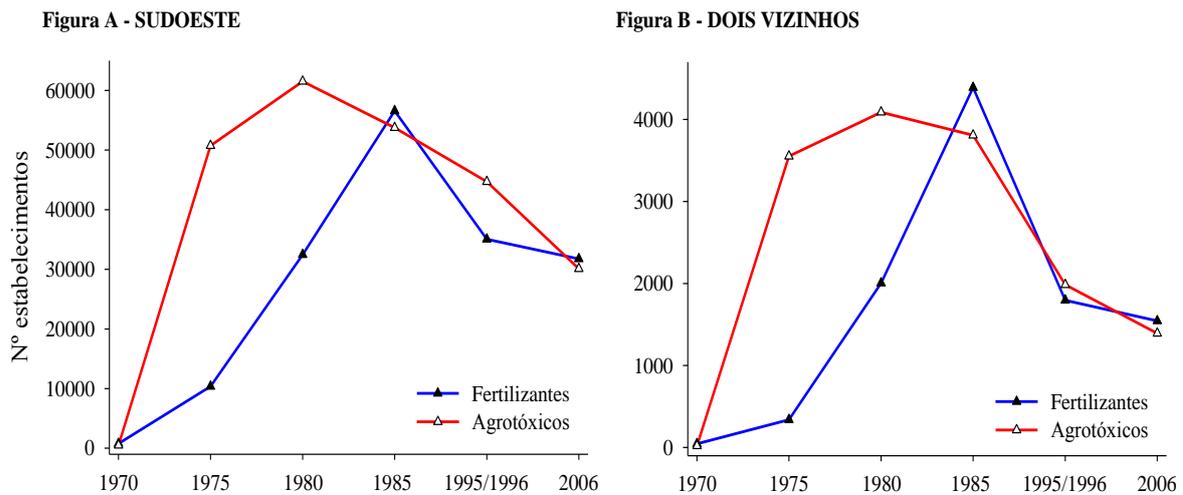


Figura 16. Distribuição de estabelecimentos conforme o uso de fertilizantes e agrotóxicos no Sudoeste do Paraná e no município de Dois Vizinhos, 1970 a 2006.

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários, 1970 a 2006

Organização: CARA, 2012.

A partir de 1995 o número de estabelecimentos que usam fertilizantes também usam agrotóxicos, o que está associado ao tipo de cultivo e à distribuição das terras. Limita-se o cultivo a poucas espécies (como soja, milho, trigo e feijão) concentrada nos estabelecimentos com maiores áreas, o que os torna representativos na produção de grãos.

No que diz respeito à produção de grãos e cana-de-açúcar obtida no município de Dois Vizinhos entre os anos de 1970 a 2006, esta sofre oscilações quanto às culturas e anos agrícolas (Figura 17A e 16B). O arroz, que no ano de 1975 apresentava-se com expressiva produção, equiparando-se ao feijão, tem seu cultivo reduzido em Dois Vizinhos, chegando a 2006 com insignificante participação no setor agrícola (Figura 17A). Comportamento contrário às culturas de trigo e soja, que apresentam crescimento na produção de grãos do município.

O aumento na produção de cana-de-açúcar justifica-se no município de acordo com Cara (2003), pela atuação da Cooperativa de Produtores de cana-de-açúcar (COMEPOL) a qual contava com 21 associados em 1999, momento de sua implantação na comunidade de Linha Empossado – Dois Vizinhos. A COMEPOL dedica-se à produção de açúcar mascavo e água ardente (Figura 17A).

Para culturas como o feijão e milho, observam-se maiores oscilações na produção de grãos, o que estaria atrelado ao preço do produto e à quebra de produtividade devido a déficits hídricos, como nos de 1995 e 2006. A menor produção de milho, no ano de 2006, pode ter

sendo consequência da substituição do uso das áreas pelo feijão e soja, culturas que competem por área no mesmo período de cultivo.

Para soja, houve um crescimento relativamente constante na produção de grãos no município de Dois Vizinhos. Essa tem esse efeito atrelado a maiores investimentos e incentivos governamentais, visto ser um produto destinado à exportação.

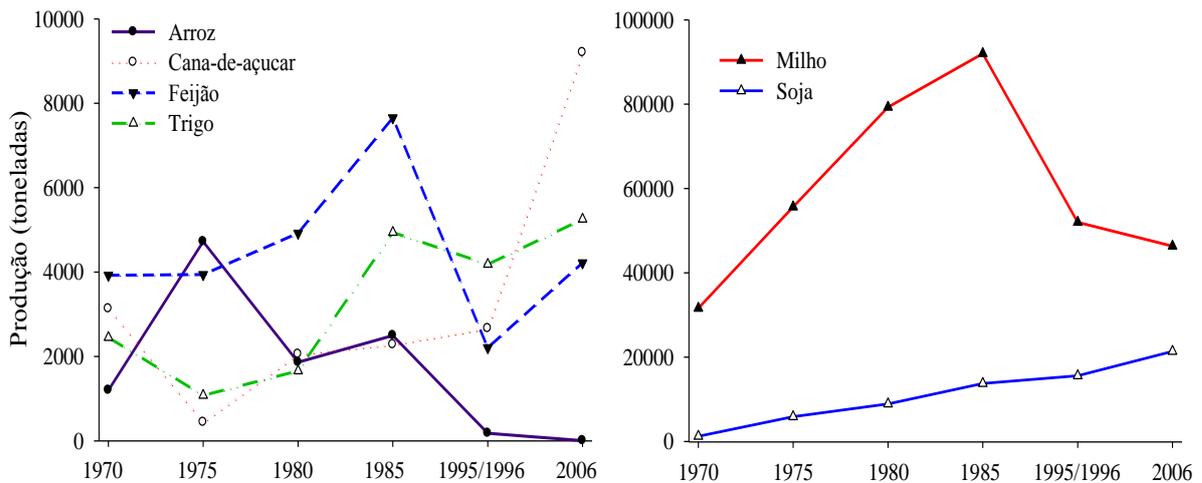


Figura 17. Produção de arroz, cana-de-açúcar, feijão, trigo, milho e soja no município de Dois Vizinhos – PR, 1970 a 2006.

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários, 1970 a 2006

Organização: CARA, 2012.

Ao considerar as principais culturas (milho, soja, feijão e trigo) cultivadas na região em questão, observa-se que a área ocupada por essas culturas cresce em proporções semelhantes até o ano de 1980 (Figura 18A e 17B). A partir de 1985 verifica-se, especialmente na soma dos municípios do Sudoeste, que a área de cultivo estabiliza, ou seja, não existe abertura de novas áreas para produção agrícola ou não há maiores inversões de culturas.

No entanto, a produtividade é aumentada consideravelmente no Sudoeste do Paraná, como reflexo da modernização da agricultura. Destacam-se o uso de insumos, utilização de novas técnicas de cultivo como plantio direto, melhoramento genético aplicado, técnicas de manejo e conservação de solo que visam melhor aproveitamento e retenção da água, crescente inclusão de equipamentos agrícolas (trator, semeadeira, colheitadeira, etc.) e tecnologia, que permite maiores precisões e menores perdas no cultivo.

No município de Dois Vizinhos esse efeito é menos representativo considerando-se a menor extensão de área comparada ao Sudoeste do Paraná como um todo. Mas mesmo assim, o crescimento na produção de grãos é mais significativo que uso de novas áreas de cultivo.

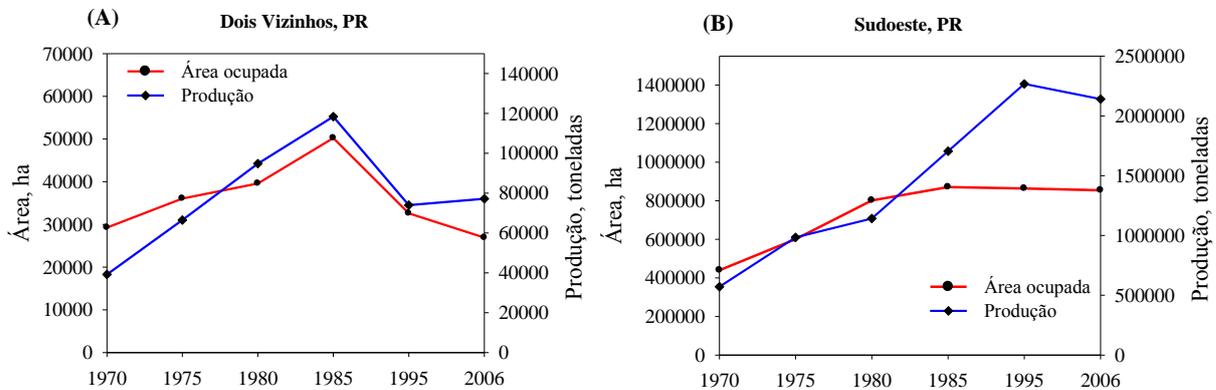


Figura 18. Produção (toneladas) e total da área ocupada (ha) por milho, feijão, soja e trigo juntos no município de Dois Vizinhos, PR e no Sudoeste do Paraná, 1970 a 2006.

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários, 1970 a 2006.

Organização: CARA, 2012.

O aumento no rendimento de grãos (Figura 18B) é também justificado pelo maior uso de fertilizantes (Figura 16). É necessário que o agricultor obtenha maior produção por área, em função do menor preço dos produtos vendidos, que sofrem alterações conforme a demanda do mercado consumidor. Entretanto, essa maior produtividade, gera maior oferta de produtos no mercado, em contrapartida, o preço destes produtos tende a diminuir e os custos com o processo produtivo tendem a aumentar, visto que aumentar a produção significa introduzir maior tecnologia ao processo produtivo.

A redução da produção agrícola verificada pelas culturas do milho, soja, feijão e trigo (Figura 17) é justificada em partes pelo aumento na produção animal (Figura 19), especialmente leite e aves. Influenciado justamente pela menor lucratividade por área dessas grandes culturas, ou seja, é necessária maior área plantada de milho, soja, feijão ou trigo, para possibilitar a viabilidade do sistema de produção (OLIVEIRA, 2005a).

Sendo assim, estabelecimentos com menor tamanho de propriedades buscam atividades equivalentes a elas, como leite e aves, que possibilitam maior rentabilidade em menor espaço de terra e tempo. O expressivo crescimento de tais atividades no município, pode ser observado (Figura 19D e Figura 22).

Pode-se observar ainda (Figura 19C) o expressivo desenvolvimento da suinocultura no município de Dois Vizinhos nas décadas de 1970 e 1980, quando o município chegou a apresentar o maior rebanho de suínos do Sudoeste do Paraná.

Contudo, a produção animal começa a acompanhar o processo de produção de grãos, como é o caso da suinocultura, então observa-se queda na produção, devido principalmente à dependência de compra da carne do mercado externo.

Verifica-se ainda, que a partir da instalação da Sadia em Dois Vizinhos em 1978, a produção de aves aumentou consideravelmente a partir de 1980 (Figura 19D), e se manteve no topo até os dias atuais, tendo recebido o município de acordo com Plano de Desenvolvimento Rural de Dois Vizinhos – PDRDV⁴⁸ (2005) o título de Capital Nacional do Frango.

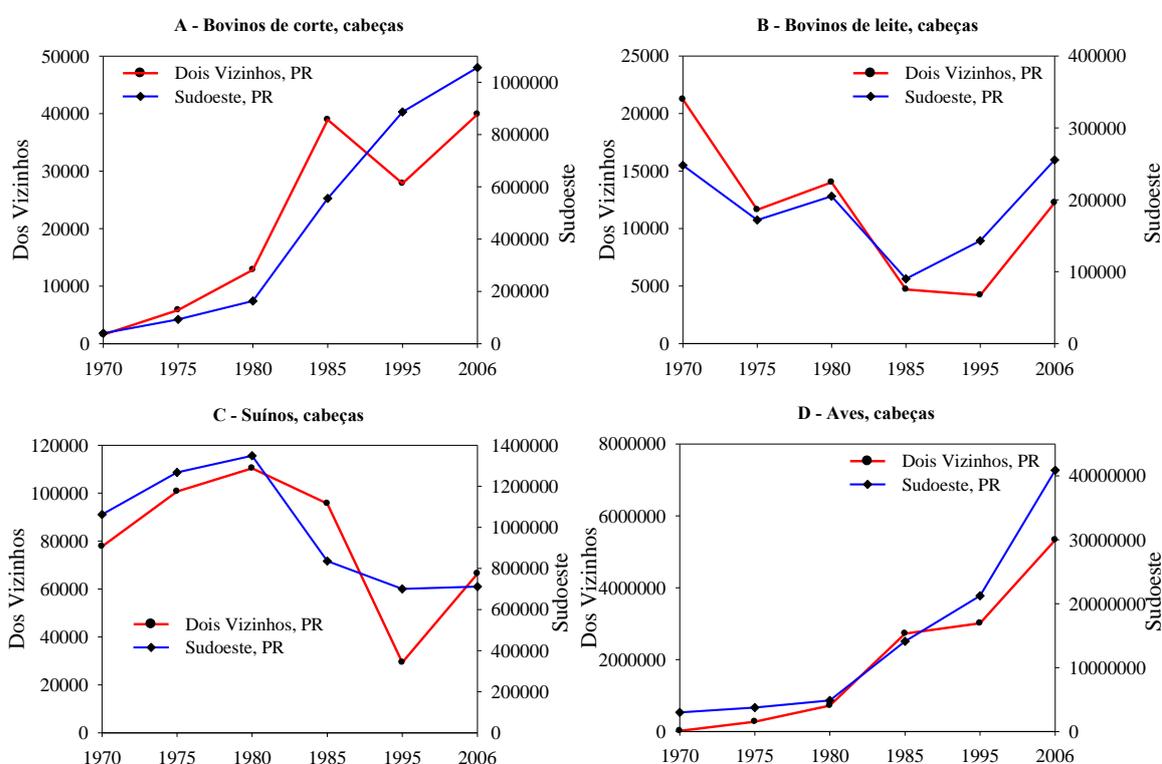


Figura 19. Rebanho em cabeças de bovinos de corte (Figura 13A), bovinos de leite (Figura 13B), suínos (Figura 13C) e aves (Figura 13D) no município de Dois Vizinhos – PR e Sudoeste do Paraná, 1970 a 2006.

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários, 1970 a 2006.

Organização: CARA, 2012.

Observa-se (Figura 22), o expressivo aumento na produção leiteira em Dois Vizinhos, e Sudoeste do Paraná a partir de 1995, fato que pode ser explicado, em parte, pelo produto destinar-se ao consumo interno, não dependendo de exportação, e podendo ser

⁴⁸ O PDRDV: Plano de Desenvolvimento Rural de Dois Vizinhos é atualizado de cinco em cinco anos pela Prefeitura municipal de Dois Vizinhos em parceria com o IBGE e EMATER.

transformado em vários derivados ou subprodutos nos próprios estabelecimentos rurais (leite, queijo, iogurte, panificação, etc.) ou em linhas industriais.

A partir das entrevistas realizadas, verificou-se que 70% dos agricultores desenvolvem atividade leiteira, e que estes consideram a atividade uma importante fonte de renda para a propriedade. Os 30% restantes não desenvolvem a atividade com o objetivo de comercializar o produto, apenas produzem o leite e seus derivados para o consumo. Entre os 70% dos agricultores que desenvolvem a atividade, 17,14% destacaram que fazem parte do Projeto Balde Cheio⁴⁹, desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos.

O Programa Balde Cheio é desenvolvido na região pela Cooperativa para Inovação e Desenvolvimento da Atividade Leiteira (Cooperideal) em parceria com a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos. Atualmente são mais de 700 propriedades assistidas pela Cooperideal em mais de 130 municípios, nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Goiás, Pará e Distrito Federal. A Cooperideal atua através de parcerias diretamente com os agricultores com quem trabalha, ou com instituições públicas (prefeituras), e privadas (cooperativas, associações, federações, sindicatos, laticínios etc) que tenham interesse em desenvolver a atividade leiteira (Revista Cooperideal, 2010).

No caso específico do Estado do Paraná, a Cooperideal, desenvolve atividade em 57 municípios, sendo representativa sua atuação no Sudoeste do Paraná. No município de Dois Vizinhos, a parceria com a Cooperideal ocorreu em Setembro de 2009 com a participação de 20 agricultores. Atualmente, segundo Prefeitura Municipal⁵⁰, são atendidos aproximadamente 30 agricultores em Dois Vizinhos, os quais se encontram distribuídos pelo município de acordo com (Figura 20), onde é possível verificar que o projeto não beneficia todas as comunidades e Glebas pertencentes ao município. A justificativa, dada pela Prefeitura, é que o desenvolvimento do Projeto é recente, dependendo muito do interesse do agricultor. No entanto, com o objetivo de beneficiar um número maior de agricultores, pretende-se

⁴⁹ O Programa Balde Cheio surgiu com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no ano de 1998, como objetivo de “promover o desenvolvimento da pecuária leiteira na região de atuação de extensionistas vinculados a instituições públicas ou privadas, via transferência de tecnologia, utilizando uma metodologia inovadora para tal, na qual uma propriedade leiteira de cunho familiar transforma-se numa “sala de aula prática”, denominada UD (Unidade de demonstração), onde o conhecimento de todos os envolvidos (pesquisadores, instrutores, extensionistas e agricultores) é atualizado. A partir da implantação do projeto, a UD passa a ser referência na região, permitindo que outros agricultores acompanhem o trabalho de visualização da produção de leite sob vários aspectos: técnico, econômico, social, ambiental” (Revista Cooperideal, 2010, p. 8).

⁵⁰ Entrevista realizada em 29-02-12, com Dirceu Restelatto responsável pelo setor de bovino de leite no município de Dois Vizinhos.

desenvolver no município em 2012, o Projeto Mais Leite⁵¹, o qual ainda está sendo discutido pela atual administração, mas tem pretensão de atender um grupo de 50 agricultores gratuitamente.

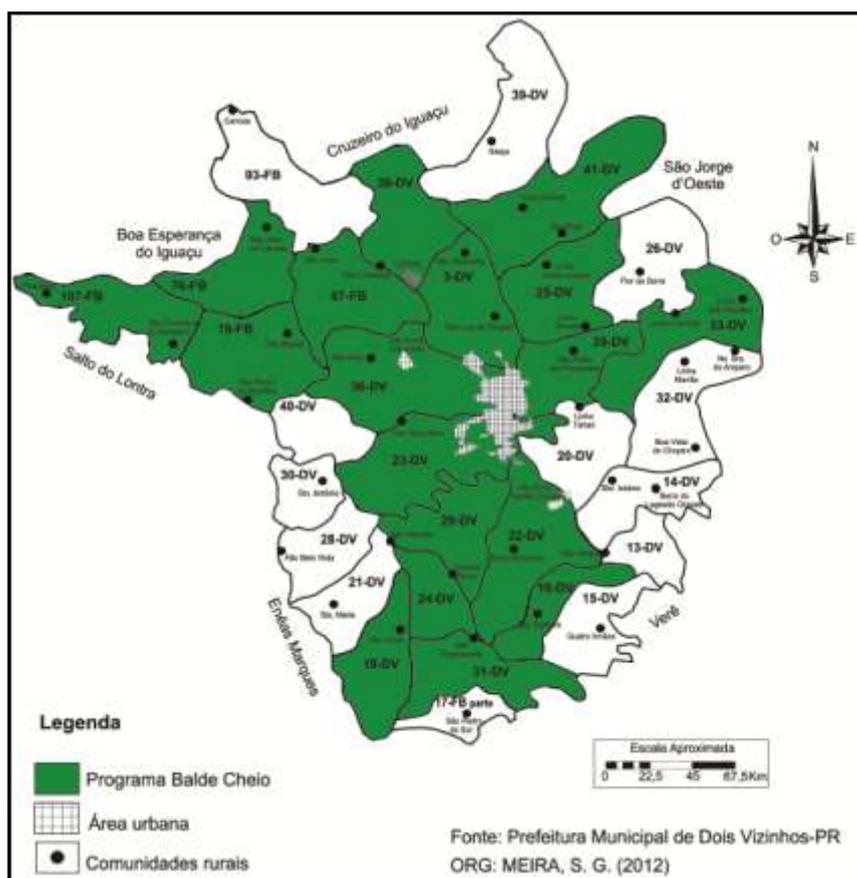


Figura 20. Área de abrangência do Projeto Balde Cheio em Dois Vizinhos de acordo com as Glebas que compõem o município.

Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos (2012)

Segundo Dirceu Restelatto, responsável pelo setor de bovino de leite no município, o Projeto Balde Cheio terá duração de 4 anos, sendo seu principal objetivo auxiliar na manutenção da pequena propriedade. No entanto, a seleção de agricultores é aleatória, quando os mesmos são convidados a visitar propriedades onde o projeto já se encontra em andamento. Não existe um critério quanto ao tamanho máximo e mínimo das propriedades. Para participar do projeto, é necessário que o agricultor demonstre interesse, se dispondo a cumprir algumas

⁵¹ O Projeto Mais Leite está sendo discutido pela atual administração da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, e atuaria na área rural do município de forma semelhante ao Projeto Balde Cheio, porém, os agricultores receberiam assistência técnica gratuita.

exigências, como deixar a propriedade aberta à visitação (dia de campo)⁵², preencher algumas planilhas com informações sobre a propriedade, análise de solo, exames de brucelose e outros.

O valor pago pela assistência técnica prestada mensalmente no início do Projeto era de R\$150,00 para cada propriedade visitada, atualmente o valor é de R\$ 190,00 por propriedade, sendo que deste valor, 50% é pago pela Prefeitura e 50% pelo agricultor.

De acordo com a prefeitura e com os entrevistados, inicialmente o técnico solicita análise do solo, verifica a raça do rebanho, a vacinação dos animais, quais os corretivos necessários ao solo, qual a melhor pastagem a ser implantada, e manejo do rebanho, para somente mais tarde preocupar-se com a infraestrutura e ampliação da atividade (sala de ordenha, cocho de alimentação, melhoria do rebanho, irrigação etc) visto que o projeto é desenvolvido junto a agricultores que já atuavam na atividade.

De acordo com agricultor I⁵³, sua participação no projeto aumentou em 30% a produção de leite, aumentando conseqüentemente a renda da família, o que o leva a pensar em melhorar a infraestrutura da propriedade e adquirir mais animais. Porém, o agricultor destaca que para atender essa necessidade, será necessária aquisição de um novo financiamento.

Dentre os agricultores que desenvolvem a atividade com o objetivo de comércio, todos destacaram sua importância para a renda da família. Os agricultores que não fazem parte do Projeto Balde Cheio, destacaram que recebem assistência técnica de outras entidades, como cooperativas e agropecuárias onde compram os principais insumos utilizados na propriedade, e que são visitados frequentemente pelos técnicos, obtendo bons resultados na produção de leite. Sendo assim, não consideram necessário manter um gasto mensal de R\$ 90,00, visto que recebem assistência técnica gratuita, e que esta também tem contribuído para aumentar a produção de leite, e os rendimentos com a atividade.

Segundo agricultor U⁵⁴, não integrante do Projeto Balde Cheio, a produção de leite é a principal atividade na propriedade, sendo que a maior parte do milho produzido na lavoura é destinada á produção de silagem⁵⁵ (Figura 21), enquanto outra área da propriedade é organizada em piquetes para o gado pastar, o que diminui o gasto com ração, e aumenta a lucratividade. Porém, segundo o agricultor, para que o leite seja recebido pelo laticínio é

⁵² Neste contexto, destacamos que a metodologia empregada para divulgação do projeto, é semelhante a descrita por Silva (2011), quando buscava-se implantar a modernização da agricultura mediante programas pilotos, em área consideradas estratégicas, visto que estas serviriam de vitrine para outras propriedades. Essa prática é também empregada por empresas que buscam divulgar e introduzir novos insumos e maquinários ao processo produtivo.

⁵³ Entrevista realizada em 03-03-12

⁵⁴ Entrevista realizada em 08-03-12.

⁵⁵ A silagem é a trituração do milho ainda verde através de uma máquina enciladeira (BRAGA, 2010).

necessário que o rebanho esteja com as vacinas em dia, e que sejam cumpridas todas as exigências sanitárias, caso contrário, o leite é descartado pelo laticínio, e o agricultor não recebe pelo produto, [...] a gente leva tudo em dia, porque cada vez que o leiteiro vem, ele leva uma amostra do leite pra analisa, se não estiver de acordo com o que eles querem a gente não recebe no final do mês”.



Figura 21. Propriedade rural de Dois Vizinhos onde se desenvolve atividade leiteira.

Fonte: Acervo particular de Claudia Aparecida Cara.

Na Figura 21(2011), visualiza-se parte de uma propriedade rural, onde se desenvolve a atividade leiteira, o gado é solto no pasto para se alimentar. Na Figura 21 (2012), agricultores reunidos preparando a silagem que servirá de alimento para o gado nos períodos de menor disponibilidade de pasto.

Verificou-se que 29% dos integrados à avicultura desenvolvem paralelamente a atividade leiteira, e destes, 14% apresentam renda mensal entre cinco e dez salários mínimos. Em contrapartida, 40% dos agricultores apresentam renda entre três e cinco salários mínimos, e a maioria, ou seja, 46% tem renda mensal entre um e três salários mínimos.

Segundo Braga (2010), em algumas regiões brasileiras, onde há predominância de pequenos estabelecimentos agropecuários, como é o caso do Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos, tem-se observado um crescimento na produção leiteira superior a média nacional (Figura 22). Esse fato pode estar associado à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que passou a destinar mais recursos para agricultura familiar, visto que a produção de leite surge como uma alternativa diante da inviabilidade da produção de grãos em pequenos estabelecimentos.

Verificou-se também, que grande parte das melhorias na infraestrutura das propriedades, aquisição de maquinários, insumos e plantio da lavoura deu-se mediante a aquisição de financiamentos, tendo em vista que 78% dos agricultores afirmaram estar vinculado a algum tipo de financiamento. Os 22% restantes não possuíam financiamento no

momento da entrevista, e destes, 6% não desenvolvem atividades agropecuárias, não lhes sendo necessária tal prática.

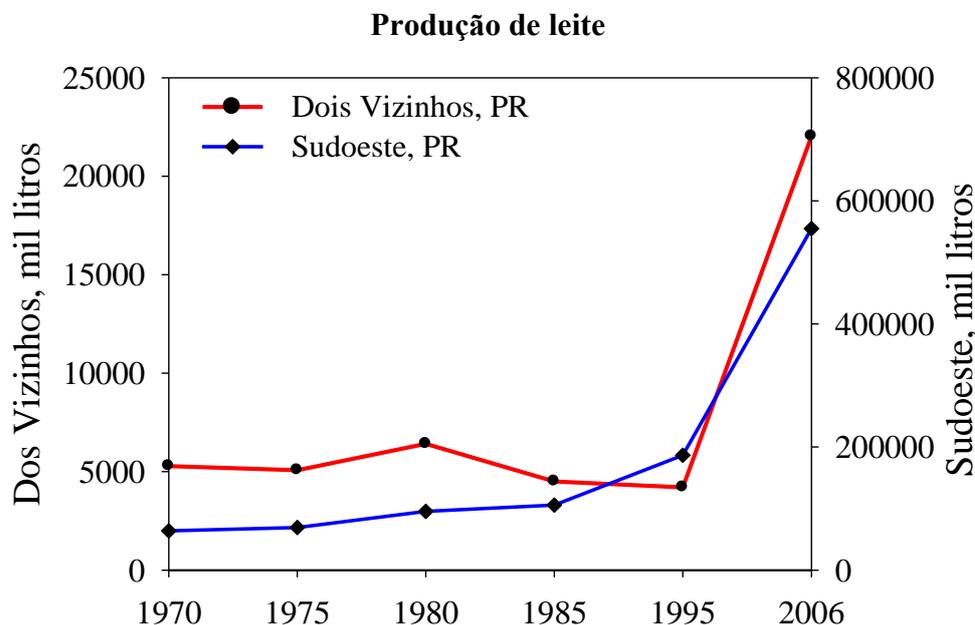


Figura 22. Produção de leite (mil litros) no Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos – PR em função dos anos de 1970 a 2006.

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários, 1970 a 2006.

Organização: CARA, 2012.

No que se refere à produção leiteira no Sudoeste do Paraná, Silva (2011), considera que a atividade é estimulada especialmente pela presença de cooperativas e laticínios na região, fato que caracteriza maior integração entre agricultura e indústria. No entanto, ambas as atividades (leite e aves), representam alternativas aos pequenos agricultores, que em virtude do tamanho das propriedades e dos elevados custos para produzir determinadas culturas tendem a direcionar sua produção para essas áreas. No entanto, Braga (2010), destaca que o aumento no rigor das exigências sanitárias, a mecanização da produção e do transporte do leite contribuíram para o aumento da produção. Entretanto, tais medidas gradativamente tenderão a excluir alguns agricultores desta atividade, a partir do momento em que estes agricultores não apresentarem condições de atender as necessidades impostas pelo capital.

Neste contexto, concorda-se com Gonçalves (1984), quando afirmar que a expropriação gerada pelo capital, obriga o agricultor a migrar constantemente em busca de melhores condições de vida e trabalho, fato que se observa claramente no desenvolvimento das atividades agropecuárias, quando o agricultor vê-se obrigado a mudar constantemente de atividade para manter-se na propriedade.

A contínua expansão do modo capitalista de produção no meio rural tem ocasionado, principalmente, a partir de 1990, concentração da estrutura fundiária, redução da população rural e crescimento da população urbana, em Dois Vizinhos e Sudoeste do Paraná, bem como se observa significativo aumento da produção agropecuária a partir do emprego de insumos agrícolas e maquinários ao processo produtivo, associados à disponibilidade de créditos em determinados períodos.

Estes fatores conjugados tendem a direcionar a produção agropecuária de acordo com as necessidades do mercado, induzindo o agricultor a recriar/rever constantemente a atividade agrícola que desenvolve em sua propriedade de modo a garantir renda e produtividade para manter-se no meio rural, ou não lhes restando alternativa mediante descapitalização, vê-se obrigado a vender sua propriedade e migrar para a área urbana.

Como descrito anteriormente, a modernização da agricultura tem alterado gradativamente o processo produtivo, intensificando o uso do solo, expropriando trabalhadores de atividades agropecuárias, promovendo a inversão da população rural-urbana, subordinando o processo produtivo de acordo com as necessidades do capital, e por conseguinte, tem promovido a concentração da estrutura fundiária, mesmo em regiões em que predominam pequenas e médias propriedades.

4.2 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS EM 2011.

A terra é a condição necessária para o desenvolvimento da produção agropecuária, para tanto, a forma com que ocorre sua distribuição e apropriação tenderá a determinar a intensidade com que o capital se apropriará dos mais variados setores da economia.

Neste contexto, concorda-se com Oliveira (2005a) e Martins (1986), segundo os quais o modo capitalista de produção não se expande de forma absoluta e total no meio rural brasileiro, implantado de uma só vez seu modo específico de produzir a partir do trabalho assalariado. Ao contrário, ele redefine antigas relações capitalistas, subordinando-as à sua produção, e engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a sua reprodução.

O Sudoeste do Paraná e município de Dois Vizinhos, em decorrência de inúmeros fatores já mencionados nos capítulos I e II, tiveram sua estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, fato que contribui para a subordinação da pequena propriedade ao capital, não se fazendo necessário expropriar o trabalhador de seus meios de produção, ou

pelo menos de parte deles conforme destaca Costa (1993) e Silva (2011). Nesse processo a agroindústria desempenha papel central ao induzir o agricultor a produzir matérias-primas de acordo com suas necessidades e a consumir produtos industriais com vistas a garantir o aumento da produção.

A expansão do modo capitalista de produção no meio rural brasileiro se dá por dois mecanismos: a sujeição da renda da terra ao capital mediante sua compra e venda, resultando na concentração da estrutura fundiária, e/ou pela subordinação da produção agropecuária, quando o agricultor permanece sendo proprietário da terra, mas dependente do capital para produzir. Para Martins (1990, p. 27) o capital:

[...] tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos no campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado, como os que já foram indicados, o capital não se torna dono da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe [...].

Sendo assim, considera-se que no município de Dois Vizinhos, tem-se desenvolvido com maior intensidade o segundo mecanismo, visto que, aparentemente,⁵⁶ não houve significativas alterações na estrutura fundiária do município desde a estruturação da propriedade privada da terra nas décadas de 1960 e 1970, permanecendo o predomínio de pequenas e médias propriedades (Tabela 9 e Tabela 10).

Tabela 9. Número de propriedades de acordo com o tamanho da área no município de Dois Vizinhos no ano de 2011.

Tamanho da propriedade (ha)	Número de propriedades	%
0 a 10	1233	46,53
10 a 20	808	30,49
20 a 50	518	19,55
50 a 100	70	2,64
100 a 250	18	0,68
> 250	3	0,11
Total	2650	100,00

Fonte: INCRA (2011)

Organização: CARA (2012)

⁵⁶ É necessário relembrar conforme capítulos I e II, que as titulações efetuadas pelo GETSOP nas décadas de 1960 e 1970, foram públicas, sendo assim, a pesquisadora teve acesso ao nome de todos os agricultores que receberam títulos de terra no município de Dois Vizinhos, tornando-se possível verificar que inúmeros agricultores receberam mais que um título de terra, aproximadamente seiscentos e sessenta e dois agricultores. Sendo assim, empregou-se a palavra aparentemente com o objetivo de salientar que atualmente o INCRA não fornece o nome dos agricultores que possuem títulos de terra. Nos relatórios fornecidos pelo INCRA à pesquisadora, consta o tamanho da propriedade, e sua localização de acordo com as trinta e uma Glebas que compõem o município, no entanto, o nome dos proprietários é mantido em sigilo.

Tabela 10. Área ocupada de acordo com o número de propriedades no município de Dois Vizinhos no ano de 2011.

Tamanho da propriedade (ha)	Área ocupada propriedades	%
0 a 10	7202,20	16,87
10 a 20	11359,20	26,61
20 a 50	15312,40	35,88
50 a 100	4547,30	10,65
100 a 250	2799,70	6,56
> 250	1459,50	3,42
Total	42680,30	100,00

Fonte: INCRA (2011)

Organização: CARA (2012)

Ao comparar informações referentes ao número de propriedades (Tabela 6) e área ocupada (tabela 7) entre as décadas de 1960/1970 ao número de propriedades (Tabela 9) e área ocupada (Tabela 10) em 2011, verifica-se redução do número de estabelecimentos com área entre 0 e 10 ha, passando de um mil quatrocentos e vinte e quatro estabelecimentos, para um mil duzentos e trinta e três no ano de 2011. Porém, verificou-se que a área explorada por estes estabelecimentos em 2011 aumentou, passando 4,44 ha, para 5,84 há; o que se refere a propriedades entre 10 e 20 ha manteve-se a estrutura existente quanto ao número de propriedades e área explorada; propriedades entre 20 e 50 ha, apresentaram redução quanto ao número de estabelecimentos e área por elas ocupadas; nos estabelecimentos entre 50 e 100 ha, ocorreu redução em relação ao número de propriedades e área explorada. Os que apresentam área superior a 100 ha tiveram a área e o número de estabelecimentos ampliados de dezessete para vinte um, a área média explorada passou de 135,07 ha, para 202,81 ha.

Ou seja, o município de Dois Vizinhos continua apresentando estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, visto que, as propriedades com área entre 0 e 20 ha, correspondem a 77,02% do total dos estabelecimentos e que estes exploram 43,48% da área do município.

Sendo assim, com o objetivo de demonstrar a distribuição das propriedades rurais em Dois Vizinhos em 2011 a partir das trinta e uma Glebas que o compõem, elaborou-se (Figura 23), onde é possível visualizar a localização das propriedades de acordo com o tamanho de sua área, bem como é possível verificar a expansão da malha urbana, que de acordo com Saffnauer (2005), tem sido direcionada pelo poder público e proprietários privados para áreas distantes do centro, ou seja áreas rurais, normalmente chácaras, provocando vazios urbanos, com o objetivo futuro de especulação imobiliária.

Para tanto, Saffnauer (2005, p 164), considera que:

A estrutura fundiária formada por pequenas propriedades nos arredores da cidade de Dois Vizinhos facilitou a expansão da malha urbana, sendo o loteamento de chácaras pelos próprios proprietários uma prática adotada com frequência. Nem sempre os novos loteamentos são empreendidos para atender a necessidades reais de falta ou escassez de solo urbano.

Acredita-se que as áreas incorporadas à malha urbana no município de Dois Vizinhos, correspondam em sua maioria a pequenas chácaras de propriedade de moradores pioneiros que receberam o título da terra do GETSOP entre as décadas de 1960 e 1970. Encerradas as atividades do GETSOP em 1973, o mesmo havia emitido cento e quarenta e seis títulos denominados de chácaras, próximos à área rural de Dois Vizinhos. Em 2011, dos dois mil seiscentos e cinquenta estabelecimentos rurais (Tabela 9), oitenta seriam chácaras localizadas próximas à área urbana do município (INCRA, 2011). Vale destacar, que em finais da década de 1970, tal prática começava a ser empregada, tendo em vista a instalação da agroindústria da Sadia em uma área rural, e que esta mesma área na atualidade, é cercada por inúmeros loteamentos urbanos.

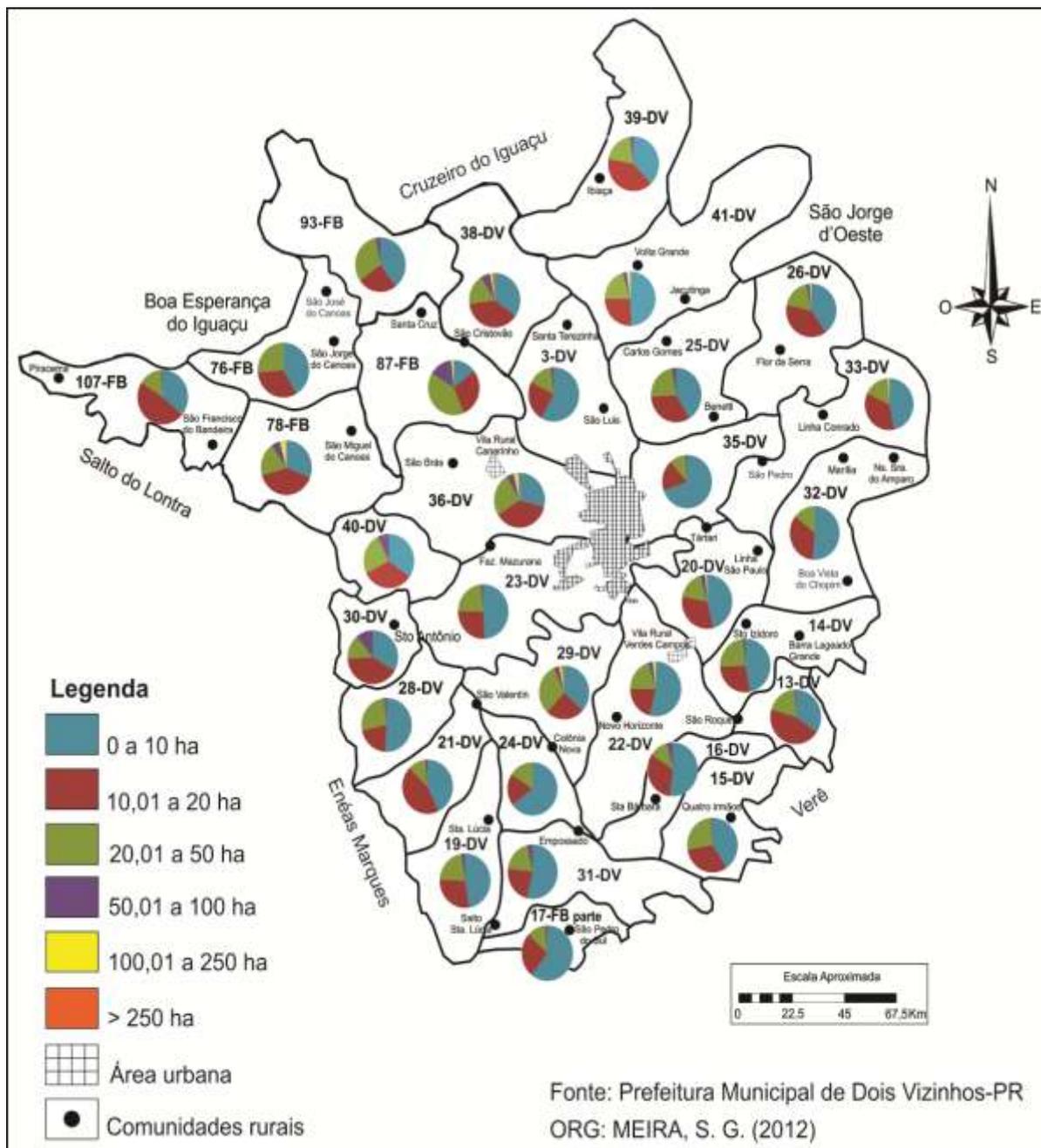


Figura 23. Estrutura fundiária do município de Dois Vizinhos em 2011 a partir das Glebas que o compõem, considerando a área ocupada pelos agricultores em função do tamanho das propriedades (0 a 10 ha; 10 a 20 ha; 20 a 50 ha; 50 a 100 ha; 100 a 250 ha; > 250 ha)⁵⁷.

Fonte: INCRA (2011)

Organização: CARA (2012)

Enfim, verificou-se que a modernização da agricultura introduzida no Sudoeste do Paraná e no município de Dois Vizinhos a partir de 1960, não afetou diretamente a estrutura fundiária do município, fato que pode ser justificado em parte pela impossibilidade de fracionamento das pequenas propriedades, e que culturas como a soja, por exemplo, exigem

⁵⁷ Com o objetivo de melhorar a visualização da Figura 23, a mesma foi incluída em (Apêndice IV) apresentando tamanho superior a que se encontra no corpo do texto.

maior emprego de tecnologia sendo desenvolvida em áreas onde os terrenos são mais planos, favorecendo desta forma a mecanização. No entanto, podem-se registrar mudanças nos hábitos e atividades desenvolvidas pelos agricultores nas áreas rurais do município, destacando a inversão da população rural-urbana, o desinteresse e falta de estímulo das populações jovens em desenvolver atividades agrícolas, haja vista, que dentre os agricultores entrevistados, verificou-se que 54% apresentam idade superior a 50 anos, 26% têm idade entre 40 e 50 anos, e 20% têm idade entre 30 e 40 anos, ou seja, a população jovem não demonstra interesse em desenvolver atividades agrícolas, migrando para o meio urbano com maior facilidade e desprendimento. Estes fatos são vistos por muitos agricultores com preocupação, tendo em vista os problemas urbanos, como violência, drogas, entre outros, que são sentidos no meio rural com menor intensidade, bem como destacam, que não lhes restará alternativa no futuro, a não ser vender a terra e migrar para a cidade, morar próximo dos filhos que lhes prestarão assistência quando atingirem idade mais avançada.

Conjugadas a esses fatores, tem-se as exigências financeiras e sanitárias impostas por agroindústrias, cooperativas, laticínios, supermercados, etc, que passam a exigir que os agricultores apresentem características de padronização quanto ao tamanho, peso, qualidade, e outros, fato que gradativamente tende a excluir mais e mais pequenos agricultores do processo produtivo, à medida que estes não possuem condições financeiras de se adequar às novas exigências do mercado consumidor.

Ou seja, qual será o futuro das pequenas propriedades, considerando a idade dos agricultores que estão desenvolvendo atividades agropecuárias, ou ainda, como ocorrerá a manutenção dessas pequenas propriedades considerando as alternativas que estas têm encontrado para manter-se em atividades agrícolas, nas quais se destaca a integração a avicultura e à produção de leite?

Verificou-se que tais atividades gradativamente passam a selecionar os agricultores, e que estes, de forma direta ou indireta, têm sua produção subordinada aos interesses e necessidades das agroindústrias, que por sua vez além de determinar os preços dos produtos agropecuários conforme destaca Oliveira (2010), também pressionam para que os agricultores consumam produtos industriais com o objetivo de padronizar a produção, atender exigências sanitárias e garantir a lucratividade da agroindústria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões realizadas no percurso desta pesquisa tiveram como objetivo analisar o processo de colonização e estruturação da propriedade privada da terra no Sudoeste do Paraná e especificamente no município de Dois Vizinhos, bem como, os impactos na estrutura fundiária das pequenas propriedades mediante a modernização da agricultura intensificada na área de estudo a partir de 1970.

No primeiro momento desta pesquisa procurou-se refletir sobre a colonização e estruturação da propriedade privada da terra, visto que, sua estruturação implicará no desenvolvimento das relações capitalistas de produção no meio rural, direcionado o processo produtivo de acordo com as necessidades do capital, quando este pode optar por territorializar-se, expropriando o trabalhador de seus meio de produção, intensificando o êxodo rural e implantação da monocultura, ou pode monopolizar o território sem territorializar-se, permitindo a permanência de parte da população no meio rural, tendo em vista que cria condições para que o agricultor produza matéria-prima para a indústria e assim se torne um consumidor dos produtos industriais no campo.

Verificou-se que o Sudoeste do Paraná e o município de Dois Vizinhos tiveram sua ocupação e colonização intensificada na década de 1940, principalmente por migrantes gaúchos e catarinenses. Quanto à estruturação da propriedade privada da terra foi marcada por inúmeros conflitos políticos, jurídicos, sociais e econômicos, os quais contribuíram para que a região tivesse estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, visto que tais conflitos culminaram na Revolta de 1957, quando os posseiros, cansados dos mandos e desmandos das companhias de colonização que atuavam na região com o consentimento do poder público, expulsaram-nas e as terras finalmente foram tituladas aos posseiros a partir da criação do GETSOP em 1961.

No entanto, em meados da década de 1950, o Estado brasileiro passou a estimular a modernização da agricultura mediante o pacote tecnológico da Revolução Verde, o qual instigava o consumo de maquinário, insumos agrícolas e sementes selecionadas no processo produtivo. A disseminação de tais produtos na região Sudoeste do Paraná e no município de Dois Vizinhos intensificou-se na década de 1970, com a estruturação da propriedade privada da terra, instalação da cooperativa CAMDUL/COASUL, agroindústria Sadia/BFR, e a disponibilidades de crédito subsidiado pelo Estado na década de 1980.

Esses fatores conjugados contribuíram para que em 1991, ocorresse a inversão da população rural/urbana no município de Dois Vizinhos, além de subordinar o processo produtivo nas pequenas propriedades rurais de acordo com as necessidades do mercado consumidor. Salienta-se que a expansão das relações capitalistas de produção na área de estudo se deu mediante a monopolização do território pelo capital, e neste processo, as cooperativas, agroindústrias e laticínios, tiveram papel fundamental, ao subordinarem o processo produtivo de acordo com seus interesses, tendo em vista o expressivo aumento da produção de aves e leite, e a constante necessidade de adequar a produção de acordo com as exigências financeiras e sanitárias impostas pelo capital, quando se exige padronização e aumento da produção mediante introdução de tecnologia.

A instalação da Sadia/BRF no município de Dois Vizinhos na década de 1970, está associada à estrutura fundiária da região a qual é baseada em pequenas propriedades, o que favorece o sistema de integração, não se fazendo necessário expropriar por completo o pequeno agricultor de seus meios de produção. Basta subordiná-lo às necessidades da agroindústria, induzindo-o a cultivar produtos agrícolas destinados à fabricação de ração, criação de aves e ao consumo de produtos industriais e tecnológicos na área rural.

Neste contexto, verificou-se que a modernização da agricultura no município não expropriou parte dos pequenos agricultores dos meios de produção (terra), pelo menos de imediato, já que os subordinou a produzir para atender as necessidades da agroindústria, e os induziu a consumir os produtos industriais e tecnológicos no meio rural.

No entanto, constatou-se, a partir das entrevistas, que as cooperativas, agroindústrias e laticínios estão selecionando os agricultores capazes de atender suas exigências, quanto à disponibilidade financeira, sanitária e outras, expropriando muitos agricultores do processo produtivo à medida que estes passam a não atender as exigências impostas pelo capital. Associado a esse fato, tem-se a evasão da população jovem do meio rural, visto que 54% dos agricultores apresentam idade superior a 50 anos, 26% tem idade entre 40 e 50 anos, e apenas 20% tem idade entre 30 e 40 anos. Verifica-se também a descapitalização de muitos agricultores, considerando que 78% utilizam financiamento com o objetivo de melhorar a infraestrutura da propriedade pela aquisição de equipamentos agrícolas, insumos, sementes selecionadas e tecnologia.

A partir desta pesquisa, algumas sugestões de trabalhos futuros se tornam evidentes. De forma geral, a modernização da agricultura contribuiu para melhorar o processo produtivo, tornando-o mais eficiente à medida que se obtém aumento da produção, sem necessariamente aumentar a área cultivada. Entretanto, não são todos os agricultores que possuem condições

financeiras para modernizar-se, bem como, nem todas as áreas são adequadas à modernização, considerada a condição natural dos terrenos, fato que dificulta a mecanização e a produção em larga escala. Neste contexto, ficam dúvidas quanto ao futuro das pequenas propriedades e da população que nelas reside, ao levar em consideração a idade dos agricultores que estão desenvolvendo atividades agropecuárias. Como ocorrerá a manutenção dessas pequenas propriedades considerando as alternativas que estas têm encontrado para manter-se em atividades agrícolas, em que se destaca a produção de aves e leite, que gradativamente têm selecionado seus integrados? Como se dará o processo produtivo nas pequenas propriedades caso ocorra a redução do crédito rural? E por fim, as áreas urbanas apresentam infraestrutura e condições para absorver a população que tem saído do campo rumo à cidade?

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – USP.
- ALVES, Adilson Francelino et al. Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. 3. ed. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 149-170.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura & capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- BAGATTINI, Antenor. **Dois Vizinhos: Imagens e História**. 2. ed. Associação Comercial e Empresarial de Dois Vizinhos, 2010.
- BRAGA, Luís Carlos. **A territorialização da produção leiteira e fumageira na Linha Itaíba, Marmeleiro – PR**. Francisco Beltrão, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNIOESTE.
- CARA, Claudia Aparecida. **O caso dos associados a COMEPOL: Associação de produtores de cana-de-açúcar de Dois Vizinhos – PR**. Francisco Beltrão, 2003. Monografia (Graduação em Geografia) – UNIOESTE.
- Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda. (COASUL). Disponível em: <http://www.coasul.com.br/institucional/conheca-a-coasul/>. Acesso em maio de 2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Cidade e Região no Sudoeste Paranaense**. Revista Brasileira de Geografia, v. 32 nº 2, p. 3-155, 1970b.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Sudoeste paranaense antes da colonização**. Revista Brasileira de Geografia, v. 32 nº 1, p. 87-98, 1970a.
- COSTA, Armando João Dalla. **O grupo Sadia e a produção integrada: O lugar do agricultor no complexo agroindustrial**. Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – UFPR.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988.
- GAIO AGRONEGÓCIO. Disponível em: <http://gaioagro.com.br/>. Acesso março de 2012.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposta teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista.
- GOMES, Iria Zanoni. **1957: a Revolta dos Possesiros**. 2 ed. Curitiba. Editora Criar Edições, 1987.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Paixão da terra: Ensaio Críticos de Ecologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Editora Socii, 1984.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. 2. ed. Cascavel: Edunioeste, 2008.

GUZZO, Jaime Jacir. **Os pioneiros de Dois Vizinhos**. Dois Vizinhos, 2011.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina – SP**. Rio Claro, 1996. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE (1970).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE (1975).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE (1980).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE (1985).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE (1995/96).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE (2006).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE (1970-2010).

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Registros do GETSOP: Cadastro da Colônia Missões – Núcleo de Francisco Beltrão e município de Dois Vizinhos**, décadas de 1960 e 1970.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Informações sobre imóveis rurais município de Dois Vizinhos**, 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER). Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>. Acesso em junho de 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico Município de Dois Vizinhos**, 2011.

JORNAL IMPACTO ONLINE. Disponível em: <http://www.impactoonline.com.br/index.php/sudoeste-em-acao-/43-sudoesteem-acao/16077->

dois-vizinhos-capital-nacional-do-frango-sera-anunciada-na-expovizinhos-2005. Acesso em Janeiro de 2012.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse da terra no Sudoeste paranaense**. 2. ed. Curitiba, 1997.

LAZIER, Hermógenes. **Estrutura agrária no Sudoeste do Paraná**. Curitiba, 1983. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – UFPR.

LAZIER, Hermógenes. **Sudoeste do Paraná: Região Jovem, mas rica em acontecimentos**. 5. ed. 1996. (Coleção Cadernos do Paraná Nº 1).

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. São Paulo: Secretária de Estado da Cultura, 1990.

LOPES, Sérgio. **O território do Iguazu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 3ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira: Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

MORO, Dalton Aureo. **Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo**. Boletim de Geografia, Maringá, n.1. Ano 16, p. 1-55, 1998.

MORO, Dalton. Aureo. **Aspectos geográficos da modernização agrícola no Norte do Paraná**. Boletim de Geografia, Maringá, nº 13. Ano 13, p. 79-93, 1995.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. **Sesmarias e o mito da primeira ocupação**. 2004.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MULLER, Geraldo. **Insistindo na regência do complexo agroindustrial brasileiro**. Revista de Economia Política, Vol. 3, nº 2, Abril/junho/1983. p.145-153.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 5 ed. 2005b, p.63-107.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 5. ed. 2005a, p. 465-534

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino de. As transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil. IN: Cartilha da CONCRAB. **O Agronegócio x Agricultura Familiar e a Reforma Agrária**. Rio de Janeiro, Concrab, 2004.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura e indústria no Brasil**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: A geografia dos camponeses no Norte do Paraná. Presidente Prudente**, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP.

PEGORARO, Éverly. **Dizeres em Confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense**. Niterói, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS. Disponível em: <http://www.doisvizinhos.pr.gov.br/>. Acesso em março de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS. Plano de Desenvolvimento Rural de Dois Vizinhos (PDRDV). 2005.

PROJETO VIDA NA ROÇA: Resgatando Valores. Mastergraf. 2005.

RAMOS, Celso Eduardo Pereira. **Limites, desafios e possibilidades do Curso Técnico Subsequente da Área Agropecuária na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável no Sudoeste do Paraná**. Curitiba, 2008. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – UFPR.

REVISTA COOPERIDEAL. Cooperativa para a Inovação e Desenvolvimento da Atividade Leiteira. Dezembro, 2010.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. A Sociedade Industrial e o Ambiente. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 209-237.

SAFFNAUER, Tatiane. **A (re) produção do espaço urbano de Dois Vizinhos no Contexto do Sudoeste Paranaense**. Maringá, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UEM.

SANTOS, Milton. **Brasil Território e Sociedade no início do Século XXI**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

SANTOS, Roseli Alves. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.** Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP.

SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. **Nas ondas da rádio: A viabilização da modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1960-1980).** Maringá, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UEM.

SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. **Rádio, consensos e dissensos: O reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (Extremo Oeste do Paraná 1980-2000).** Presidente Prudente, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP.

SERRA, Elpídio. **Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná.** Boletim de Geografia – UEM, Ano 10, nº 01, 1992. p. 61-93.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2. ed. Capinas: UNICAMP, 1998.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

SILVA, Roselaine Navarro Barrinha da. **Trabalho integrado e reprodução ampliada do Capital: Um estudo de caso no Sudoeste do Paraná.** Niterói, 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense.

SINHORINI, José Marcos. **A COAGRO e seu processo de territorialização no Sudoeste do Paraná.** Presidente Prudente, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP.

TAFFAREL, Marines et al. **Sadia S. A e Perdigão S.A.: Análise da trajetória histórica e do desempenho que antecederam o seu processo de fusão.** Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM), vol. 8, nº 1, Maio/2009. p. 59-69.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiommo. **O Brasil e o Ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignácio Rangel.** Revista de Economia Política, vol. 11, nº 4 (44), outubro/dezembro/1991. p. 27-38.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR). Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/doisvizinhos/cursos/licenciaturas/Ofertados-neste-Campus/educacao-no-campo>. Acesso em maio de 2012.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná Sudoeste: ocupação e colonização.** 2. ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.

ENTREVISTAS

- A. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 02 fev. 2012.
- B. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 10 fev. 2012.
- C. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 22 fev. 2012.
- D. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 15 mar. 2012.
- E. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 15 mar. 2012.
- F. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 01 mar. 2012.
- G. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 01 mar. 2012.
- H. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 02 fev. 2012.
- I. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 03 mar. 2012.
- J. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 03 mar. 2012.
- L. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 04 mar. 2012.
- M. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 04 mar. 2012.
- N. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 05 mar. 2012.
- O. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 05 mar. 2012.
- P. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 06 mar. 2012.
- Q. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 06 mar. 2012.
- R. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 07 mar. 2012.
- RESTELATTO, Dirceu. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 29 fev. 2012.
- S. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 07 mar. 2012.
- T. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 08 mar. 2012.
- U. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 08 mar. 2012.
- V. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 09 mar. 2012.
- W. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 09 mar. 2012.

- X. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 10 mar. 2012.
- Y. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 10 mar. 2012.
- Z. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 11 mar. 2012.
- AA. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 12 mar. 2012.
- AB. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 12 mar. 2012.
- AC. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 13 mar. 2012.
- AD. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 13 mar. 2012.
- AE. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 14 mar. 2012.
- AF. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 14 mar. 2012.
- AG. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 15 mar. 2012.
- AH. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 15 mar. 2012.
- AI. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 16 mar. 2012.
- AJ. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 17 mar. 2012.
- AK. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 17 mar. 2012.
- AL. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 17 mar. 2012.
- AM. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 18 mar. 2012.
- AN. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 20 mar. 2012.
- AO. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 20 mar. 2012.
- AP. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 21 mar. 2012.
- AQ. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 22 mar. 2012.
- AR. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 23 mar. 2012.
- AS. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 23 mar. 2012.
- AT. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 24 mar. 2012.
- AU. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 24 mar. 2012.
- AV. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 02 abr. 2012.

AW. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 02 abr.2012.

AX. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 03 abr.2012.

AY. Entrevista concedida a Claudia Aparecida Cara. Dois Vizinhos, 03 abr.2012.

APÊNDICE I**ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

PROJETO: ESTADO DE ARTE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DA INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR.

1. Nome: _____

a) Idade: _____

b) Local de nascimento: _____

c) Escolaridade: _____

d) Data da entrevista: _____

e) Comunidade: _____

2. Cônjuge:

a) Nome: _____

b) Idade: _____

c) Local de nascimento: _____

d) Escolaridade: _____

3. Qual o número de filhos: _____

a) Idade: _____

4. Distância da propriedade em relação à cidade: (em Km) _____

5. Tempo que em trabalha em atividades agrícolas: _____

6. Tamanho da propriedade (ha): _____

7. Forma de acesso a propriedade:

() doação (indicar de quem) _____

() compra (indicar de quem) _____

() herança _____

() outros meios (indicar qual) _____

8. A propriedade possui benfeitorias:

() casa de madeira

() cada de alvenaria

() casa mista

() barracão para fumo

() aviário

- () estrebaria
() galpão para máquinas
() outros

9. Possui imóvel urbano?

- () sim () não

10. Em caso afirmativo: quantos? _____ **Onde?** _____

11. Situação de trabalho do cônjuge:

- () é absorvido nas atividades domésticas
() ajuda nos trabalhos da propriedade (indicar de que forma) _____
() outro (indicar) _____
() não trabalha na propriedade, tem atividades em outro local (indicar qual) _____

12. Quanto ao trabalho dos filhos na propriedade:

- () trabalham sempre
() trabalham as vezes (indicar) _____
() apenas alguns trabalham (indicar) _____
() não trabalham (indicar) _____

13. Quanto a renda mensal da família:

- () menor que um salário mínimo
() um salário mínimo
() de um a dois salários mínimos
() de três a cinco salários mínimos
() de cinco a dez salários mínimos
() mais de dez salários mínimos

14. Possui funcionários na propriedade:

- () não
() sim - indicar quantos e função desempenhada: _____

15. Já realizou análise de solo:

- () sim () não

16. Tipo de cultura desenvolvida:

- () lavoura (indicar quais produtos): _____
() pecuária (indicar quais animais): _____
() hortaliças: _____
() outra atividade (indicar qual) _____

17. Toda área da propriedade é aproveitada economicamente:

() cooperativa ou associação de agricultores (indicar qual)

() comércio varejista

() comércio atacadista especializado

() atravessadores (compradores autônomos)

() ao consumidor (indicar como) _____

() indústria (indicar qual) _____

24. Tipos de insumos utilizados:

() sementes selecionadas

() inseticidas

() fungicidas

() adubos químicos

() adubos orgânicos

() calcários

25. Forma de aquisição dos principais insumos: _____

26. Pretende usar nos próximos anos:

Produtos químicos () sim () não () talvez

Controle biológico () sim () não () talvez

Adubação orgânica () sim () não () talvez

Sementes selecionadas () sim () não () talvez

Corretivos do solo () sim () não () talvez

Semente Transgênica () sim () não () talvez

27. Possui algum financiamento no momento?

() não () Sim - Indicar valor _____

28. Quanto a assistência técnica

() tem sido prestada regularmente

() é prestada ocasionalmente

() é prestada com precariedade

() nunca foi prestada

29. Indicar o tipo de assistência que recebe:

() agrônômica

() técnica (cessão de equipamentos e máquinas)

Nelson Zaparoli	274000		27,40
David Pavan	259000		25,90
Olimpia Angelina Carlet Ghedin	258000		25,80
Luiz Mezzalira e Claudino Mezzalira	116000	128000	24,40
Albino Rodrigues de Campos	232000		23,20
Altivo Farias de Lima	226000		22,60
Gotardo Agostinho Verza	57000	165000	22,20
Antonio Cichella	217000		21,70
Crescencio Rodrigues	212000		21,20
Ademar Fadanelli	12000	199000	21,10
Manoel Martins Moreira	210000		21,00
Lauro Trindade Cordeiro	207000		20,70
Emilio Martind Moreira	198000		19,80
Selvino Fadanelli	197000		19,70
Olacir Frigotto e Inocente Frigotto	193000		19,30
Edemar Rizzi	192000		19,20
Graciliano Antunes Verza	186000		18,60
Fiorindo Castelan	125000	60000	18,50
Santa Cirea Ferreira da Rosa	179000		17,90
Lorides Feline	179000		17,90
Fiorindo Mascarello e Adair B. Cichello	177000		17,70
João Luiz Mascarello	144000	30000	17,40
João Rodrigues da Costa	174000		17,40
Francisco Mascarello Verza	172000		17,20
Dinarte Germano Pasinato	172000		17,20
Domingos Makximovitz	170000		17,00
Quintino Martinho Cavalheiro	168000		16,80

Domingos de Almeida e Paulin Fadanelli	162000		16,20
Juvencio Florencio da Silva	152000		15,20
Alcides Farias de Lima	149000		14,90
Arlindo Cappellesso	148000		14,80
Pedro Pires Soares	65000	83000	14,80
Santina Lunardi Rosin	144000		14,40
Fracelino Felino	140000		14,00
Thereza Pachuki	138000		13,80
Moacir Estaleu Ribeiro Moreira	136000		13,60
Auzilio Colpani	135000		13,50
Henrique Martins Moreira	91000	43000	13,40
Dorvalino Civardi	133000		13,30
Euclides Rodrigues	132000		13,20
Raimundo Brustolin	132000		13,20
Pedro Svideski	132000		13,20
Ivone Maria da Silva	127000		12,70
Leandro Inacio da Costa	125000		12,50
Irene Maria Capileti	123000		12,30
Pedro Sauressig	123000		12,30
João José Verza	26000	95000	12,10
Pedro Ferreira de Lima	120000		12,00
João Vieira Borba	117000		11,70
David Rosetti	114000		11,40
Izaltino Leopoldino Valera	107000		10,70
Antonio Zotti	103000		10,30
Claudino Mezzalira	101000		10,10
João Antunes Gonçalves	100000		10,00

Ermelio Civardi	96000		9,60
Isidoro Marcante	96000		9,60
Wazek Palinski	95000		9,50
Olindo Melo	91000	3100	9,41
Juvelino Bortolossi	93000		9,30
Luiz João Ubiali	90000		9,00
Waldemar Didea	82000		8,20
Antonio Rossetti	78000	2700	8,07
Emiliano Rosetti	78000		7,80
Zildo Antonio Brunetto	74000		7,40
Admar Jorge Formigheri Coletti	71000		7,10
Ezaias Alcides Manfredi	35000	29000	6,40
Ladislau Rudnicki	63000		6,30
José Germano Schervinski	63000		6,30
João Batista Cordeiro da Silva	57000		5,70
Gentile Zotti	56000		5,60
Artemio Makximovitz	53000		5,30
Idalina Moreira	52000		5,20
Lucindo Paulo do Nascimneto	52000		5,20
Adão Wrzesinski	46000		4,60
Jozino Martins Moreira	44000		4,40
Fabio Kervatd	43000		4,30
Orelho Polidoro	39000		3,90
João Adão Sobrinho	34000		3,40
Sebastião da Costa Leite	34000		3,40
Maximino Cavalli	31000		3,10
João Antonio Pedroso	27000		2,70

Dario de Lima	152000			15,20
Dionysio Luzitani	144000			14,40
Armino Paulino Lusitano	142000			14,20
Avelino Pascuali	7400	131000		13,84
Augusto Rodolfo Hajdasz	137000			13,70
Domingos Secagno	128000			12,80
Natal Pascuali	127000			12,70
Jovino Vergilio Scheffer	110000			11,00
João Gaspar da Silva	102000	4600		10,66
Inocente Fortunato Pires de Almeida	103000			10,30
Sebastião Pedroso	100000			10,00
Francisco Gaspar da Silva	92000			9,20
Generoso Monteiro	89000			8,90
Alberto Miches	80000			8,00
Edemundo Tiburcio dos Santos	78000			7,80
Laudelino Lima	67000			6,70
Claudino Avila dos Santos	62000			6,20
Irineu Francelino Morais	59000			5,90
Theodoro Dias de Castro	58000			5,80
Francisco Jung	57000			5,70
Orelío Favretto	52000			5,20
Antonio dos Santos	52000			5,20
Vitalino Antunes da Luz	47000			4,70
José Maria Gomes da Silva	43000			4,30
Olisses Sebbem	34200	3800	4600	4,26
Clemente Rezena	40000			4,00
João Rodrigues Ribeiro	38000			3,80

Francisco Maccolan	273000		27,30
Aricieri Ponpilio Toseto	268000		26,80
Alipio Joaquim dos Santos	239000		23,90
Angelo Zanella e João Zanella	235000		23,50
Rodolpho Menon	226000		22,60
Antonio Pedro da Silva Dutra	222000		22,20
Orestes de Britto	217800		21,78
Antonio Diogo Alves	214000		21,40
Isaura da Costa Britto	210000		21,00
Rair Antonio Orso	209000		20,90
João Gembro	127000	65000	19,20
Rissieri Ghoato	192000		19,20
Antronio Florencio da Silva	187000		18,70
José Homero D´Avila	183000		18,30
Armindo Pietro Biasi e João Batista Cordeiro da Silva	182000		18,20
Valério Dalibra Dzindzik e Antonio Dalibra Dzindzik	177000		17,70
Silverio Silvestro	93000	80000	17,30
Antonio de Paula Barbosa	172000		17,20
Adelar Zapparoli	172000		17,20
Ervino Machado	170000		17,00
Ricieri Natal Zotti	169400		16,94
Jandir Picololto	169400		16,94
Leonir Antonio Galvan	163000		16,30
Melio Paulo Zanchetta	156000		15,60
Antonio Moreno	145200		14,52
Otavio Moreno	145200		14,52
Sebastião Luiz de Oliveira	142000		14,20

Eloi João Piva e Heliodoro Gonçalves de Azevedo	24200	113000	13,72
Domingos Ferreira de Oliveira	137000		13,70
Remualdo Alves	132000		13,20
Arceno Gonçalves de Azevedo	121000		12,10
Maximiliano Francisco Ribeiro	117000		11,70
Ademar Jorge Formigheri Coletti	114000		11,40
Helnuth Quoos	113000		11,30
Pedro Gembro	109000		10,90
Domingos da Silva Brito	108000		10,80
Izalino Antunes de Moraes	104000		10,40
Arlindo Antunes de Moraes	96800		9,68
Nelson Orlando Bortolazzi	92000		9,20
Antonio Perondi	91000		9,10
Idalino Maccolan	91000		9,10
Manoel Rodrigues de Campos	87000		8,70
Frederico Sales de Souza	85000		8,50
Adão Marcelino Klen	81000		8,10
Agenor Nunes de Carvalho	72600		7,26
Maria José dos Reis	64000		6,40
Vivaldino Antunes de Moraes	63000		6,30
Manoel Francisco Klein	29000	34000	6,30
Leonardo Paier	63000		6,30
Armandio Ribeiro dos Santos	63000		6,30
Jorge da Silva Moreira	60000		6,00
Aloisio Dzindzik	59000		5,90
Valdemar Sgarbi	57000		5,70
Claro Barbosa de Lima	54000		5,40

Arioaldo da Silva Brito	52000			5,20
Alcides Antunes Corrêa	50000			5,00
Pedro Gonçalves	48000			4,80
Romualdo Cezimbra Finger	45000			4,50
Pedro Amado Titon	45000			4,50
Nelmo Rauber	44000			4,40
Antonio Antunes	40000			4,00
Antonio de Jesus Lemes da Silva	37000			3,70
Antonio Brazil	24200			2,42
Otaviano da Rocha	24200			2,42
Manoel Francisco Clen	21000			2,10
Alcides Zanella	7800	13000		2,08
Antonio Alves de Souza	20000			2,00
Armelinda Alves Osorio	20000			2,00
Joaquina Gonçalves dos Santos	12000			1,20
Milton Alves	3700	7900		1,16
Altino Martins Farias	9200	2300		1,15
Mariano Modena	11000			1,10
Mitra Diocesana de Palmas	8200			0,82
Estanislau Novoroski	6000			0,60
Ireneu Levandovski	2500	1700	1700	0,59
Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos	2500	900	1300	0,47
Amelia Gavasso Sgarbi	4400			0,44
Igreja Evangelica Assembléia de Deus de Santa Catarina	2700			0,27
João Maria Lemos	2700			0,27
Marcolino Antunes Corrêa	1200			0,12
Antonio Luiz Polegrini	1100			0,11

Graciolino Dal Agnol	223000		22,30
Domingos Marques de Oliveira	218000		21,80
Dorival Vieira Muller	216000		21,60
Eduardo Stavski	193000		19,30
Orides Alves de Medeiros	185000		18,50
João Gonçalves	181000		18,10
Gostavo da Silva Silveira	179000		17,90
Victorio Severnini	179000		17,90
Casemiro Felisaki	175000		17,50
Oscar Woncharte	175000		17,50
Pedrinho Severnini	171000		17,10
Vitorio Dall' Agnol	170000		17,00
Manoel Nogueira da Silva	167000		16,70
Mauricio Giacondo Neselho	163600		16,36
Cesario Dambinski	162000		16,20
Darcy Machado da Silva	162000		16,20
Juvelino Lemes da Silva	160900		16,09
João da Silva Oliveira	157000		15,70
Deodoro Solano Werkhauser	132000	21000	15,30
Santo Ruaro	153000		15,30
Sebastião Alves Pereira	152000		15,20
Bernardo Kracinski	150000		15,00
José Alves Polyceno	147000		14,70
Floriano Kupinski	146000		14,60
Clara Alves Pereira	145000		14,50
Valdivino Alves de Meira	139000		13,90
Carlos Furst	139000		13,90

Francisco Xavier Simões	134000	13,40
Jardelino Severinini	132000	13,20
Reinaldo Tobaldini	115000	11,50
Oscar da Silva Oliveira	112000	11,20
Afonso Grassi	108000	10,80
Amancio Corrêa dos Santos	104000	10,40
Valmirio Alves Medeiros	104000	10,40
Elizeu Zanardi	104000	10,40
Oliveira Rodrigues de Andrade	104000	10,40
Natalino Dalagnol	103000	10,30
João Dallagnol	99000	9,90
João Pedro Pinto da Silva	99000	9,90
Flordelia Tessaro	91000	9,10
Anizio Kades de Arruda	90000	9,00
Henrique Pelentir	88000	8,80
Joaquim Antonio Pedroso	86000	8,60
Doralina Licia de Oliveira	85000	8,50
Universina Maciel Oliveira	84000	8,40
Orisvalde Fernandes de Lima	79000	7,90
Francisco Furst	71000	7,10
Querino da Silva Policeno	68000	6,80
Claudino Bertoldo Melotto	62000	6,20
Fernandina Antunes de Arruda	61000	6,10
Luiz Minatto	56000	5,60
Cassimiro Meyer	55000	5,50
Antonio Therezio Alves de Medeiro	55000	5,50
Juventino Rodrigues da Silva	53000	5,30

Bruno Zampiva e José Domingos Zampiva	944000			94,40
Dimas Souza de Lima	10500	617000	291000	91,85
Clorindo Onnocente Dalpasquale	873000			87,30
Pedro Lopez Paz	3200	730000		73,00
Orlando Alfredo Fabiani	712000			71,20
Jocondo Curzel	535000			53,50
João Nos de Souza	461000			46,10
Adevino Begnini	446000			44,60
João Zanchetta	437000			43,70
André Fialkowski	431000			43,10
Idarci Dalpasquale	414000			41,40
Canarino Restelatto	413000			41,30
Silvio Simonatto	124000	288000		41,20
Vergilino Thomaz Neele	367000			36,70
Vitto Luiz Pessini	346000	13000		35,90
Quintino Furlan	226000	127000		35,30
Reynaldo Savegnago	352000			35,20
Giocondo Favero	349000			34,90
Eduardo e Constante Szczepkowski	318000			31,80
Ervelino Coletti	315000			31,50
Santo Piva Filho	312000			31,20
Jacinto Evaristo Pinzon	254000			25,40
Angelina Dalpasquale	100000	139000		23,90
Olisses Sebbem	196000	35000		23,10
João Gurkewicz	45000	174000		21,90
Inocente Fortunato Pires de Almeida	144000	70000	4000	21,80
Adão Szczepkowski	210000			21,00

Henrique Simonato	166000	43000	20,90
Laurindo Parizoto	207000		20,70
Ernesto Mencato	207000		20,70
Adolfo Luiz da Silva	205000		20,50
Luiz Isidoro Bittencourt	205000		20,50
Rodolfo Pinto Vieira	197000		19,70
Fredolino Gomes	195000		19,50
Tadeu Bedra	180000		18,00
Deonísio Piovesan	179000		17,90
José Antonio Maschio	164000		16,40
Moisés Fernandes de Siqueira	159000		15,90
Mitra Diocesana de Palmas	150000	2100	15,21
Carmelindo Antunes de Lima	152000		15,20
Maximino Gonçalves de Castilho	25500	125500	15,10
Elias Pinto Vieira	149000		14,90
Paulino Maschio	146000		14,60
Adoílio Prodocimo	143000		14,30
Natalício Pinto Vieira	137000		13,70
Arsesio Mencato	135000		13,50
Domingos José Ribeiro	131000		13,10
Jardelino Anacleto Izidoro e Antonio Ruiz de Melo	121000	6500	12,75
João Szczepkowski	121000		12,10
José Nos de Souza	118000		11,80
Lucindo Bordin	115000		11,50
José Borges	111000		11,10
Loreço Bueno de Souza	109000		10,90
Francisco Pessoa da Silva	109000		10,90

Juvelino Simionato	105500		10,55
Antonio Manoel Machado	105000		10,50
José Grizon	104000		10,40
Fermino Pedro Lovatto e Almiro Alecio Amadori	102000		10,20
Delvino Maschio	101000		10,10
Etelvino Bertoncello	95000		9,50
Amantino Artemio Marcante	88000		8,80
Fortunato Vendruscolo	82000		8,20
Ricieri Zampiva	82000		8,20
Gentil Gonçalves Castilho	48000	33500	8,15
Luiz Laurindo Zanchetta	65000		6,50
Alferio Picinato	61000		6,10
Ramiro Lautarte Santana	59000		5,90
José Jandir Moraes de Castilho	43000	9500	5,25
Julio Francisco Marcante	52000		5,20
Augusto Kufner	45000		4,50
Celestino Bassanezi	34000		3,40
Ervino Alfeu Zampiva	25000		2,50
João Maria de Souza	11200	9600	2,08
João Basilio Dias de Castro	13000		1,30
Arlindo Pereira de Souza	3500		0,35
Ass. Par. Igreja Adventista do 7ª dia	3300		0,33
Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos	1700		0,17

Foram emitidos 97 Títulos para 79 proprietários

Antonio Belusso Fortuna	134000			13,40
Leonardo Coletti	127000			12,70
Luiz Mezzalira	126000			12,60
José Xavier de Oliveira	125000			12,50
Antonio Siolkoski	124000			12,40
Adelvino Begnini	121000			12,10
Adão Francisco Schuastz	121000			12,10
João Seben	118200			11,82
Valdir Donadelio Manfredi	117000			11,70
Neri Tramontin	108000			10,80
Gabriel Derengowski	31000	45000	30500	10,65
Albino Maroskoki Bonkoski	100000			10,00
Etelvino Bertoncello	100000			10,00
Geraldo Stasiak	98000			9,80
Valentin Rodrigues Duarte	97000			9,70
Irineu Stasiak	96000			9,60
Ezaias Alcides Manfredi	85000			8,50
Leonel Lizer Manfredi	80000			8,00
Fiorindo Primo Comim	76000			7,60
Guilherme Guzzo	75000			7,50
Deonildo Luiz Bagatini	74000			7,40
Batista Defaveri	65000			6,50
Avelino Vieira Gonçalves	63000			6,30
Ladislau Wosniaki	51000			5,10
Constante Polinski	2000	48000		5,00
Onofre Skoreck	46000			4,60
Olivio Deolino Dalpasquale	35000	1300	8000	4,43

Victorio Tartari	43000		4,30
Atalibio Gançalves	43000		4,30
Danilo Begnini	38500		3,85
Amabile Begnini	38500		3,85
Augustinho Bonett	34900		3,49
Raymundo Curzel	33000		3,30
Angelo Pietro Biasi	33000		3,30
Zeaverino Zanin	32500		3,25
Nabor Romancini	31000		3,10
Mauricio Zdziarski	29500		2,95
João Batista dos Santos	28500		2,85
Francisco Wosniak	27000		2,70
Waldemiro Anelito Magnabosco	27000		2,70
Victorio Guerezi	26000		2,60
Dienio Perbone Roncem	20400		2,04
Marcelo Defaveri	20000		2,00
Amantino Angelo Paludo	13000		1,30
Fiorelo Caldato	12000		1,20
Ervelino Coletti	9000		0,90
Hans Filbert	8000		0,80
Reinaldo Cazella	1900		0,19
Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos	1700	0.900	0,17
Foram emitidos 80 Títulos para 73 proprietários			

Francisco Selau Filho	195000			19,50
João Martins dos Santos	187000			18,70
Clodoveu Pastro	185000			18,50
Vitorio Beppler	183000			18,30
José Zamoski	180000			18,00
Ortencio Girardi	180000			18,00
Dionisio Wodzicki	177000			17,70
Oswaldo Hein	174000			17,40
Domingos Nazario Oriques	169000			16,90
Aloisio Derengowski	168000			16,80
Mario Marques Macedo	35000	103000	27000	16,50
Angelo Antonelli	163000			16,30
Osvaldiono Rodrigues dos Santos	161000			16,10
Luiz da Silva	160000			16,00
Casemiro Derengoski	155000			15,50
Mariano Wogiski	152000			15,20
Augusto Schug Filho	75000	76000		15,10
João Ferreira da Silva	146000			14,60
Gustavo Hein	146000			14,60
João Fantin	145000			14,50
Arlindo Basso	143000			14,30
Antonio Kubiak	142000			14,20
Venceslau Kubiak	138000			13,80
Inacio Wodzicki	136000			13,60
Laudelino da Silva	135000			13,50
Cesario Bett Rinaldi	86000	49000		13,50
Ernesto Derengoski	132000			13,20

Laudelino Dias de Amaral	132000		13,20
Isalino Perin	130000		13,00
Alfredo Drengoski	124000		12,40
Olicio Schervinski	123000		12,30
Alberto de Souza Oliveira	123000		12,30
Alvadi Batista da Silva	121000		12,10
Fermine Vosniak	121000		12,10
José Tranker	119000		11,90
Valentin Durval Albino	116000		11,60
Antonio Paliga	72000	43000	11,50
Marcolino da Silva	113000		11,30
Albino Maroskoki Bonkoski	111000		11,10
Amantino Veloso Leal	110000		11,00
Francisco Barbosa	108000		10,80
Orides dos Santos Oliveira	105000		10,50
Willibaldo Beppler	105000		10,50
Doralino Ceryllo Denti	103000		10,30
José Antonio Porto	101000		10,10
Olmiro Candido de Oliveira	101000		10,10
Manoel Nasario Oriques Filho	99000		9,90
João Scalabrim	98000		9,80
Hermelino de Souza Machado	95000		9,50
Pedro da Silva Dias	94000		9,40
João Boaczk	91000		9,10
David Atilio Piloneto	91000		9,10
Moacir Antonello	90000		9,00
Francisco Derengovski	84000		8,40

José Maria Leal	84000		8,40
Ludovico Vogiski	82000		8,20
Felipe de Almeida Sobrinho	82000		8,20
Antonio Florencio	81000		8,10
Antonio Girardi	39000	41000	8,00
Amantino Angelo Paludo	40000	40000	8,00
Manoel Perreira	78000		7,80
Leonardo Grzybowski	75000		7,50
Valdemar Rosa Soares	75000		7,50
Arlindo de Souza Machado	25000	48000	7,30
Fridolino Kunz	73000		7,30
João Ferreira	72000		7,20
Valmor Antonelli	49000	23000	7,20
Isidoro Derengoski	71000		7,10
Natalino Mendes	70000		7,00
João Rocher	69000		6,90
Florian Babicz	69000		6,90
Missaque Borges de Almeida	69000		6,90
Arlindo de Souza	66000		6,60
José Derengoski	62000		6,20
Casemiro Wodzicki	61000		6,10
Valdomiro Candido de Oliveira	61000		6,10
João Ben Hur Baller	23000	37000	6,00
Augusta Granin	58000		5,80
Olindo Luiz Segala	56000		5,60
Manoel de Oliveira Gomes	53000		5,30
Eduardo Boncoski	46000		4,60

Maria Gessy Noth	345100				34,51
Dominicos Perardt	342100				34,21
Valentim Antonelo	318700				31,87
Dorvalino Antonio Antonello	316000				31,60
Erni Becker e Elias Tedesco	301500				30,15
Dionisio Antonio Antonello	301200				30,12
José Carlon	261900	33000			29,49
Amantino Paludo	265900				26,59
Sabino Rodrigues de Farias	45700	188800	30500		26,50
Pedro Antonio Nazario	258800				25,88
Emilio Antonello	254000				25,40
Pedro Ferreira Lemes	251400				25,14
João Ramuski	250700				25,07
Costante dos Santos	246600				24,66
Vendolino Antonio Porto	72000	47000	122800		24,18
João da Silva	235500				23,55
João Antonelo	223300				22,33
Ivo Pecinatto	218200				21,82
Pasqual Moreno	111700	6000	84200		20,19
Tiburcio da Silva Oliveira	200000				20,00
João Martins de Almeida	196900				19,69
Cezar Antonelo	192900				19,29
Fidrcino Rossi	191800				19,18
Vendelino Fiorentin e Otavio Fiorentin	188800				18,88
Antonio Velloso Leal	187800				18,78
Alicia do Prado	186800				18,68
Olmiro Candido de Oliveira	184700				18,47

Moacir Antonelo	173600			17,36
Candinha Rodrigues do Prado	172600			17,26
Sebastião Ribeiro Filho	8000	163400		17,14
Adelino Dalla Rosa	169200			16,92
Herminio Gerutti	85300	81200		16,65
Leopoldo Kleinibing	160400			16,04
David Antonelo	159400			15,94
Manoel Durval Albino	159000			15,90
Plinio Moreira Branco	157300			15,73
Pedro Antonio Antonelo	152400			15,24
Luiz Antonelo	23300	127900		15,12
Amadeu Antonello	148200			14,82
Deolindo João Guadagnin	62900	14200	59200	13,63
João Mitrett	131900			13,19
Laurindo Jacó Pelin Garbin e Olimpio Kleinibing	124800			12,48
Mariano Pluszc	123800			12,38
Paulino Rinaldi Moares	121800			12,18
Zelindro Pacheco	120800			12,08
Albino Moreira Branco	117700			11,77
Luiz Moreno	114700			11,47
Manoel Nazario Oriques	114700			11,47
Raymundo Scopel	28400	40600	43600	11,26
Helmut Scheid	110600			11,06
Sergio Zambiasi	109100			10,91
Gasparino Antonelo	104500			10,45
João Maria	103500			10,35
Amandio Rinaldi	101500			10,15

Genirio Duarte	99500			9,95
Fermino Garbin	95400			9,54
Achiles Beraldin	93500			9,35
Luiz Cerutti	91400			9,14
Valmor Ferreira de Andrade	89300			8,93
Leontina dos Santos Camargo	88300			8,83
Clementino Moraes	87300			8,73
José Antoninho Martins	86300			8,63
Antonio Waldomiro Noth	84200			8,42
Oswaldo da Silva	81200			8,12
Felicio Dinon	79600			7,96
Ricieri Piloneto	79100			7,91
Euzebio Antonelo	72100			7,21
Alcebiades Francisco Rios	70000			7,00
Matilde Alves Valencio	68000			6,80
Antenor do Prado	68000			6,80
Antonio Florencio	58900			5,89
Mario Domingos	49700			4,97
Joaquim Domingos	47700			4,77
Ernesto Pereira da Silva	40600			4,06
Vicente Raudzius	32500			3,25
Gomercindo Pimentel	18100			1,81
Ilario Luiz Fiorentin	14100			1,41
Cecilio Antonio Guedes	12000			1,20
Mitra Diocesana de Palmas	10000			1,00
Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos	0.400	3000	2500	0,55
Foram emitidos 106 Títulos para 86 proprietários				

Natalino Venassi	230000		23,00
Selvino Domingos Macagnan	228000		22,80
Lourenço Manoel Luiz Lobo	54000	173000	22,70
Favorino Formaio	220000		22,00
Luiz Coscode	218000		21,80
Belonir Martins Coelho	213000		21,30
Julio Edvino Forneck	212000		21,20
João Maria Correa	204000		20,40
Ricini Cirillo dos Santos	201000		20,10
Rosalino Alves de Miranda	194000		19,40
Pedro João Vicini	183000		18,30
Orelio Zambom	174000		17,40
Hebrantina Rodrigues Nunes	170000		17,00
Maria Mesacasa	169000		16,90
Pedro Godinho Bueno	163000		16,30
Severino Pietro Biasi	163000		16,30
Alcides Mendes	162000		16,20
Octacilio Luiz da Costa	162000		16,20
Manoel Bernardino Borges	72000	82000	15,40
José Borges Cardoso	149000		14,90
Ambrosio Pereira	147000		14,70
Adão Nunes	144000		14,40
Assis de Olibeira Rodrigues	144000		14,40
Sebastião Ferreira Bueno	134000		13,40
João Aparicio Cambuzzi	80000	50000	13,00
João Faresin Sobrinho	127000		12,70
Francelino Osorio Borges	123000		12,30

Joaquim Francisco da Costa	122000		12,20
Meni Vacari	120000		12,00
Claro Pereira da Silva	119000		11,90
Leonorio Baldo	84000	30000	11,40
Osvaldo Miguel Gotz	110000		11,00
Valentin Sbardelotto	109000		10,90
Pompilio Mascarello	99000		9,90
Romano Krone	98000		9,80
Otacilio Filastro	97000		9,70
Albino Edvino Gotz	96000		9,60
Vivaldino Pereira Veron	96000		9,60
Alcides da Silva	95000		9,50
Antonio de Jesus Antunes da Rosa	95000		9,50
Armelindo Mosele	95000		9,50
Octacilio Moreira da Silva	90000		9,00
Ponciano da Silveira Nonato	88000		8,80
Antonio Meira Nonato	87000		8,70
Adão de Oliveira Pilar	85000		8,50
José Patussi	85000		8,50
Celso Wilfredo Wagner	84000		8,40
Olinda Rodrigues Pinto	82000		8,20
Oscar Alves de Miranda	80000		8,00
Odir José Xavier	78000		7,80
José Luiz da Silva	53000	24000	7,70
Gabriel Alves de Miranda	75000		7,50
Waldir Bertolotto	73000		7,30
Santo Pinto Pedroso	58000	15000	7,30

Genesio da Silva	72000		7,20
Natalicio da Silva Miranda	70000		7,00
Alvadino Rodrigues	70000		7,00
José Rodrigues Pinto	70000		7,00
João José da Silveira	69000		6,90
Luiz Ozório Borges	66000		6,60
Francisca Milesk Coscodai	64000		6,40
Manoel Cerillo dos Santos	60000		6,00
Ernesto da Rosa	60000		6,00
Francisco Coscode	57000		5,70
Derfino Telles	56000		5,60
Cezarino Guidini	54000		5,40
Isulindo da Silva Miranda	38000		3,80
Lindolfo Alves de Miranda	38000		3,80
Verginio Becchi	38000		3,80
Valdir Titon	37000		3,70
Manoel Ribeiro de Almeida	36000		3,60
Atilio Titon	35000		3,50
Natalino Chaves da Silva	29000		2,90
Jorge Ribeiro Martim	27000		2,70
Maria Venina Leite	20000		2,00
Liane Terezinha Delziovo	11000		1,10
Anair Lima de Gois	10300		1,03
Mitra Diocesana de Palmas	5600	1400	0,70
Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos	3200	2500	0,57
Alaides Rodrigues	5000		0,50
João de Paula	4400		0,44

Romano Pessato	478000		47,80
Dorvalino de Paula Prestes	427000		42,70
João Paulino Lohn	390000		39,00
Victorino Giordani	250000	131500	38,15
João Maria Gonçalves	379500		37,95
João Chiodelli	376500		37,65
Antonio da Silva	328000		32,80
Jair de Oliveira Ramos	320000		32,00
Pedro dos Santos Dias	316000		31,60
Estevão Pinto Vieira	310000		31,00
Rinaldo Chitolina	267000		26,70
Alipio Joaquim dos Santos	106000	109000	21,50
Tranquilo Bernardi	204000		20,40
Antonio Chiodelli	204000		20,40
Valdino Madruga	197000		19,70
Pedro Lima	193000		19,30
Maria Ferreira	175000		17,50
José Maria Novais Nunes	174000		17,40
Ari Rubert e Laurival e Iracema Rubert	167000		16,70
Valdemar Perin	160000		16,00
Dorvalino de Vargas	138000		13,80
João Eloi Rosa da Silveira	130000		13,00
Albano Telo	124000		12,40
João Pinto Vieira	117000		11,70
João Maria Pereira dos Santos	90000	23000	11,30
Josephina Mascarello	112000		11,20
Anna Alice Madruga da Silva	104000		10,40

Tolentino dos Santos Dias	100000				10,00
Damian Matuchaki	97000				9,70
José de Favero	92000				9,20
Delverina Nunes	89500				8,95
Leonel de Oliveira Pinto	81000				8,10
Eduardo Cancio Ferreira	78000				7,80
Trochen Hass Netto	30500	42000			7,25
Antonio Francisco Vieira	60000				6,00
Guilherme Fermino Dias	52000				5,20
Ernesto Nunes	46000				4,60
Samuel Cirino Dumpierre	45000				4,50
Alvino Batista	43000				4,30
Olvio Allebrandt	41000				4,10
Roberta Justimiana Riberiro	40000				4,00
Angela de Faveri Souza	39500				3,95
Lindolfo Espirito Santo Tigre	37000				3,70
Bruno Roseski	36000				3,60
Augusto Pires de Lima	35000				3,50
Vilson Gonçalves	34000				3,40
José Constantino	11600	10000	5200		2,68
Madalena Rosa	25000				2,50
Valdemirio José Duarte	23000				2,30
Manoel Nunes Filho	13000				1,30
Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos	2500	2500	1200	6000	1,22
Primo Comin	11200				1,12
Mitra Diocesana de Palmas	10400				1,04
Pedro de Lazzari	8900				0,89

Eduardo Szczepkowski	183000		18,30
Carlos Primo Zuffo	181000		18,10
Humbert Goltz	169500		16,95
José Gudoski	162000		16,20
Estevam Meredyk	156500		15,65
Serraria Cariris Limitada	149500		14,95
Generoso Monteiro	141000		14,10
Antonio Batista	127000		12,70
Lucio Meredyk	121000		12,10
Casemiro Meredyk	118500		11,85
Diogo Dutra	116500		11,65
Valdomiro Corrêa de Almeida	116000		11,60
Antonio Feliciano dos Santos	114000		11,40
Carlos Meredyk	113000		11,30
Boaventura Constantino	110000		11,00
João Francisco dos Santos	105500		10,55
Alcino Neves dos Santos	105500		10,55
Alberto Leutner	16000	86000	10,20
Benjamin Zeni	101500		10,15
Mario Zuffo	94500		9,45
Izidoro Gyzewski	49000	43000	9,20
Francisco Soares de Araujo	90000		9,00
Avelino Zeni Primo e Nelio Bertuzzo	83000		8,30
Sebastião Pinto Ribeiro	79000		7,90
Anasthasio Sudoski	78500		7,85
Idavina Wilmes dos Santos e Mario Zuffo	73000		7,30
José Harka	72000		7,20

Hilberto Allein	290500		29,05
Fridolino Benjamim Alflen	173000	111000	28,40
Cerilo Favin	275000		27,50
João Rodrigues Borbas	269000		26,90
Avelino Cadore Sobrinho	258000		25,80
Martins Perazzoli	257000		25,70
Ferdinando Curzel	251000		25,10
Orlando de Oliveira	249000		24,90
Elvino Schmitz	242000		24,20
João Wilamowski	75000	17500 149000	24,15
Antonio Antunes de Lima	237000		23,70
Edmar Bim	237000		23,70
Mauricio Kurzil	211000		21,10
Pio Oliveira da Silva	209000		20,90
Claudio Kervald	209000		20,90
Ilson Giana	208000		20,80
José Salvador Morais	207000		20,70
João Walchak	197000		19,70
Faustino Walchak	196000		19,60
Natal Piola	190000		19,00
Fioravante Antonio Teodoro	188000		18,80
Agostinho Kammer	161000	25500	18,65
José Soligo Neto	184000		18,40
Olivio Rosa	182000		18,20
Marcelino da Rosa	175000		17,50
Miguel Wilamovski	168500		16,85
Otacio Gonçalves Reguelin	168000		16,80

Attilio Mezzalira	106000	43000	15500	16,45
Sebastião May	157000			15,70
Francisco Szczepkoski	155000			15,50
Reditario Vitto	153000			15,30
José da Rosa	151000			15,10
Setembrino Kichel	149000			14,90
Emilio da Silva	149000			14,90
Saturnino Rosa da Silva	145000			14,50
João Menegat	143000			14,30
Paulo Telles da Silva	142000			14,20
Agenor Roque Manfredi	140000			14,00
Darci João Manfredi	140000			14,00
Nelson Hufnaguel	137000			13,70
Honorato Wrzesinski	72000	64000		13,60
Pedro Meglioranza	133000			13,30
Severino Bortot	33500	97000		13,05
João Passol dos Santos	127000			12,70
Claudino Segundo Galvan	125000			12,50
Vitorio de Souza Fermollen	123000			12,30
Casemiro Cervinski	122500			12,25
Casimiro Wilamovski	118000			11,80
Vicente Chervinski	117000			11,70
Podalirio da Fonseca	115000			11,50
Geronimo Kammer	54500	60000		11,45
Ludovico Wilamowski	112000			11,20
Severino Walschak	105000	4100		10,91
José Walchak	39000	62000		10,10

Josefa Wilamowski	101000		10,10
Andre Pires Soares	22000	78000	10,00
Maria Luiza Cazarie	98500		9,85
Gentil Zeitz	54000	43500	9,75
Jorge Cordeiro	97000		9,70
Leonardo Belers	96800		9,68
Germano Steinhuser	93000		9,30
José Ribeiro Godinho	91500		9,15
Noé da Rosa Florão	83000		8,30
Santino Silveira Dutra	55500	25000	8,05
Severino Defaveri	78000		7,80
Etelvino Bertoncello	76500		7,65
Agostinho Vitto	71000		7,10
Urbano Schu	62000		6,20
Davide Schervinski Pereira	30500	26000	5,65
Estanislau Richnik	51100		5,11
André Wilamowski	49500		4,95
Guilherme Giroto	47500		4,75
Antonio Rosa	46000		4,60
Francisco Wilamowski Filho	46000		4,60
Fredolino Marques Soares	33000		3,30
Maria Juana Chaves	32500		3,25
Celso Hoffmann	31500		3,15
Sudario Ribeiro Godinho	29500		2,95
Baldoino Steffens	25200		2,52
Jovino Pastro	24500		2,45
Laurindo Veloso Leal	24000		2,40

José Evangelista da Silva	314000		31,40
Severino Luiz Galvan	255000	48400	30,34
Marcilio Rittz	298000		29,80
José Martins de Oliveira	291000		29,10
Archimino Zanella	291000		29,10
Angelo Ritti	275000		27,50
Agostinho Vitto	270000		27,00
Guilermana Telles	123000	138000	26,10
Neivo Dionisio Galvan; Dinarte Galvan e Clonir D. Galvan	50000	208000	25,80
Irene Di Francischi	242000		24,20
Aldo Piana	242000		24,20
Armando Telles Ribeiro	64000	167000	23,10
Francisco Silvestro	226000		22,60
Pedro Rodrigues de Oliveira	224000		22,40
Severino Martins de Oliveira	220000		22,00
João Felisberto Peron	218000		21,80
Pedro Meglioranza	213000		21,30
Antonio Orbem	209500		20,95
Fernando Adolpho Marchesini	208000		20,80
Amado Jaques	205000		20,50
Antonio Kitti	204000		20,40
Antonio Manoel Teodoro Filho	203000		20,30
Honorato Alves	19500	156000	17,55
Valdomiro Zeferino Galvan	174000		17,40
João Luiz Mascarello	173500		17,35
Narciso Domingues Miglioranza e Mario Luiz Biavatti	168500		16,85
Luiz Nadal Silvestre	168500		16,85

Cireno Placido Biavatti	163500		16,35
Ernesro Almeida dos Santos	155000		15,50
Paulino Gomes da Silva	153000		15,30
Pedro Cara	146000		14,60
Eduardo Moreira Soares	138000		13,80
Lino Frigotto	133000		13,30
Leonardo Matuczinski	131500		13,15
Affonço Antunes Ferreira	126000		12,60
Eleute Antonio Casela	123000		12,30
Martim Frigotto	123000		12,30
Luiz Nadal Cavassola	121000		12,10
Domingos Polon	120000		12,00
Paulo Gomes da Silva	119500		11,95
Oralino Nunes	115000		11,50
Pedro Pires Soares	112000		11,20
Idalino Jaques	111000		11,10
Osvaldo Borges da Silva	110000		11,00
Laudelino José Chechin	109000		10,90
Manoel Amaral Soares	107500		10,75
Deonísio Santo Rosin	107000		10,70
Pedro Zonta	105500		10,55
David João Marchezini	104000		10,40
Claudino Zanella	100000		10,00
Natalina Piola Theodoro	98000		9,80
Raymundo Rosin	90500		9,05
Elvira Pacifico	87000		8,70
Estanislau Clemente Ziger	81000	1500	8,25

Estevão Adanski	75500	7,55
Estevão Caetano Panissan	73500	7,35
Nívio Sebastião Damassena	73000	7,30
Jacob Dalbosco	70500	7,05
Izaura Moreira	69000	6,90
Stanislau Kozikoski	65000	6,50
Constante Piola	57000	5,70
Sebastião Lima da Silva	56500	5,65
Antonio Bombarda	54500	5,45
Victor Becchi	54500	5,45
Marcelino da Rosa	51000	5,10
Armino Guareski	49500	4,95
Alberto Ricardo dos Soantos	40500	4,05
Alfredo Pedroso Couto	40500	4,05
Juvenal Maria do Amaral	32500	3,25
Diogo da Silva Chaves	20500	2,05
João Silvestro	19500	1,95
José Maria Galvan	9400	0,94
Heitor Ferrari Habliach	6500	0,65
Avelino Cadore Sobrinho	4500	0,45
Mitra Diocesana de Palmas	2500	0,25
Claudino Luiz Dalbosco	2200	0,22
Foram emitidos 92 Títulos para 86 proprietários		

Quintino Calisto Sutil	96600		9,66
Alaides José Rodrigues	93500		9,35
Alvarino Barboza da Silva	92600		9,26
Alfredo Coscode	90500		9,05
Germano Tuni	82500		8,25
Maria Borges	82500		8,25
Antonio Vargas	82500		8,25
Lindolfo de Paula Guedes	78500		7,85
Antonio Francisco Vieira	55300	22000	7,73
Waldir João Marcon	73400		7,34
Marciano dos Santos Dias	63400	4200	6,76
Miguel Mai	65800		6,58
Vilson Gonçalves	61500		6,15
Guerino Baldo	60000		6,00
Francisco Coscode	55300		5,53
Henrique Baldo	50800		5,08
José Pedrinho Abitante	50000		5,00
Manuel Nunes Filho	42500		4,25
Alvino Dias dos Santos	37200		3,72
Erminio Alves	37200		3,72
Alvino Batista	37200		3,72
Manoel Alves de Jesus	36800		3,68
Augusto Pires de Lima	16500	20000	3,65
Oralino Barbosa da Silva	33200		3,32
Orlando Iung	32200		3,22
Amantino Dias	28200		2,82
João Maria Bueno dos Reis	28200		2,82

Domingos Bordin	419000		41,90
Therezinha Roncalho	153000	261000	41,40
Odacio da Rosa	406400		40,64
Celeste Masurana	287000		28,70
Angelo Fernando Ceccagno	265000		26,50
Braz Odorico da Silva	127000	121000	24,80
Severo Paz	246000		24,60
Estevam Natal Balotin	243000		24,30
Ivo Galvão	243000		24,30
Rovilio Mazeto	242000		24,20
Luiz da Silveira	227000		22,70
Sebastião Antunes Paz	133500	93000	22,65
Antonio Gral	225000		22,50
Valentim Gral	225000		22,50
Nicolau Moreira Neto	222500		22,25
Santo Silvestro	222000		22,20
José Dallo	14000	205500	21,95
José Antonio de Andrade	215000		21,50
Gotlipp Couss	214000		21,40
Salvino Fiori Cardozzo	212000		21,20
Alberto Senhorin	199500		19,95
Gentil Peretto	195500		19,55
Tranquilo Balotin	166500		16,65
Veronil de Faveri	149500		14,95
Adão Minski	146000		14,60
Lourenço Tartas	144000		14,40
Floriano Estanislau Grabovski	142000		14,20

Darci Brito Rocha	140500		14,05
Jeronimo Moreira	133000		13,30
Daniel Mazurana	121000	11500	13,25
Cristiano Pedro Barp	127000		12,70
Setembrino Antonio Balotin	127000		12,70
Severino Ribas	20500	102000	12,25
Anistilde Pinto Vieira	121000		12,10
Dercilio Lazarotto	121000		12,10
Evaldo da Rosa	121000		12,10
João Balotin	117500		11,75
Arno Merguer	114000		11,40
Edmundo Schultz	111500		11,15
Estanislau Trisinski	111500		11,15
Paulo Prechlak	78000	32000	11,00
Arlindo Balotin	96000		9,60
José e Eurico Brustolin	88500		8,85
João Maria Perin	86000		8,60
Carlos Minski	86000		8,60
Albino Minski	80500		8,05
Ervino Minski	79000		7,90
Aveleino Vieira Pires	36000		3,60
Severino Santo Santolin	27500		2,75
Brandina Antunes dos Santos	21500		2,15
Alcino Cechin	17500		1,75
Antonio Subtil de Oliveira	11500		1,15
Mitra Diocesana de Palmas	11000		1,10
Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos	700	6500	0,72

Ivo Garbos	206000			20,60
Amancio Galon	196000			19,60
Pedro Coterli	189000			18,90
Alfredo Coscode	185000			18,50
Gabriel Emilio Rufato	182000			18,20
Nibello Aubrin Bonatto	181000			18,10
Ivercio Lago	173000			17,30
Silvestre Bianchatto	173000			17,30
Graciolino Dal Prá	166000			16,60
Leopoldo Batista dos Santos	166000			16,60
Antonio Coscode	164000			16,40
Venturino Dal Prá	161000			16,10
Solferino de Vargas	157000			15,70
Felicio Frider e Odete Frider Bonatto	154000			15,40
Sonia Maria de Azevedo e outros	153000			15,30
Pompilio Correa de Andrade	151000			15,10
Abril Marcos Pagani	140000	8400		14,84
Pedro Lemes dos Santos	34000	104000		13,80
Estefano Matuchaki	136000			13,60
Carlos Minski	136000			13,60
João Teodoro Antunes	134000			13,40
Luiz da Silveira	133000			13,30
Mozartt de Witt	131000			13,10
Antonio João de Souza	131000			13,10
Euzebio Ribeiro de Jesus	123000			12,30
Paulo Nicanor Romani	26000	21000	70000	11,70
Wilmuth Niendicker	113000			11,30

Fortunato Montegutti Filho	110000	11,00
João Mintkevicz	105000	10,50
Armando Veronese	105000	10,50
Amado Ribeiro de Jesus e Adão Miguel Rosa	103000	10,30
Denaci Perin	1500 101000	10,25
Alfredo Mariano da Veiga	101000	10,10
Davi José de Andrade	99000	9,90
Natalio Harka	97000	9,70
Itassir Lanzarini	95000	9,50
Elias Silveira da Silva	95000	9,50
Rosa Piana	93000	9,30
Generoso Cristiani	92000	9,20
José Maria Machado	90000	9,00
Agrepino Julio Tomasson	89000	8,90
Deonildo Baldin	87000	8,70
Alexandre Rodrigues	86000	8,60
Erminio Alves	85000	8,50
Osana Aires de Siqueira	84000	8,40
Laudelino Boeira da Silva	84000	8,40
Reneo Bonato	4300 79500	8,38
Vidalvino Mendes	83000	8,30
Augusto Mass	81000	8,10
Alcides de Oliveira	81000	8,10
Arthur Galli	78000	7,80
Maria Rosa	77000	7,70
Max Scheidt	73000	7,30
Guilherme Alfredo Wagner	71500	7,15

Donato Antunes da Silva	67000		6,70
Amantino Batista dos Santos	66000		6,60
Carlos Batista dos Santos	17000	46000	6,30
Onofre Skoreck	63000		6,30
Anholt Diesel	61000		6,10
Teodorico Guimarães	60000		6,00
João Maria Soares de Oliveira	60000		6,00
Vericimo José da Silva	60000		6,00
Florencio João Pessato	59500		5,95
Fernando Fernandes Martins	58000		5,80
Orlando Iung	57000		5,70
Oswaldo Anildo Rex	55000		5,50
Euclides Correia de Melo	53000		5,30
José Rodrigues Pinto	50000		5,00
Francisco José de Quadros	37000		3,70
Ione Paris Dalpasquale	30000		3,00
Felys Molin	30000		3,00
Amabile Leoratto Bavaresco	30000		3,00
Leoncelino Marques de Oliveira	26000		2,60
Damian Matuchaki	4000	21000	2,50
Natalicio dos Santos	22000		2,20
José de Oliveira	20000		2,00
Isalino Perin	19000		1,90
Manoel Mass	17000		1,70
Lindolfo Paula Guedes	17000		1,70
Augusto de Quevedo	16000		1,60
Amantino Dias	15000		1,50

Vicente Menon	218000			21,80
Francisco Gonçalves de Araujo	43000	161000		20,40
Pedro Maciel Flores	199000			19,90
Frederico Kad Santos	194000			19,40
Ignacio Brzezinski	103000	83000		18,60
Luiz Antonio de Andrade	185000			18,50
Verginio Pozzan	180000	4000		18,40
José Soares Paixão	179000			17,90
Miguel Fragoso	173500			17,35
Stanislau Harka	90000	52000	26000	16,80
Arlindo Polasso	62000	104000		16,60
Serafin Gudoski	160000			16,00
Antonio Luiz Lazzari	153000			15,30
Ambrosio Czerwinski	153000			15,30
Manoel Eufrazio Crescencio	40000	42000	71000	15,30
Miguel da Silva	132800	12100		14,49
Firmino Colaça	138000			13,80
Guilhermino Alves	130000			13,00
Selvina Anadir Pires	128000			12,80
Antonio Harka	127000			12,70
Domingos de Lima	127000			12,70
Gabriel Cordeiro dos Santos	122000			12,20
Valdemar Oleinik	121000			12,10
Olivia Vieira	117000			11,70
Marcelino Camilo Malon	116000			11,60
José Cieplak	69000	46000		11,50
Fermino Harka	65000	47000		11,20

Antonio Gossi	110000		11,00
Gabriel Gral	108000		10,80
Augusto Pinto de Oliveira	108000		10,80
Servilio Polazzo	104000		10,40
Onofre Polasso	103000		10,30
Sebastião José Scheiber	102000		10,20
Alexandre Ribicki	100000		10,00
Felix Albino Pizzi	98000		9,80
Adolfo Antunes da Luz	93000		9,30
Antonio Esser Machado	84000		8,40
Ivo Roque Barbieri	80000		8,00
Teofilo Minski	80000		8,00
Geronça da Costa Leite	71000		7,10
Henrique Pereira dos Santos	70000		7,00
Dionisio Correia	68000		6,80
Serafin Harka	65000		6,50
Athanagildo Ezidio Lino	41000	23000	6,40
Natalino Antonio de Andrade	58000		5,80
José Henrique Monteiro	57000		5,70
José Vieira Lopes	55000		5,50
Pedro Schreiber	46000		4,60
Antonio Izidro Lino	45000		4,50
Orides Antonio de Andrade	43000		4,30
José Constantino	15000		1,50
Vitor Jorge da Silva	12100		1,21
Lourenço Manoel Luiz Lobo	8000		0,80
Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos	2500	2500	0,50

Augusto Inocento Roberto	242000		24,20
Ida Liotto e Lilio Tartari	240000		24,00
Valdomiro Belin	236300		23,63
Sereno Marques	226500		22,65
Homero Evangelista Ferreira	207600		20,76
Ernesto Zucchi	205800		20,58
Alexandre Ribeiro	127500	71300	19,88
Pedro Montovani	193900		19,39
José Isidoro Dallaio	191000		19,10
Marçal Paludo	165500		16,55
Mario Marques Macedo	131200	25000	15,62
Tiburcio Dias dos Santos	155600		15,56
Domingos Cerutti	5100	147100	15,22
João Batista dos Santos	142500		14,25
Darci Moraes Bueuno	139500		13,95
Antonio Dias de Oliveira	138500		13,85
Guajará Jesus da Cruz Cazella	44000	94300	13,83
Sebastião dos Santos e Etelvino Ronsani	137500		13,75
Claudio Caldato	132500		13,25
Santo Paludo	116500		11,65
Gabriel Rubert	116400		11,64
Cezare Nivaldo Paludo	105000	11000	11,60
Olimpio Kleinibing	99500		9,95
Mario Marques	96000		9,60
Benicio Tartari	87300		8,73
Gentil da Silva Dias	76300		7,63
Hans Filbert	74000		7,40

Geraldo Elizario Fernandes	320000			32,00
Waldemar Alves de Moraes e Ibrain Lemos de Moraes	253000			25,30
Adolpho da Luz	81000	154000		23,50
Geronimo Moreira	229000			22,90
Manoel Jeronimo Santana	216000			21,60
Miguel de Mello	214000			21,40
Amantina Claro da Silva	214000			21,40
José Matheus Rodrigues	210000			21,00
Darcy Sassi	204000			20,40
José João Vargas	113000	85000		19,80
Eduardo Brol	194000			19,40
Fortunato Brol e Eduardo Brol	190000			19,00
Adevino Antonelo Jung	188000			18,80
José Laurindo Rodrigues	183000			18,30
Fermino Francio	183000			18,30
Ibraim Lemos Moraes	179000			17,90
Joaquim Elizario Fernandes	160000			16,00
João Alves de Mello	157000			15,70
Pedro Gudoski	149000			14,90
José Carlos Duarte	148000			14,80
Vergilio de Almeida Lara	146000			14,60
Elcio Costa e Dorvalino Costa	139000			13,90
Angelo Zanini	75600	25000	38000	13,86
Valdomiro Soares	67000	70000		13,70
José Geremia	135000			13,50
Boleslau Stochovzki	132000			13,20
João Batista	131800			13,18

João Daniel	122000		12,20
Antonio Eufrazio Crescencio	120000		12,00
Wenceslau Onysco Filho	96000	22000	11,80
Manoel do Nascimento	117000		11,70
Oralino Frazão da Silva	116000		11,60
Jovino Ribeiro da Silva	116000		11,60
João Carnetti	110000		11,00
Olavo Eliziario Fernandes	107000		10,70
José Cordeiro dos Santos	102000		10,20
Eleodoro Frazão da Silva	15000	86000	10,10
Doralina Flores da Silva	99000		9,90
Valdemar Paulino Duarte	98000		9,80
Hilaria Nueremberg	97000		9,70
Sebastião Chaves	93000		9,30
Antonia Rosa Escolari	89000		8,90
Pompilio Antonio Soares	87000		8,70
Antonio Alves Fernandes	85000		8,50
Artidor Carvalho de Leão	84000		8,40
Honorato Barbieiri	79000		7,90
Silvino Giovanelli	77000		7,70
Angelin Sgarbi	76000		7,60
Manoel Medeiros Fernandes	70000		7,00
José Patussi	67000		6,70
Silvio da Silva Flores	51000		5,10
Celço Lopes de Miranda	50000		5,00
José Formaio	48000		4,80
Tito Livio Lopes de Miranda	47000		4,70

Primo Ronsani	408300		40,83
Orlando José Silva	304500		30,45
Francisco Stanger	270200		27,02
José Alterismo Cardoso	146200	90700	23,69
Rudi Arno Rex	226800		22,68
João Buratto	221800		22,18
Dorvalino Steves Martins	219700		21,97
Anholt Diesel	213700		21,37
João de Deus Flores de Lima	204600		20,46
Orestes Rodrigo	56600	145000	20,16
Aquiles Sochett	199600		19,96
Severino Pietro Biasi	197600		19,76
Antonio Soinski	181500		18,15
Feliz Molin	176500		17,65
Antonia Rodrigues de Lima	156200		15,62
Nibello Aubrin Bonatto	148200		14,82
Domingos Bussato	123000		12,30
Olivio Lucas Martinelli	95800		9,58
Defendi Buratto	95800		9,58
Francisco Dias dos Santos	90700		9,07
Oliverio Von Mullher	89500		8,95
Stevan Stanger	83700		8,37
José de Oliveira	70500		7,05
Anacleto Chiapetti	61700		6,17
Leopoldo Batista dos Santos	60500		6,05
Alexandre Rodrigues	58500		5,85
Victorio Farezin	50400		5,04

Gabriel Santiago da Silva	254000	25,40
Manoel Miranda da Silva	252000	25,20
Manoel Alexandre e Manoel Antonio Freitas	130000 117500	24,75
José Paulino Lohn e Pedro Felizardo Alves	242000	24,20
Paulino Selinger	237000	23,70
Stevan Stanger	218500	21,85
Sebastião Nunes Rodrigues	216500	21,65
Francilino Vieira da Silva	211500	21,15
Neri Duarte Pereira	210500	21,05
Ambrosio Pereira	61000 149000	21,00
Vidal Soares do Nascimento	206500	20,65
Valdevino Ferreira da Silva	199000	19,90
Lauro Stanger	75000 123000	19,80
José Rodrigues Agostinho	190000	19,00
Julio Vicente Liecheski e João Vicente Liecheski	189000	18,90
Waldir Stanger	188500	18,85
Dercino Miranda da Silva	178500	17,85
Olivia Rodrigues	172500	17,25
Antonio Pedro Joaquim Madeira	168500	16,85
Severino Provin	167500	16,75
Avelino Lochs e Primo Afonso Lochs	71000 54000 37000	16,20
Manoel de Jesus	151500	15,15
Pedro José Vargas	151500	15,15
Francisco Bruneto	145000	14,50
João Miranda da Silva	139000	13,90
Francisco José de Quadros	133500	13,35
Emilio Morlin	127000	12,70

Quintino da Silva Miranada	126000	12,60
Bibiana Moreira do Nascimento	121000	12,10
Marta Stanger	113000	11,30
José Pereira Filho	103000	10,30
Francelicio Filastro	102000	10,20
Antonio João Selinger	100000	10,00
Amancio da Luz	88000	8,80
João Batista da Rosa	85000	8,50
João Francisco Mendes Neto	84000	8,40
Pedro Alves Miranda	82000	8,20
José Veiga	80000	8,00
Manoel Concilio da Silva	75000	7,50
Saul José de Freitas	75000	7,50
Valdir Stanger	69000	6,90
Sebastião Ribeiro de Assunção	66000	6,60
Laudelino José da Silva	64000	6,40
João Antonio Jacinto	58000	5,80
João Maria Abtino Pinheiro	55000	5,50
Luiz Antonietti	52000	5,20
Jorge Camargo de Oliveira	51000	5,10
José Nunes do Nascimento	51000	5,10
Francisca Herminia Madeira Machado	50000	5,00
Almerindo Rufino Piheiro	50000	5,00
Gabriel Sebastião da Silva	33000	3,30
Joaquim Moreira	28000	2,80
Luiz Veiga	26000	2,60
Joaquim Pereira da Silva	25000	2,50

Luiz Nicoladelli	211700			21,17
João Fernandes Cardoso	133100	75600		20,87
José Maria de Castilho	198600			19,86
Eduardo Lopes	197600			19,76
Luiz Baldin	196000			19,60
Manoel Mauro Ferreira	189500			18,95
João Sandri	41300	148000		18,93
José Bernardo Junior	185100			18,51
Doralice Soares de Almeida	174300			17,43
Augusto Nicoladelli	171400			17,14
Valentim Antonio França	158200			15,82
Mauricio Pellizzaro	153200			15,32
David José da Silva	144100			14,41
Silvestre José Fernandes	143100			14,31
Domingos de Andrade	140100			14,01
Vitorio Lopes	139100			13,91
Guereno Brunetto	135000			13,50
Arino Acacio Correa	131000			13,10
Pedro Olavo Noht	128000			12,80
Wilson Luiz Dallmagro	123000			12,30
José Joaquim Fidencio	121000			12,10
Ledio Savi Mondo	121000			12,10
Carlos Savi Mondo	121000			12,10
Sebastião Ribeiro Filho	45400	74700		12,01
Leonildo Luiz Belini	111800			11,18
Wendelino Felizardo	34200	42300	32300	10,88
Antonio José Santi	107900			10,79

José se Souza Pereira	330000		33,00
Antonio João Machado	261000		26,10
Porfirio Dias do Amaral	252000		25,20
João Fernandes Cardoso	224000	14000	23,80
Emma Lockes Stanger	223000		22,30
Silvestre Bianchatto	203000		20,30
José Mandrik	197000		19,70
Avelino Locks	133000	61000	19,40
Berto Cachoeira	191000		19,10
Luiz Américo Scartolin	186000		18,60
Oscar Mendes Oriques	174000		17,40
Waldir Stanger	174000		17,40
Celeste Pilatti	169000		16,90
Estanislau Martinkoski e Casemiro Martinkoski	159000		15,90
João Maciensi	153000		15,30
Nelson da Silva	93000	59000	15,20
Fiorentino Rubert	151000		15,10
Santiago Pedro Monteiro	144000		14,40
Vicente Liecheski	142000		14,20
Pedro Gonçalves da Silva	141000		14,10
Guilherme Baggio	140000		14,00
José Martinkoski	140000		14,00
Lino e João Volpato	139000		13,90
José Joaquim Fidencio	137000		13,70
Enedino Leopoldo Nunes	119000		11,90
Ernesto Mazzeto	112000		11,20
Vilibaldo Scheidet	108000		10,80

Wendelino Felizardo	106000		10,60
Ambrosio Pereira	70000	35000	10,50
José Carlos Zanella	99000		9,90
João Kuss Junior	97000		9,70
Antonio Posser	95000		9,50
Primo Lourenço	92000		9,20
Justino José Martins	51000	40000	9,10
João Nicoladelli	86000		8,60
Nibello Aubrin Bonatto	84000		8,40
Pedro Pudlo	83000		8,30
Francisco Mieradka	76000		7,60
Estefano Matuchaki	74000		7,40
Duílio Bagio	73000		7,30
Hilario Zanellato	69000		6,90
Deonel Adão Gonçalves de Azevedo	68000		6,80
Manoel Ferreira	49000		4,90
Bernardo H. Locks	45000		4,50
Lauro Stanger	45000		4,50
Mauricio Pellizzaro	45000		4,50
Otávio Ronsani	39000		3,90
Eduardo Lopes	35000		3,50
Romano Mario Simon	31000		3,10
Mario Salvador	29000		2,90
Deobrandino de Souza Laurentino	26000		2,60
Edmundo Mendes Oriques	26000		2,60
Francisco Stanger	25000		2,50
Joaquim Laurentino	22000		2,20

Miguel Arcangelo Bettiato	305000		30,50
Sixto Busanello	284000		28,40
Valdomiro Zeferino Galvan e Neivo Dionizio Galvan	280000		28,00
Olindo Melo	280000		28,00
Leonardo Coletti	245000		24,50
Ernesrto Valentino Gusso	208000	33000	24,10
Alcides Lazzari	239000		23,90
Arestides Bordiga	234000		23,40
Mario Cheron	233000		23,30
Alcides José Fistarol	231000		23,10
Domingos Carra	230000		23,00
Ademar Fadabelli e Claudino Bortolo Mellato	227000		22,70
Balduino Bortolini	223000		22,30
Edmundo Piana	221000		22,10
Herminio Maria Galvan	207000		20,70
Heitor Ferrari Hablich	190000		19,00
Fiorentino Vendrusculo	188000		18,80
José Cagnini	177000		17,70
Maximino Cavalli	162000		16,20
Duvilio Adelino Bogoni	157000		15,70
Alexandre Pacifico	156000		15,60
Augusto Jorge Pusch	156000		15,60
Gildo Vitto	156000		15,60
Domingos Stachac	57000	97000	15,40
Eugenio Vivaldino Tosetto	153000		15,30
Leopldo de Oliveira Thomaz	146000		14,60
Passanante de Carli	136000		13,60

Severino Concato	135000		13,50
Dirceu Luiz Pelozo	125000	9200	13,42
Diogo Verissimo dos Santos	132000		13,20
Vergilio Padilha dos Anjos	121000		12,10
Olivio Simonato	121000		12,10
Pio Fioravante Bigaton	116000		11,60
Ary Jaime Muller	112500		11,25
Irineu Guse Claudino	112000		11,20
Agostinho Nicolodi	111000		11,10
Quintino Marcon	111000		11,10
Josefina Bassenesi	111000		11,10
Zeferino Vitto	106000		10,60
Elizeu Zanardi	105000		10,50
Maria Gregolon	95000		9,50
Julio Francisco Marcante	82000	12500	9,45
Aurelio Canton	92000		9,20
Rodolfo Spillere	91000		9,10
Agostinho Vitto	89000		8,90
Eneir Souza de Lima	81000		8,10
Arlindo Lourenço Cagnini	80000		8,00
Luiz Marcon	79700		7,97
José Simionatto	77000		7,70
Ervelino Coletti	65000		6,50
Guilherme Guzzo	61000		6,10
Eva Telles de Azevedo	57000		5,70
José Biavatti	48000		4,80
Adão Rodrigues	42000		4,20

Caetano Zuanazzi, Valerio Chiose Zuanazzi e Itacir C. Zuanazzi	868000	86,80
Manoel Machado	578000	57,80
Mario da Silva Dutra	170000 296000	46,60
Olimpio Sguissardi	52000 370000	42,20
Olindo Detoni	398000	39,80
Raimundo Gonçalves de Azevedo	397000	39,70
José da Silva Castanha	328000	32,80
Leopoldo Vergilio Batista	317000	31,70
Dinarci Galon e Atecir Galon	313000	31,30
Alfredo Siqueira da Silva	273000	27,30
Saule Belusso	132000 135000	26,70
Arlindo Jacinto Teixeira	262000	26,20
Domingos Alexandre Mezalira	246000	24,60
Marcelino Floriano	245000	24,50
Victor Silva de Campos	239000	23,90
Hiraclides Roveda	237000	23,70
Eliseu Mencato	236000	23,60
Giovane Farinea	225000	22,50
Setembrino Paiz	220000	22,00
Irio Piovesan	213000	21,30
Isauro Ruthes	211000	21,10
Noeme Argino de Oliveira	42000 78000 80000	20,00
João Batista Cordeiro da Silva	70000 124000	19,40
Adão Florentino Olinek	193000	19,30
Antonio Gaspar de Maia	193000	19,30
Herminio Andrade Belusso	184000	18,40
Antonio João Frabris	11000 172000	18,30

Benjamin Calon	178000		17,80
Odilio Sguissardi	168000		16,80
Sebastião Castanha	164000		16,40
Moacyr Devens	142800	21000	16,38
Arlindo Hank	151000		15,10
José Paz de Proença	150000		15,00
Valdomiro Pace	149000		14,90
Antonio Castanha	6600	5000 136000	14,76
Rovilho Belusso	145000		14,50
Luiz Belusso	145000		14,50
Ivo Segatto	143000		14,30
Geraldo Teixeira da Costa	142000		14,20
Rosito Segatto	140000		14,00
Francisco Castanha	137000		13,70
Severino Belusso	135000		13,50
Dorval Tibes Sobrinho	126000		12,60
Pompilio Ribeiro	126000		12,60
Nadie Belusso	126000		12,60
Estevam Otelakoski	126000		12,60
Joaquim Gonçalves de Azevedo	122000		12,20
Alberto Hensen	117000		11,70
José Belusso	112000		11,20
Olivia Orben	112000		11,20
Atilio Barbon	110000		11,00
Sebastião Souza da Rocha	105000		10,50
José Maria Rosa	103000		10,30
Tertuliano Vieira das Neves	103000		10,30

Pompilio Gomes da Silva	100000	10,00
Pedro Belorini Belusso	98000	9,80
Oliveira de Souza	97000	9,70
Algemiro Rodrigues Cordeiro	89000	8,90
Felicio Passer	87000	8,70
Doraci Belusso	85000	8,50
Adelar Belusso	84000	8,40
Nelson Belusso	80000	8,00
José Remussi	74000	7,40
Pedro Gonçalves Ferreira	72000	7,20
João Pessoa	72000	7,20
José Juvencio	66000	6,60
Ari Simonetto	58000	5,80
João Maria Antonio Perreira	54000	5,40
Almirante Martins	50000	5,00
Ricieri Roveda	50000	5,00
Luiz José Risello	50000	5,00
Pedro Gaspar da Silva	45200	4,52
Juvenal Bueno	44000	4,40
Levino Dias da Silva	44000	4,40
Pedro Borba	35000	3,50
Leopoldo Pedro Steinheuser	35000	3,50
Laurentina Lauterio	33000	3,30
Justino Teles da Silva	30000	3,00
Liborio da Silva Moreira	30000	3,00
Oleriano Teixeira de Camargo	28000	2,80
Pedro Felix de Lucano	15000	1,50

Raulino de Cezaro Cavaler	108000	230000	33,80
Pedro de Cezaro Cavaler	337000		33,70
Serafina Luiz Albano	329000		32,90
Elias Meurer	327000		32,70
Eguidios Meurer	319000		31,90
Valdemiro Luiz Rufatto	132000	184000	31,60
Enilza Maria Berchembrok	312000		31,20
Maria Borges Vieira	292000		29,20
João Soares da Silva	281000		28,10
Lizeu Topanotti	277000		27,70
Evaldo Kunert	252000		25,20
Orvino Hank	250000		25,00
Amandio Klunk	174000	69000	24,30
Galdino Ferreira Jacoby	238000		23,80
Donato Ghedin	226000		22,60
Devino de Cezaro Cavaler	220000		22,00
Salomão Couto de Almeida	217000		21,70
Antonio José Corrêa	216000		21,60
João Lemos	202000		20,20
Arcilio Bianchini	202000		20,20
Mateus Corrêa Rodrigues	194000		19,40
Amancio Fernandes Gonçalves	193000		19,30
Oswaldo Portella	184000		18,40
Delma Minatto Cavaler	179000		17,90
Francelino Felizardo	167000		16,70
Eugenio Constante Morello	165000		16,50
Cipriano Cardoso Pelentir	149000		14,90

Orestes Pissaia	78000	64000	14,20
Ramilio Soares da Silva	130000		13,00
Guerino Bortuol	127000		12,70
Alfredo Marques de Oliveira	126000		12,60
Alberto Shmoeller	124000		12,40
Philipi Haverroth	124000		12,40
Antonio Felisberto	117000		11,70
Osorio Gaspar Sobrinho	112000		11,20
Luiza Oliveira dos Santos	103000		10,30
Noé Perreira de Lima	100000		10,00
Antonio da Silveira	87000		8,70
Fernanda Marques de Avila	85000		8,50
Olmiro da Silveira	85000		8,50
Valdemar Boing	61000	14000	7,50
Julio Francisco de Oliveira	74000		7,40
Otilio Ponte	19000	49000	6,80
João Sviderski	66000		6,60
Sebastião Alves	62000		6,20
João Teixeira França	61000		6,10
Eliseu Biavati	57000		5,70
Pedro Tobaldini	55000		5,50
João Oscar Teixeira	51000		5,10
Custodio Dallagnol	50000		5,00
Nicanor Poncio da Silva	49000		4,90
André Zeferino	48000		4,80
Antonio Manoel Pedro	47000		4,70
José Oliveira dos Santos	46000		4,60

Antonio Chiocca	375000	37,50
José Martendal	75000 267000	34,20
Silvio Simionatto	340000	34,00
Luiz Eri Weber e Francisco Weber	312000	31,20
José Zanella	311000	31,10
Wilson Francisco Rotta	305000	30,50
Rainoldo Back	297000	29,70
Zeferino Teixeira de Camargo	289000	28,90
Alcides Perett	278000	27,80
José Sagais	275000	27,50
Abel Zanella	270000	27,00
Ricieri Baldin	267000	26,70
José Savegnago	264000	26,40
Remigio Bazzanezi	259000	25,90
Luiz Fioravante Prodocimo	243000	24,30
Ildoveo Marco Zeni	242000	24,20
Domingos Manoel de Lima	239000	23,90
Manoel João Alves	237000	23,70
Angelo Teodoro de Oliveira	237000	23,70
Ervino Alfeu Zampiva	231000	23,10
Waldir José Rotta	230000	23,00
David Scarmocin	230000	23,00
Antonio Reginski	205000	20,50
Dileto José Zampiva	204000	20,40
Verissimo Silveira dos Santos	199000	19,90
Leopoldo Francisco Selau	193000	19,30
Francisco Gaspar da Silva	190000	19,00

Rosa Gomes de Andrade	169000		16,90
João Breginski	168000		16,80
Avelino Debarba	165000		16,50
Odovino Scheneto	160000		16,00
Teobaldo Martendal	156000		15,60
Leonardo Steinheuser	149000		14,90
Marcilio Perreira	149000		14,90
José Nunes	142200		14,22
Fridolino Weiss	132000		13,20
Verildo Augustato Valmorbida	109000		10,90
Laurindo Valmorbida	97000		9,70
José Lemos	93000		9,30
Custodio Dallagnol	85000		8,50
Luiza Topanotti	84000		8,40
Luiz Deborba Sobrinho	58000		5,80
Altino Martins Farias	8500	42000	5,05
Nicolau Zaboenko	50000		5,00
Raimundo Mayer	48000		4,80
Valdomiro Gonçalves Brito	46000		4,60
Dario Evangelista Ferreira	35000		3,50
Virgulino Antonio de Vargas	35000		3,50
Dimas Souza de Lima	23000		2,30
Florindo Alves de Andrade	6700		0,67
Mitra Diocesana de Palmas	6300		0,63
Avelino Provin	5800		0,58
Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos	2000		0,20
Foram emitidos 68 Títulos para 64 proprietários			

João Francisco Fogassa da Silva	223000		22,30
Fioravante Zanin	217000		21,70
José Remussi	214000		21,40
Benjamin Colla	209000		20,90
Manoel Teixeira Camargo	186000	18000	20,40
Galdino Onofre da Silva	200000		20,00
Valentim Coradeli	198000		19,80
Laurindo Valmorbida	193000		19,30
Claudino Avila dos Santos	183000		18,30
Severino Devens	183000		18,30
Albino Zanella	159000		15,90
Ernestina Vicentina de Paula	159000		15,90
Antenor Colla	152000		15,20
Antonio Inacio de Souza	150000		15,00
Angelo Calgaroto	2700	139000	14,17
Angelo Noato	141000		14,10
Mario Pasqualli	122000		12,20
Antonio Ademor Teles	114000		11,40
Cecilio Alves de Siqueira	112000		11,20
Estanilau Chucailo	108000		10,80
Assis Brasil da Rocha	105000		10,50
Itacir Colle	101000		10,10
João Maria de Souza	100000		10,00
Alcides Corbari	99000		9,90
Marcelino Leandro	96000		9,60
Matesu Fragosso	87000		8,70
Leonildes Sebastião Bassaneis	36000	37000	7,30

Domingos Favero	382000		38,20
Vitorio Ferreira	382000		38,20
Luiz Favero	381000		38,10
Idiogo Schimit de Souza	367000		36,70
João Teixeira	352000		35,20
Angelo Fiabani	335000		33,50
Archanjo Pagani	325000		32,50
Salvador Favero	300000		30,00
João Antunes França	295000		29,50
Casemiro Mezzalira	293000		29,30
Luiz Rizzon	290000		29,00
Angelo Favero	288000		28,80
Valdemar José Borges	265000		26,50
Pedro Favero	244000		24,40
José Luiz da Silva	209000		20,90
Angelo Montanari	206000		20,60
Francisco Raymundo de Souza	184000		18,40
Dominico Martendal	72000	87000	15,90
Laurindo Rizzon	156000		15,60
André Telles Cordeiro	155000		15,50
Neri Derner	151000		15,10
Placido Peroza	139000		13,90
Angelo Padilha da Silva	128000		12,80
Marcelino Provin	127000		12,70
Sebastião Gaspar Schimit	124000		12,40
Stefano Felicetti	123000		12,30
Americo Menegatti	104000		10,40

Angelo Volpato	361000			36,10
Henrique Ronson	157000	19000	179000	35,50
Lazaro José Alves	221000	130000		35,10
Boleslau Levinski	340000			34,00
Lazaro Manoel da Silva	97000	227000		32,40
Antenor Miler	320000			32,00
Laurindo Teixeira dos Reis	311000			31,10
Anaurelio Martins Lemes	307000			30,70
Adão Mario da Silva	291000			29,10
Francisco Ataides da Silva e Armiro Celmo Antunes	281000			28,10
Argenor Fraidas Nunes	146000	30000	105000	28,10
Octacilio Luiz da Costa	41000	215000		25,60
Sezário Carlos Ribeiro	247000			24,70
Doracilio Rodrigues Vieira	205000	17000		22,20
Dinarte Antonio Faustino	217000			21,70
João Maria Macarini	206000			20,60
Pedro Francisco Delziovo	197000			19,70
Espólio de Atulio Ferreira de Miranda	196000			19,60
Delfino Dias	64000	62000	61000	18,70
Octacilio Ribeiro de Miranda	187000			18,70
José Adão da Silva	187000			18,70
Raimundo Martins Lemos	187000			18,70
Homero Mendez Corrêa	185000			18,50
Sebastião Antunes da Silva	184000			18,40
Paulino Soares da Silva	172800	6200		17,90
Antonio Dutra dos Passos	167000			16,70
Vitorio Antonio Bortolotto	155000			15,50

Antonio Maciel dos Santos	155000			15,50
Hugo de Souza	150000			15,00
Gomercindo Geremias	149000			14,90
Silval Teixeira dos Reis	148000			14,80
Mario de Oliveira Lima	144000			14,40
Mario Paulo Broll	142000			14,20
Alexandrina Maria Cordeiro	140000			14,00
Nelson Baseggio	19000	118000		13,70
Rosene Nunes Rodrigues	134000			13,40
Ambrozino Carvalho Leão	133000			13,30
Silvino Nicolau Sturner	126000			12,60
Gregorio Frazão da Silva	125000			12,50
Florindo Crecencio Dias	125000			12,50
Alzira Antunes da Silva	125000			12,50
Vicente Soares Santos	121000			12,10
Agenor Pichek	92000	28000		12,00
José Carvalho Leão	115000			11,50
Augusto Levinski	115000			11,50
Americo Vieira dos Santos	114000			11,40
Oswaldo Cristiano Viríssimo da Rosa	111000			11,10
Mario Madruga da Silva	110000			11,00
Mario Broll	109000			10,90
Pedro Chaves da Silva	109000			10,90
Pedro Marques da Rosa	109000			10,90
Jorge Frazão da Silva	33000	23000	48000	10,40
José Jacy Luviza	103000			10,30
Santina Ribeiro de Miranda	103000			10,30

Otaviano Alves dos Santos	102000		10,20
Augusto Rossatto	98000		9,80
Antonio Maiatti	97000		9,70
Pedro Carnette	96000		9,60
Antonio Ferreira	91000		9,10
Henrique José Schreiber	91000		9,10
Florindo de Albulquerque Moraes	88800		8,88
Walter Vieira Batalha	82000		8,20
Marino Pereira da Silva	82000		8,20
Alfredo Alves da Silva	81000		8,10
Silvio Formaio	81000		8,10
João Maria de Campos	80000		8,00
Mario Vacari	79000		7,90
Luiz Morlin	75000		7,50
José da Silva Dias	72000		7,20
Joaquim Padilha dos Santos	61000	11000	7,20
Honorio Borges de Jesus	40000	31000	7,10
Getulio Chaves da Silva	70000		7,00
Fermino Borges Fiorentin	70000		7,00
Zeferino Alves	69000		6,90
Miguel Rosa Dias	65000		6,50
Delcides Antonio Faustino	65000		6,50
Quintino Ribeiro de Miranda	65000		6,50
Marcolino Elias de Chaves	64000		6,40
Vergilio Vebra do Nascimento	63000		6,30
Alorino Stumpf dos Santos	62000		6,20
Florêncio Dias da Silva	62000		6,20

José Maria da Silva	61000		6,10
Braulino Chaves da Silva	61000		6,10
Amantino Dias	61000		6,10
Antonio Fernandes dos Santos	60000		6,00
Agenor Martins de Jesus	60000		6,00
Manoel Antunes dos Santos	55000		5,50
Manoel Lemes de Moraes	54000		5,40
Cristino Ferreira Miranda	53000		5,30
Estanislau Tiburcio dos Santos	51000		5,10
Rosario Machado	48000		4,80
Maria Formaió	46000		4,60
Nair Rodrigues da Silva e Paulino Soares	45000		4,50
Adão Chaves de Campos	45000		4,50
João Rodrigues da Silva	43000		4,30
Normelio Tristão de Oliveira	9000	32000	4,10
Alberto Duarte	35000		3,50
Salvador Alves da Veiga	34000		3,40
Carolina Perreira	32000		3,20
Pedro Tiburcio dos Santos	25000		2,50
João Rodrigues Lisboa	24200		2,42
Francisco Tiburcio dos Santos	22000		2,20
Glicerio de Siqueira	20000		2,00
Atanasio da Silva	18000		1,80
Maria Joana Dias	10000		1,00
Valdevino Mario Jesus	8000		0,80
Natalicio Nunes da Rosa	8000		0,80
Marcolino Nunes da Roza	6000		0,60

José Rodrigues da Costa 2000 0,20

Foram emitidos 139 Títulos para 117 proprietários

CHACARA											
Nome do proprietário que recebeu o título	Área m ²	Área total ha									
Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos	2000	11100	9100	17600	800	1188458,141				122,91	
Guajará J. da C. Cazzale	485500	5000	37100								52,76
Serrapinho Sudoeste Ltda	350500									35,05	
Industria Brasiliense Ltda	90500	500	400	90700	16100					19,82	
José Brutscher	117700	69100								18,68	
Dionisio Szczepkowski	131500	32900								16,44	
Benjamim Marangoni	91400	26900	20900								13,92
Teodorico Guimarães	138000									13,80	
Alcides Boaretto	134000									13,40	
Severino Santo Santolin	1600	107800								10,94	
Leonorio Baron	99400									9,94	
Hentique Sinionatto	90000									9,00	
Leocliedes M. de Oliveira	89000									8,90	
João Carniel	85600									8,56	
Alberto Fracasso	85000									8,50	
Lucia Maria Fracasso	79600									7,96	
Primo Arcilio Zanella	77900									7,79	
Gilio Favero	75600									7,56	
Mario Adami	75100									7,51	
Clara Slusarski Prechlak	72200									7,22	
Coop. Agr. Duvisinhense Ltda	6000	9400	54600								7,00

Antonio Bagatini	67500		6,75
Jacinto Evaristo Pinzon	66500		6,65
Candido Simionatto	63500		6,35
José Geremia	61400		6,14
Reinaldo Gazela	61100		6,11
Manoel Pinto Vieira	46100	12600	5,87
Vivaldino Comin	58500		5,85
Maria Silvestro Piano	57400		5,74
Fermino da Conceição Sieber	57100		5,71
Danilo Begnini	56400		5,64
Julio Francisco Marcante	52800		5,28
Cristiano Pedro Barp	50000		5,00
Antonio Pezzatto	48000		4,80
Leopoldo de Oliveira Tomaz	47600		4,76
Domingos Canton	47100		4,71
Alfredo Furmann	46900		4,69
José Felini	39700		3,97
Anisio da Silva Peron	39400		3,94
Zeverino Zanin	34400	4300	3,87
Olindo Pedro Pagnoncelli	36900		3,69
Elizeu Piana	35900		3,59
João Grabowski	35500		3,55
Ezaias Alcides Manfredi	33800		3,38
Antonio Albino Favero	16600	15100	3,17
Samuel Cirino Dumpierre	31300		3,13
João Batista Gasparotto	29100		2,91
José da Silva	28800		2,88

Leonardo Coletti	28700		2,87
Abilio Caldato	28100		2,81
Soc. Hip Dom Tranquilo	27600		2,76
Ione Paris Dalpasquale	900	25500	2,64
Saraiva Piana	26100		2,61
Santo Silvestre	25700		2,57
Felix Gubert	25600		2,56
Vitorio Kozak	25500		2,55
Raymundo Carli	25000		2,50
Gregorio Nicareta	24500		2,45
Augustinho Pinzon	24400		2,44
Romano Vicari	24100		2,41
Armelindo Antonio Bernardi	23900		2,39
Luiz Alberto Stockmann	23100		2,31
Dinari Ardelino Miola	22900		2,29
Quintino Marcon	20600		2,06
Eduilio Alberto Zaro	19400		1,94
Delézia Fracasso	18300		1,83
Amantino Artemio Marcante	17900		1,79
Domingos Antonio Zotti	16900		1,69
Umberto Geraldo Pinzon	16900		1,69
Antonio Carlos Veronese	14000		1,40
Raymundo Curzel	13000		1,30
Ervin Kressin	12900		1,29
Modesto Favero	12600		1,26
Fortunato Vendrusculo	12600		1,26
Luiz Iung	12400		1,24

Armelindo José Marcon	12400		1,24
Laurindo Parizoto	11800		1,18
Florisia Martins Moreira	11500		1,15
Pedro Domingos Bonfanti	11400		1,14
Euclides Pinzon	11400		1,14
Luiz Veronezi	7900	3000	1,09
Roberto Fachini	9800		0,98
Alfredo Nepomuceno	9600		0,96
Henrique Bordiga	9600		0,96
Crespina Marques de Oliveira	9500		0,95
Victorio Guarezi	9400		0,94
Simonatto e Siminatto Ltda	8400		0,84
Arlindo Spiecher	8300		0,83
Antonio Rojanski	8000		0,80
Manoel dos Santos Machado	6600		0,66
Adelvino Begnini	6600		0,66
Luiz Marcon	6600		0,66
José Afrosio de Souza	6400		0,64
Demetrio Sebben	6400		0,64
Arlindo Basso	6000		0,60
Eduardo Cancio Ferreira	6000		0,60
Luciano Fracasso	6000		0,60
Franquelin Vieira Lopes	5900		0,59
Honorina Carli	5900		0,59
Italino Banamigo	5400		0,54
João Domingos Martinazzo	4800		0,48
Afonso Bratti	3800		0,38

Francisco Batista Bagatini	3300	400	0,37
João Esser Machado	3500		0,35
Deonilce M. B. Dagostini	3500		0,35
Nilza do Prado	3300		0,33
Euzebio Marcon	3300		0,33
Will Schaitel	3000		0,30
Graciliano Lopes Moreira	2800		0,28
João Evangelista Ferreira	2800		0,28
Almirio Romancini	2200		0,22
Elias Pinto Vieira	2100		0,21
Mario Francisco Antes	2000		0,20
Antonio Dallo	1900		0,19
Sebastião Cezário	1800		0,18
Claudino Dezan	1500		0,15
Demetrio da Silva	1500		0,15
Alcides Antonio Brugnara	1500		0,15
Leonir Antonio Galvan	1300		0,13
Cezar Correia	1100		0,11
Elvira Biavati Reginato	1100		0,11
Sebastião Antonio Pereira	600		0,06
Foram emitidos 146 Títulos para 122 proprietários			

APÊNDICE III

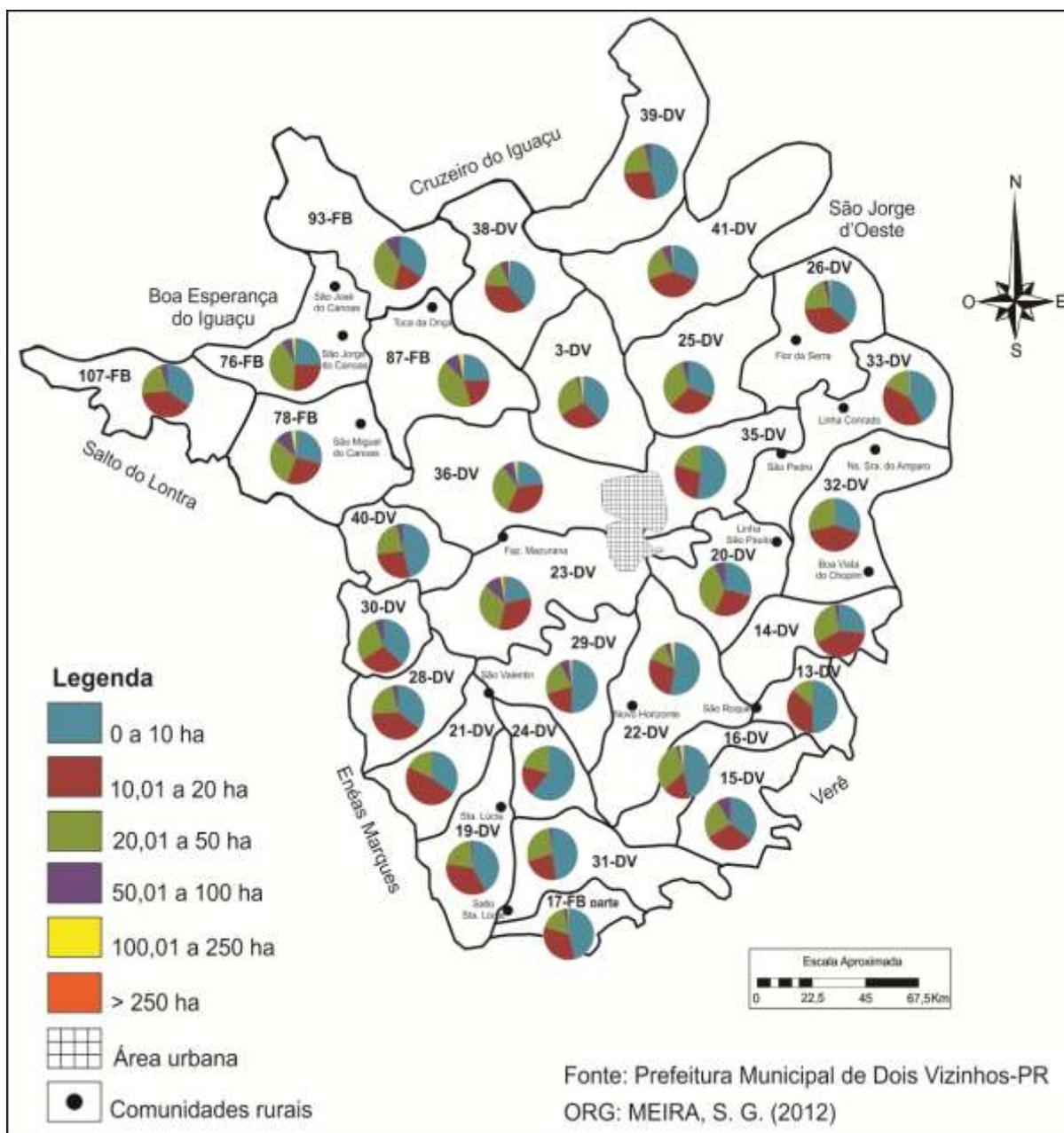


Figura 24. Estrutura fundiária do município de Dois Vizinhos entre as décadas de 1960 e 1970 a partir das Glebas que o compõem, considerando a área ocupada pelos agricultores em função do tamanho das propriedades (0 a 10 ha; 10 a 20 ha; 20 a 50 ha; 50 a 100 ha; 100 a 250 ha; > 250 ha)

Fonte: INCRA (2011)

Organização: CARA (2012)

APÊNDICE IV

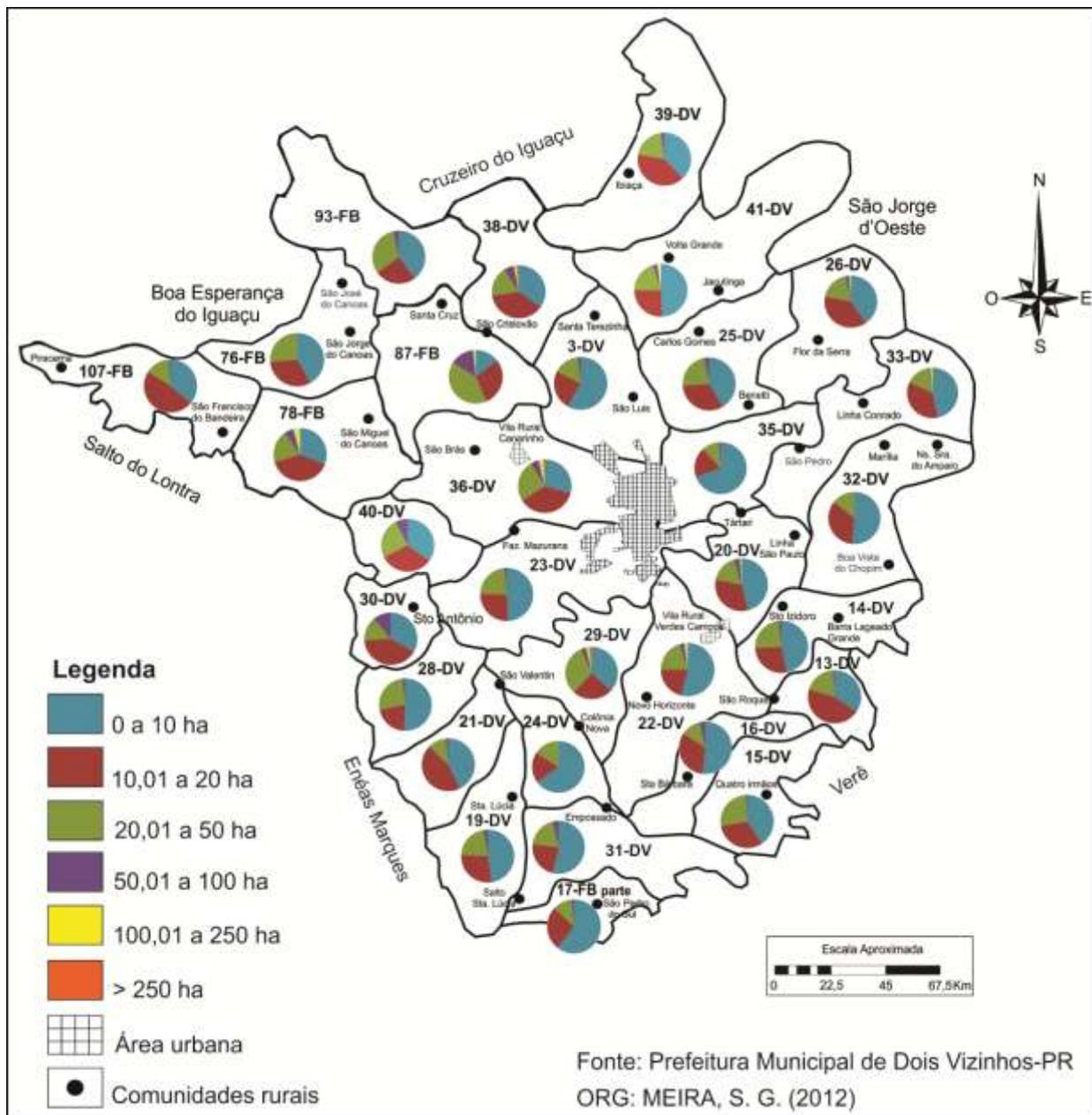


Figura 25. Estrutura fundiária do município de Dois Vizinhos em 2011 a partir das Glebas que o compõem, considerando a área ocupada pelos agricultores em função do tamanho das propriedades (0 a 10 ha; 10 a 20 ha; 20 a 50 ha; 50 a 100 ha; 100 a 250 ha; > 250 ha)

Fonte: INCRA (2011)

Organização: CARA (2012)